

Luis Alberto Moreno



A década da América Latina e do Caribe: uma oportunidade real



Banco Interamericano de Desenvolvimento

Luis Alberto Moreno



A década da América Latina e do Caribe: uma oportunidade real

Primeira edição em português
da segunda edição em espanhol



Banco Interamericano de Desenvolvimento



© 2011 Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, N. W.
Washington, D.C. 20577

© Banco Interamericano de Desenvolvimento. Todos os direitos reservados. Esta publicação não pode ser reproduzida, no todo ou em parte, nem ser utilizada de nenhuma maneira ou por qualquer meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive processos de fotocópia e gravação, nem por nenhum sistema de armazenamento ou recuperação de informação, sem a permissão prévia por escrito do BID.

www.iadb.org/pub

**Catálogo na fonte proporcionada pela
Biblioteca Felipe Herrera do
Banco Interamericano de Desenvolvimento**

Moreno, Luis Alberto, 1953-

A década da América Latina e do Caribe: uma oportunidade real / Luis Alberto Moreno.
p. cm.

ISBN 978-1-59782-143-8

1. Caribbean Area—Economic conditions—21st century. 2. Latin America—Economic conditions—21st century. 3. Caribbean Area—Social conditions—21st century. 4. Latin America—Social conditions—21st century. 5. Caribbean Area—Politics and government —21st century. 6. Latin America— Politics and government—21st century. 7. Inter-American Development Bank. I. Inter-American Development Bank.

HC125.M67 2011

Direção de arte: Josefa Méndez Amunátegui
Projeto gráfico: FAN design
Edição: Katia de Almeida Rossini
Impresso por: The Word Express, Inc.
Impresso em Washington, D.C., Estados Unidos.

Pág.

V	Agradecimentos
VII	Siglas e abreviaturas
IX	Prefácio à segunda edição em espanhol
XIII	Introdução
17	Capítulo I Uma economia regional que avança
19	Quando as crises pareciam não ter fim
22	O salto do início do século
25	A resposta à crise
30	A mudança do contexto internacional
33	As perspectivas
37	Capítulo II As melhorias sociais: entre luzes e sombras
39	A pobreza em recuo
46	Educação: um copo semivazio e semicheio
49	Saúde: uma região mais saudável
54	A melhora na situação da mulher
56	Os esforços possíveis
59	Capítulo III O progresso institucional: uma revolução silenciosa
62	Uma visão das reformas
66	A descentralização está aumentando
69	A consolidação da democracia
77	Capítulo IV As novas realidades
80	A classe média em crescimento
83	O surgimento de uma nova classe empresarial
88	Mais integração e cooperação

Pág.

93	Capítulo V Os desafios que persistem
96	O desafio da produtividade
100	A marca da competitividade
102	Os desequilíbrios na infraestrutura
109	O potencial inaproveitado das pequenas e médias empresas (PMEs)
112	A urgência de inovar
118	O peso da desigualdade
120	O ônus da informalidade
123	Violência e criminalidade: a grande preocupação
127	Os desafios da mudança climática e da mitigação dos desastres naturais
131	Uma consideração final
133	Capítulo VI O Banco de que a região precisa
136	Consolidando um banco a serviço da região
139	Visão e agenda estratégica
145	Capítulo VII Uma oportunidade única
153	Referências
159	Lista de gráficos e quadros

Agradecimentos

Quero agradecer ao pessoal do Banco que contribuiu para este livro ou participou de discussões internas, possibilitando este projeto. Aos economistas de países que revisaram os temas de estudo e ofereceram suas opiniões técnicas durante o início do projeto. A Santiago Levy, vice-presidente de Setores e Conhecimento, e a sua equipe, pelas valiosas observações na última etapa do manuscrito. E a todos aqueles que, ao longo deste processo, contribuíram de uma forma ou de outra para enriquecer o conteúdo.

Também agradeço a Jorge Olave, do Escritório de Planejamento Estratégico e Eficácia no Desenvolvimento, que teve a seu cargo a supervisão do projeto editorial e a edição da versão em espanhol; a Sarah Schineller, do setor de Capacidade Institucional e Finanças, responsável pela edição em inglês; e à consultora Katia de Almeida Rossini, que editou o texto em português.

Os julgamentos de valor, afirmações e opiniões, evidentemente, são de minha responsabilidade e não representam, necessariamente, uma declaração institucional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Luis Alberto Moreno

Washington, D.C., julho de 2011



Siglas e abreviaturas

AIP	Área de Integração Profunda
ALC	América Latina e Caribe
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BID-8	Oitavo Aumento Geral de Recursos do BID
BID-9	Nono Aumento Geral de Recursos do BID
BM	Banco Mundial
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
CAN	Comunidade Andina de Nações
CARICOM	Comunidade do Caribe
CELADE	Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CDC	Centers for Disease Control and Prevention (Centros para o Controle e Prevenção de Doenças)
CIVETS	Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia e África do Sul
CRED	Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (Centro de Pesquisa sobre Epidemiologia dos Desastres)
DTP	Difteria, Tétano e Coqueluche
FOE	Fundo para Operações Especiais
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOMIN	Fundo Multilateral de Investimentos
G-20	Grupo dos 20 (reúne 19 países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia, além da União Europeia)
HIV/Aids	Vírus da imunodeficiência humana/Síndrome da imunodeficiência adquirida
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IFPRI	Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana
INTAL	Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe

IPC	Índice de Preços ao Consumidor
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEА	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
P&D	Pesquisa e desenvolvimento
PIB	Produto interno bruto
PISA	Programa Internacional para a Avaliação de Estudantes
PMEs	Pequenas e médias empresas
PTCR	Programas de Transferências Condicionadas de Renda
RICYT	Rede de Indicadores de Ciência e Tecnologia
SIEPAC	Sistema de Interconexão Elétrica dos Países da América Central
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Prefácio à segunda edição em espanhol

Ao apresentar esta segunda edição, oferecida por Luis Alberto Moreno, de *A década da América Latina e do Caribe: uma oportunidade real*, quero, antes de mais nada, enfatizar que, por vários motivos, considero este um livro necessário e importante. Primeiramente, porque há muito tempo não temos uma visão global da resposta da América Latina e do Caribe às importantes mudanças registradas na economia mundial na última década. Segundo, porque estávamos precisando de informação atualizada, e a verdade é que este livro não somente a atualiza, mas enriquece. Terceiro, porque há, aqui, um prognóstico que envolve risco, sintetizado na expressão “a década da América Latina e do Caribe”, o qual não se refere àquela já passada, mas à que vem, isto é, a uma etapa que está começando. Certamente Luis Alberto Moreno encarrega-se de afirmar que esta é uma janela de oportunidades e que as coisas não estão prontas, é preciso realizá-las. Em quarto lugar, porque, juntamente com o estudo sério que o sustenta e os complexos conceitos, o autor utiliza uma linguagem clara e uma metodologia de comunicação que com certeza farão com que sua obra seja muito proveitosa para um grande número de pessoas.

Concordo com as linhas fundamentais traçadas neste livro. Compartilho, inclusive, da seleção feita por Moreno no que se refere às mudanças mais notáveis, mais recentes, assim como a seus impactos na região. Refiro-me, em particular, à verdadeira explosão de crescimento proveniente da Ásia, sobretudo da China e da Índia, convertidas, nos últimos anos, em novos fatores de regulação e equilíbrio mundiais. Por outro lado, tudo parece indicar que assim permanecerão por muito tempo. Depois primeiros anos em que não se capitalizou esta explosão, a partir de 2004 os países da América Latina e do Caribe começaram a crescer sustentadamente, como nunca haviam feito em sua história contemporânea.

É especialmente importante perceber que, sobretudo, que este novo período de altos níveis de produção e exportação veio acompanhado por políticas econômicas de maior consistência e sustentabilidade do que aquelas praticadas no passado. Assim, tivemos sistemas monetários mais robustos e mais críveis, com regimes cambiais flexíveis, diferentemente da rigidez do passado, o que permitiu melhorar muito os resultados do balanço de pagamentos, possibilitando a ampliação dos espaços fiscais e o desenvolvimento de políticas sociais ativas. Luis Alberto Mo-

reno resume o resultado do esforço na área social com um dado fundamental: 40 milhões de pessoas saíram da pobreza entre 2004 e 2010. Enfatizo este dado porque se trata do primeiro passo para analisar os desafios que temos pela frente. Este talvez seja o ponto de partida, a porta de entrada para a década da América Latina e do Caribe.

Compartilho também a análise dos impactos desiguais da crise atual do mundo industrializado em nossos países, o que está associado às distintas capacidades que demonstram para aplicar políticas anticíclicas. Nem sempre foi simples preparar-se para uma possível inversão do ciclo, mas a grande diferença em relação ao passado é que a região, em seu conjunto, absorveu uma das maiores crises financeiras de que se tem memória, e o fez com tão bons resultados que, em 2010, voltou a crescer significativamente. Portanto, algo mudou; e, além das diferentes reações, condicionadas pelas capacidades intrínsecas de cada realidade, não sofremos de modo significativo e intenso, como no passado, as consequências de sérios desequilíbrios provenientes do exterior.

O autor afirma que a América Latina e o Caribe ingressam na década da esperança. Mas não devemos esperar que ela caia do céu; temos de ganhá-la. Ganhá-la fazendo política, ou seja, colocando em prática ações que persigam objetivos e ponham a serviço destes os instrumentos adequados. Os seres humanos não são objeto da História, são sujeitos da História, e muda-se o mundo fazendo política.

A janela de oportunidade existe, mas, para acessá-la, é preciso aproveitar nossas potencialidades e superar os desafios. Nossa região é exportadora líquida de alimentos e de matérias-primas, inclusive as de origem energética, o que não é pouca coisa. As reservas de recursos naturais significam conjuntamente, para a região, um inventário formidável, a tal ponto que é muito difícil imaginar um mundo lutando por melhores condições de vida para seus povos sem que haja uma participação estratégica da América Latina. Não posso imaginá-lo. Não é possível que se conceba um mundo melhor no qual a América Latina não seja protagonista, e menos ainda depois de ler este livro.

Entre os desafios, quero destacar a necessidade de se trabalhar para industrializar, isto é, para agregar valor à produção de alimentos e de matérias-primas, diversificando-as e associando-as à expansão de serviços, inclusive os de tecnologia da informação, de maneira coerente com a evolução do conhecimento no mundo de hoje. Também quero fazer uma especial menção à necessidade de aprofundar a integração regional por meio de ações que possibilitem uma melhora substancial do acesso a nossos mercados ampliados, da coordenação de políticas econômicas,

do fortalecimento de uma institucionalidade necessária e efetiva, a fim de conduzir o processo de integração e o melhoramento da infraestrutura básica comum, pois esta é não só a imagem, mas, sobretudo, a base fundamental, intransferível e insubstituível de um processo de integração. O crescimento de muitos países da América Latina está próximo do limite de seu potencial e não poderá manter-se em um ritmo sustentado, como vem fazendo até agora, com a atual infraestrutura. Portanto, é preciso fazer um esforço muito grande e significativo para financiar o volume de recursos a ser investidos, o que demandará novos instrumentos, incluindo projetos de cooperação público-privada em áreas essenciais, como transporte, comunicações, serviços portuários e energia, entre outros.

É também parte dos desafios lutar continuamente contra as vulnerabilidades. Em particular, um dos flancos mais sensíveis é o âmbito social. Temos uma enorme dívida no que se refere ao combate à pobreza e à indigência, e em matéria de distribuição de renda. Embora, durante estes anos, tenha havido avanços significativos e mensuráveis, é muito longa a trajetória a percorrer no futuro. Vivemos na região mais injusta do mundo. Pobreza e indigência não são o mesmo que distribuição da renda. As primeiras aludem aos níveis e conteúdos das condições de vida em que se encontra uma alta proporção da população da região. Por outro lado, a distribuição de renda implica acesso aos frutos do crescimento, que mostra uma estrutura absolutamente concentrada e desigual.

Por isso, há que trabalhar partindo de uma premissa da qual, com certeza, muitos compartilham: os valores que inspiram a busca de maior equidade nesse acesso não podem levar a políticas públicas que sejam um subproduto da prosperidade, tais como repartir o que é possível depois de crescer. Têm de ser uma condição da prosperidade. As políticas sociais não podem ser um subproduto da política econômica, mas uma condição da política econômica, que deve ser formulada levando-se em conta sua natureza de condição. É preciso pôr em prática políticas públicas voltadas para o coração dos fatores que explicam a desigualdade. Em última instância, trata-se de visar à igualdade de direitos e capacidades aumentando a capacidade de geração de renda daqueles cujo acesso aos frutos do crescimento queremos melhorar. São os governos que, por meio de políticas públicas, têm de oferecer-lhes oportunidades para consegui-lo. E essas oportunidades se abrem, fundamentalmente, através da educação, desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico e avanço cultural.

Estou certo de que este livro contribuirá para uma visão mais integral sobre as condições objetivas do desenvolvimento e do bem-estar da região e nos motivará

a aproveitar a possibilidade que se nos apresenta de construir um futuro melhor para nossos compatriotas, especialmente os mais humildes, que são os que mais necessitam melhorar suas condições essenciais de vida.

Danilo Astori

Vice-presidente da
República Oriental do Uruguai
Montevideu, julho de 2011

Precisamos olhar a região da América Latina e Caribe de uma maneira diferente, com uma perspectiva que atribua ênfase a seus pontos fortes sem desatender suas debilidades, que enfoque as oportunidades sem deixar de lado os riscos, que promova o desenvolvimento de longo prazo sem esquecer que a conjuntura ainda exige políticas públicas prudentes e disciplinadas.

Diferentemente da narrativa convencional sobre a região, os capítulos que se seguem propõem contemplar o futuro a partir de um otimismo fundamentado nas capacidades de nossa gente e nas mudanças estruturais que ocorrem no mundo, despojado do ceticismo tradicional, mas com a prudência de quem observou ciclos econômicos favoráveis seguidos de crises profundas.

Amparado neste ponto de vista, há alguns meses venho afirmando, de forma pública e privada, que a década atual deveria ser considerada a década da América Latina e do Caribe. Construí este argumento a partir do diálogo com meus colegas na Diretoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os profissionais da instituição – graças, além disso, a trocas de ideia e experiências permanentes com altos funcionários, empresários e acadêmicos de nosso continente e das regiões do mundo que visitei no exercício da presidência do Banco.

Ao afirmar isto, quero dizer que os avanços recentes da região irão se solidificar nos próximos anos; graças a isso, o cidadão médio passará a ser mais próspero do que nunca na história do continente. Em termos práticos, isso implica que, em 2025, se for mantida uma média de crescimento próxima de 5% ao ano – como observado recentemente –, a renda por habitante poderá chegar a ser o dobro da atual. Semelhante salto permitiria diminuir de maneira sensível os níveis de pobreza existentes e, talvez, erradicar para sempre a miséria que ainda afeta um de cada oito latino-americanos.

Feito este prognóstico, é bom esclarecer que o êxito não está garantido, que as condições dos países não são homogêneas e que as políticas públicas devem considerar as particularidades de cada economia. Contudo, abriu-se uma janela de oportunidade que deve ser aproveitada. Para isto, a região deverá manter o rumo das reformas empreendidas e superar obstáculos que continuam sendo significativos.

Dentre os múltiplos obstáculos a ser superados pela América Latina e o Caribe, deve-se mencionar a baixa produtividade, que nos impede de avançar mais rapidamente, somada aos baixos níveis de competitividade. Neste aspecto, os projetos para melhoria da infraestrutura, aprofundamento da agenda de integração e elevação da adaptação tecnológica de nossas economias são altamente prioritários e complementares entre si, além de continuar melhorando o clima de inversões.

Como esquecer, igualmente, a necessidade de diminuir as imensas diferenças de renda que fazem da desigualdade um de nossos piores ônus. A lista também inclui a deterioração dos índices de segurança pública, a má qualidade da educação ou as vulnerabilidades aos desastres naturais que tantas perdas causaram em termos materiais e humanos.

Não obstante, creio firmemente que é possível superar os obstáculos, como demonstraram as nações da América Latina e do Caribe quando sopraram com força os ventos da crise internacional. Em outras palavras, os fatos que motivaram a redação deste livro tiveram lugar nas primeiras semanas de setembro de 2008. Embora, naquele momento, fosse impossível prever seu desenlace, as principais entidades bancárias do planeta encontravam-se em estado de alerta máximo ante as rajadas do furacão financeiro global que estava em pleno apogeu. Como consequência do estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos, alguns meses antes, e da perda de valor de diversos instrumentos de investimento respaldados por hipotecas, companhias aparentemente sólidas e muito tradicionais enfrentavam graves problemas.

Além de começar a analisar os fatores que trouxeram à luz debilidades, excessos e abusos ainda sentidos em diversas latitudes, devo recordar que, naquele momento, a região preocupava-se com um retrocesso, depois de haver experimentado um dos períodos de melhor desempenho em épocas recentes. Entre 2003 e 2008, por exemplo, a taxa de crescimento média ficou em torno de 5% ao ano; graças a isso, cerca de 40 milhões de pessoas saíram da pobreza para ingressar na classe média. Esta e outras conquistas estavam em risco.

A preocupação era justificável. Afinal, ao longo de cinco décadas de existência, o BID havia sido testemunha do modo como as turbulências financeiras internacionais podiam afetar a América Latina e o Caribe, dando origem a uma profunda deterioração nos indicadores sociais e econômicos da região.

Deu-se o abalo. Em 2009, como na maioria dos países do mundo, o produto interno bruto (PIB) latino-americano experimentou uma diminuição de cerca de 2%. Tanto a queda na receita das exportações como a redução nas remessas ou no

turismo afetaram o ritmo de crescimento da economia regional, num ambiente de menor confiança da parte dos empresários e dos consumidores. Apesar deste baque, os efeitos dessa crise na América Latina e no Caribe foram muito menores do que muitos temiam, e o retrocesso nos índices de pobreza foi leve (CEPAL, 2010a).

Que aconteceu? Uma das principais razões para superar a emergência foi a capacidade, embora não homogênea, que os governos da região demonstraram de adotar programas anticíclicos que limitaram os efeitos sociais da recessão e incluíram aumentos no gasto público, ou reduções na taxa de juros.

Mas não foi só isso. Diferentemente do ocorrido em outros lugares, o setor bancário saiu praticamente incólume dos problemas que enfraqueceram a credibilidade de dezenas de instituições, enquanto as emergências cambiais, tão típicas do passado, destacaram-se pela ausência. Por isso, os países da região puderam cumprir normalmente seus compromissos, e, assim, os canais de financiamento restabeleceram-se com rapidez.

Porém, sem dúvida, chamou ainda mais atenção a notável recuperação da economia regional. Impulsionado pela reativação do comércio mundial e por um aumento no consumo interno, o PIB da América Latina e do Caribe registrou um crescimento próximo de 6% em 2010, o segundo maior entre as principais áreas geográficas do mundo.

Isso não se deu por sorte ou graças a algum fator extraordinário. O exame das políticas adotadas em boa parte dos países revela um inquestionável fortalecimento, por vários anos, tanto do ponto de vista macroeconômico como institucional. A melhoria geral na posição fiscal, o alto nível das reservas internacionais, a redução nos índices de dívida pública, a flexibilização das taxas de câmbio ou a crescente independência dos bancos centrais explicam, entre outros, o baixo volume de danos causados pela tormenta financeira na região.

Grande parte destas conquistas constitui também a expressão de uma maior maturidade democrática, que é resultado de décadas de avanços e que se torna evidente na qualidade das decisões tomadas. Assim, enquanto o mundo árabe enfrenta fortes turbulências ante a necessidade de transformações políticas que levem a uma maior abertura, as nações latino-americanas e caribenhas continuam a implantar as mudanças que suas sociedades requerem num âmbito de liberdade e transparência. Os desafios não são poucos, e a lista de assuntos pendentes é muito longa, mas a tendência, sem dúvida, é positiva.

Isto abre um panorama favorável para que a América Latina e o Caribe percorram um longo caminho de crescimento sustentado nos anos vindouros, graças às

novas tendências no desenvolvimento mundial e ao fortalecimento institucional. A forte demanda prevista em relação aos produtos primários exportados por boa parte das nações da área, aos mercados asiáticos, somada à elevação do consumo interno, cria um ponto de partida especialmente favorável.

Este conjunto de fatores indica que devemos manter o caminho no que se refere às reformas institucionais e à construção de melhores governos – nacionais, regionais e locais –, num contexto de aprofundamento da democracia. Somente a boa gestão dos assuntos públicos permitirá que as possibilidades hoje oferecidas a grandes e pequenos empresários alcancem todo o seu potencial e que uma melhor qualidade de vida seja uma realidade para os mais de 600 milhões de latino-americanos e caribenhos.

Estou firmemente convencido de que é possível dar este salto. Demonstrar esta afirmação é o propósito destas páginas, nas quais se faz um exame dos avanços e das tarefas pendentes. Hoje, como nunca, nós, que vivemos na América Latina e no Caribe, temos a oportunidade real de superar os obstáculos que nos impedem de alcançar um maior grau de bem-estar. Mas o terreno fértil não é garantia de que a colheita seja boa. É preciso saber semeá-lo, assim como arrancar as ervas daninhas e regá-lo com cuidado para que os frutos brotem.

Ajudar neste trabalho é o propósito indeclinável do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ao longo de meio século de existência, o BID foi fundamental no impulso de projetos que contribuíram para melhorar nossa sociedade, um esforço que deve continuar. O fortalecimento de nossa capacidade financeira com o Nono Aumento Geral de Recursos, aprovado em 2010, e as melhorias em curso, no que se refere ao fortalecimento de nossos programas e processos internos, permitirão que o Banco continue sendo o sócio de que a região necessita em seu esforço para fazer desta a década da América Latina e do Caribe.

Washington D.C., julho de 2011



CAPÍTULO I

Uma economia regional que avança



O futuro será muito mais que o prolongamento do passado recente, e, por trás da realidade que começa a surgir, também está a possibilidade realde que a região consiga dar o salto que requer, merece e do qual necessita

Uma economia regional que avança

Ao longo da minha vida profissional, tive a possibilidade e o privilégio de observar diretamente a evolução da América Latina e do Caribe. Os diferentes cargos que desempenhei levaram-me a viajar pela região a um ritmo que – sem dúvida – acentuou-se desde que assumi a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no segundo semestre de 2005. Isto, além da leitura contínua de relatórios e o contato permanente com pessoas das mais diversas nacionalidades e ofícios, permite-me ressaltar com certa segurança os contrastes imensos entre o passado recente e o presente.

A transformação que a América Latina e o Caribe estão vivendo é inquestionável, embora às vezes seja difícil constatá-lo. Em boa parte de nossas cidades, observa-se que, sob o mesmo céu, convivem o progresso e o atraso, os avanços e as desigualdades sociais. Apesar destas diferenças – e da comprovação de que o caminho que falta para chegar ao progresso justo e equitativo é longo –, um exame do passado recente demonstra o muito que percorremos.

Quando as crises pareciam não ter fim

Para começar, recorro um exemplo não muito distante: épocas como a de alta inflação, que durante um longo tempo caracterizou várias economias da região.

Hoje, os jovens surpreendem-se quando ouvem dizer que os preços de certos artigos chegavam a variar todos os dias, ou que as pessoas iam às casas de câmbio para comprar dólares assim que recebiam seu salário, a fim de proteger-se contra as altas. Parece estranho, mas era o recurso por excelência ante os aumentos.

Em 1985, por exemplo, a taxa de inflação anual na região foi de 159%, enquanto, em 1990, ascendeu a 1.189% (Sáinz, 2006). Os números eram tão grandes que o surgimento de novas moedas era frequente – algo que não só confundia os que chegavam do exterior, mas golpeava os mais pobres, pois tanto uns como outros tinham de lidar com notas de diferentes denominações, para não falar das dificuldades para os bancos, os negócios de todo tipo e a dinâmica geral da economia.

Tampouco esqueço as duríssimas consequências da crise da dívida que eclodiu em 1982 e nos abalou até as bases. A região havia-se endividado aceleradamente,

desde meados dos anos 1970, graças à abundância de recursos provenientes do aumento do preço do petróleo, mas o anúncio da cessação de pagamentos por parte do México, no segundo semestre de 1982, gerou uma forte incerteza nos mercados, a qual desencadeou uma queda significativa das linhas de crédito para a região.

De um momento para o outro, expressões como “programa de ajuste” e “medidas de austeridade” passaram a fazer parte do vocabulário cotidiano dos latino-americanos e caribenhos, que sofreram o corte dos orçamentos públicos, ou a diminuição das folhas de pagamento estatais. Juntamente com o fechamento das fontes de crédito internacional, vieram as elevações nas taxas de câmbio, assim como os primeiros ensaios de abertura comercial e privatização, que significaram o abrupto abandono do modelo de substituição de importações.

Consequentemente, o crescimento que a região vinha experimentando foi fortemente interrompido. Entre 1982 e 1990, o crescimento estagnou-se e a renda por habitante diminuiu. Ao mesmo tempo, outras regiões do mundo prosseguiram em sua marcha, com o que a lacuna em relação a outros continentes se ampliou de forma radical. O produto interno bruto (PIB) latino-americano, que representava 7,8% do total mundial em 1980, baixou para 6,4% dez anos mais tarde.

Quadro 1

Crescimento do produto interno bruto (PIB) no mundo por décadas, 1961-2000

	Média de crescimento anual			
	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000
África Subsaariana		3.7	1.9	2.3
América do Norte		3.3	3.2	3.4
América Latina e Caribe	5.4	5.6	1.3	3.2
Ásia Oriental e Pacífico	8.9	4.7	5.2	3.1
Europa e Ásia Central	4.8	3.1	2.4	1.9
Oriente Médio e África do Norte		8.5	1.8	4.0
Sul da Ásia	4.4	3.0	5.4	5.2
União Europeia	4.8	3.1	2.4	2.2

Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators* (WDI), 2011.

Tudo isso sucedia em um contexto de poucas liberdades democráticas. Durante longos anos, os regimes militares foram mais a norma que a exceção na América Latina. Além disso, nos países onde existia o voto popular, eram desconhecidos conceitos como descentralização ou eleição das autoridades regionais e locais. Estas carências do sistema político estreitavam a margem de manobra do setor privado e opunham obstáculos à integração, porque os vínculos comerciais eram muito limitados, a infraestrutura física era de má qualidade e as conexões aéreas eram escassas. Além disso, durante os períodos de ditadura, foram cometidas graves violações dos direitos humanos que deixaram um saldo trágico e abriram feridas ainda não completamente cicatrizadas.

Uma das consequências imprevistas da recessão econômica dos anos 1980 foi o paulatino desmonte das ditaduras. Com o regresso da democracia, sopraram também novos ventos, que vieram acompanhados de um renovado enfoque nos assuntos de desenvolvimento. Além disso, em muitos casos, ocorreu uma renovação profunda no quadro de funcionários encarregados de tomar as decisões, a grande maioria com uma maior preparação acadêmica e com o ânimo de fazer com que as coisas melhorassem.

Os programas de ajuste macroeconômico adotados para enfrentar as crises externas foram essenciais para a recuperação econômica e alcançaram uma redução substancial da inflação, a qual desceu para níveis próximos de um dígito a partir de 1999. Não obstante, durante a década de 1990, as turbulências financeiras globais puseram de novo em evidência a fragilidade econômica da região. Com relativa frequência, observou-se que um problema em um país ocasionava a diminuição do crédito existente para todos, os quais começavam a ter dificuldades para cumprir a tempo suas obrigações. Começava assim um círculo vicioso de desvalorizações, fuga de capitais e quebras ocasionais no setor bancário ou industrial, que, por sua vez, levavam a operações de resgate por conta do orçamento público.

Feitas estas considerações, é necessário ressaltar o começo do “regionalismo aberto”, representado em acordos de integração e pactos comerciais que, embora limitados, multiplicaram o intercâmbio e abriram as portas para o trânsito de pessoas e investimentos, sem que se levantassem barreiras a outros continentes. Igualmente, o investimento estrangeiro direto (IED) registrou um aumento sustentado, inicialmente como consequência da venda de ativos públicos e, depois, em razão do surgimento de novas oportunidades.

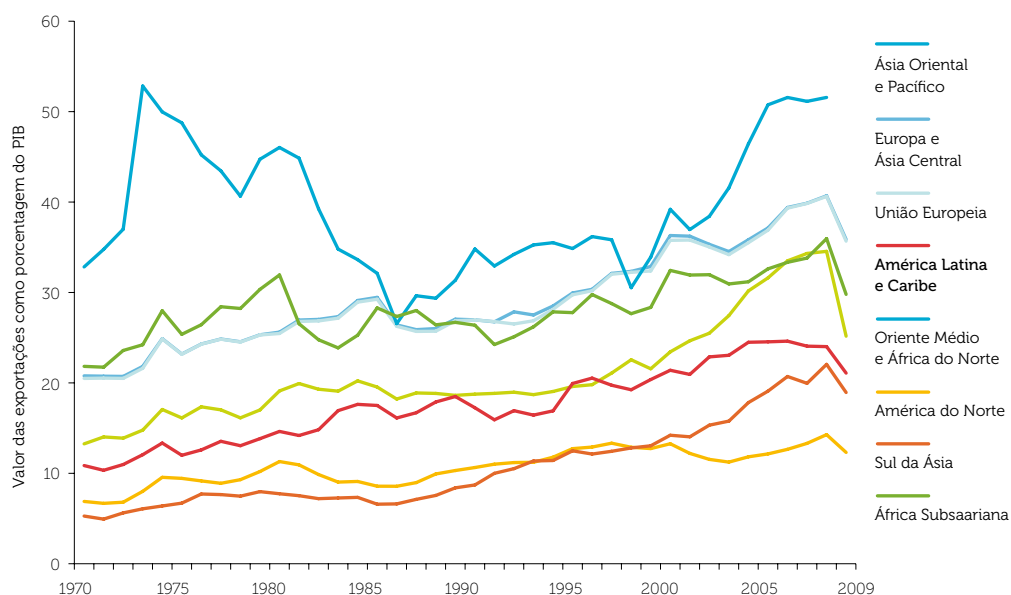
O salto do início do século

A história, porém, começou a mudar decididamente com a chegada do novo século, por conta de várias coincidências afortunadas. Dentre estes elementos favoráveis, devemos mencionar um bom contexto global, que permitiu o crescimento das exportações e do comércio, em meio a uma abundante liquidez internacional, com taxas de juros historicamente baixas. Não menos importantes foram os elevados volumes de remessas enviados pelos latino-americanos que partiram para outras latitudes.

No primeiro caso, a dinâmica do PIB mundial, em particular da China, como forte importadora de produtos básicos, teve seu efeito sobre as cotações de diversos bens primários. Embora o caso mais extremo seja o dos hidrocarbonetos, que duplicaram em termos reais o nível alcançado em 1973 e 1979, também ocorreram aumentos significativos no preço dos alimentos a partir de 2003 – o que gerou, entre 2002 e 2008, um crescimento de 145% nas exportações de bens da América Latina e do Caribe.

Gráfico 1

Exportações de bens e serviços, por região, 1970-2009



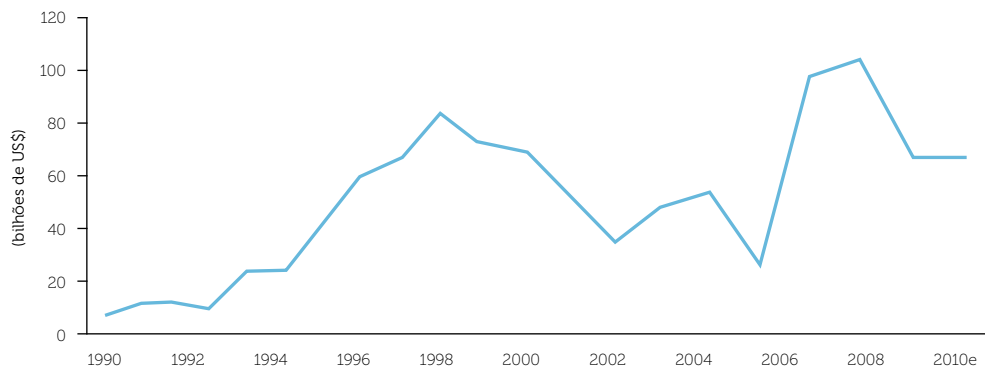
Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators* (WDI), 2011.

O segundo elemento foi a ampla oferta de recursos financeiros. Embora não tenha ocorrido pela primeira vez, pois uma situação equivalente teve lugar nos anos 1970, em meio a um contexto inflacionário diferente, os países da região – em geral – evitaram então aumentar seu nível de endividamento e, de fato, melhoraram o perfil de suas dívidas em termos de custo e prazo. Teve lugar também um esforço explícito dos governos e do setor privado para emitir títulos internamente e em moeda local, diminuindo a vulnerabilidade em relação aos choques externos.

Ao longo da década de 1990, as melhorias no contexto macroeconômico também contribuíram para tornar as economias latino-americanas e caribenhas mais atraentes para o investimento estrangeiro, tanto nas indústrias extrativistas como no desenvolvimento de diversos mercados nacionais. Nas últimas duas décadas, o IED para a região mostrou uma forte tendência ascendente, alcançando um nível recorde de 96,7 bilhões de dólares em 2008 (CEPAL, 2010a).

Gráfico 2

Investimento estrangeiro direto líquido na América Latina e no Caribe, 1990-2010



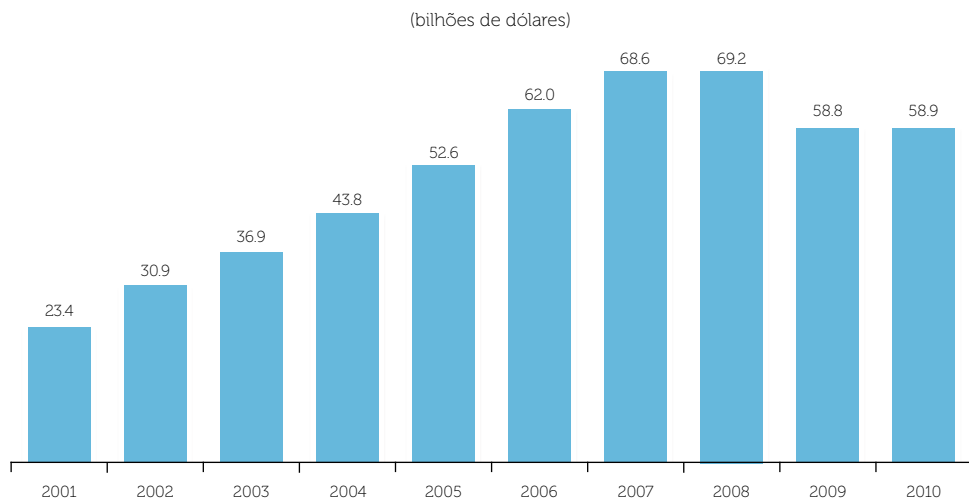
(e) estimativa

Fontes: Banco Mundial. *World Development Indicators (WDI)*, 2011; CEPAL. *La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2009, 2010b*.

A isso, deve-se acrescentar o forte aumento nas remessas dos emigrantes. Entre 2001 e 2008, estas aumentaram de 23,4 para 69,2 bilhões de dólares (BID, 2011a). Assim, estes recursos chegaram a representar 2% do PIB latino americano e, em alguns anos, superaram os volumes de investimento estrangeiro direto.

Gráfico 3

Remessas para a América Latina e o Caribe, 2001-2010

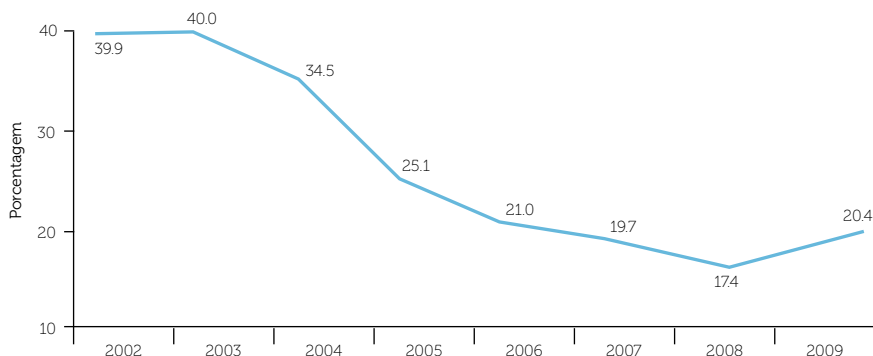


Fonte: BID. *Las remesas a América Latina y el Caribe durante 2010: estabilización después de la crisis*. 2011a.

Os elementos propícios não terminaram aí. Embora parte da elevação nos preços externos tenha permitido um aumento no gasto público, o saldo fiscal da região melhorou notoriamente. Também o fez o montante das reservas internacionais, enquanto os indicadores da dívida pública diminuíram de forma sustentada: entre 2002 e 2009, a relação entre dívida externa e o PIB passou de 39,9% a 20,4%.

Gráfico 4

Dívida externa total como porcentagem do PIB na América Latina e no Caribe, 2002-2009



Fonte: CEPAL. *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe*, 2010c.

A combinação destes elementos foi expressa em cifras. Entre 2003 e 2007, a América Latina e o Caribe tiveram um crescimento médio anual de 5%, a segunda melhor taxa histórica depois da registrada entre 1967 e 1974, com um ponto percentual a mais. Por sua vez, a renda por habitante teve um crescimento médio anual próximo de 4% entre 2003 e 2007, enquanto o desemprego desceu para cifras inferiores a 8%, a partir de 2007.

Talvez a concretização mais importante deste avanço tenha sido a diminuição da pobreza, que passou de 221 milhões de pessoas em 2002 para 180 milhões em 2008 (CEPAL, 2010a). O índice de pobreza, que era de 48,3% da população em 1990, diminuiu para 33% em 2008.

Semelhante desempenho não esteve isento de apelos à prudência. Um estudo do BID (2008) colocava em perspectiva os resultados alcançados, ao mesmo tempo em que lembrava aos países da região a importância de conter os gastos e de poupar para quando o vento mudasse de direção. Esta advertência soava muito apropriada, dado o caráter volátil das cotações dos produtos básicos, que, em outras épocas, ocasionaram períodos de bonança seguidos por contrações profundas.

A resposta à crise

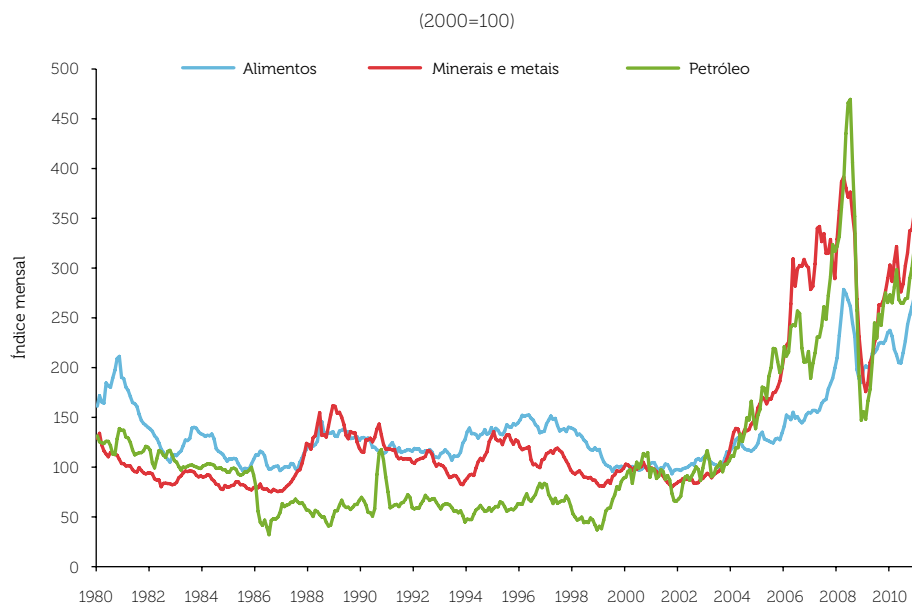
Ninguém previa, porém, que as advertências sobre uma eventual mudança na direção do vento seriam postas à prova com tanta rapidez. Para começar, porque o ciclo de alta nos preços de alguns bens agrícolas começou a chegar ao fim, seguido por uma queda brusca do preço do petróleo, não sem antes aproximar-se de 150 dólares o barril em julho daquele ano, como mostra o Gráfico 5.

Tal situação havia começado a criar problemas em diferentes partes do hemisfério. O aumento nos preços dos alimentos causou manifestações populares de descontentamento em alguns países e uma elevação geral nos índices de preços na região. Naquele momento, a preocupação de várias entidades internacionais, inclusive o BID, era que este cenário causasse um aumento nos índices de pobreza, afetando os mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, existia a possibilidade de que as disparidades regionais se aprofundassem, ante a presença de países ricos em recursos naturais junto a outros com menos jazidas ou terras pouco propícias para a agricultura.

A estas preocupações somou-se a deterioração do clima econômico no mundo desenvolvido. Como se sabe, o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos ocasionou uma baixa nos preços dos bens imóveis, a que se seguiu um aumento dos

Gráfico 5

Índice de preços de produtos básicos, 1980-2010



Fonte: UNCTAD. UNCTADstat, 2011.

índices de mora. Este fato revelou que uma parte importante dos empréstimos hipotecários havia sido concedida a pessoas que não tinham como fazer jus à dívida.

O problema não fez senão aumentar, quando se constatou que, mediante estas hipotecas, haviam sido construídos novos mecanismos de investimento adquiridos por poupadores e entidades em diferentes lugares do mundo. A comprovação disso levou a uma suspensão virtual das negociações destes derivados e à perda implícita de seu valor, pois era quase impossível estabelecer a solidez de cada um de maneira individual.

As consequências de tal fenômeno sobre diversas entidades financeiras foram muito grandes. De um lado, muitas cessaram suas operações de crédito, ou as reduziram ao mínimo, a fim de preservar seus fundos à vista, enquanto algumas se omitiram de emprestar a outras instituições bancárias, ante a falta de confiança generalizada na solidez do sistema.

Em resposta, as autoridades dos países mais desenvolvidos empreenderam um plano de salvamento sem precedentes. Tal plano incluiu não só a abertura de enormes linhas de crédito de curto prazo, a fim de preservar a liquidez mediante

empréstimos ou a compra de títulos, como também a injeção de recursos novos em troca de uma participação acionária – o que resultou, de fato, em uma estatização parcial de dezenas de bancos, nos principais centros financeiros do mundo, e, em certos casos, na liquidação de outros.

Enquanto a crise ocorria nos países desenvolvidos, na América Latina e no Caribe era observada com preocupação, mas com certa distância. A razão fundamental é que, ao contrário do que ocorria no mundo desenvolvido, na região foram mínimos os casos de investimentos equivocados ou fundos perdidos durante a crise imobiliária.

Isto fez com que, num primeiro momento, as projeções de crescimento fossem reduzidas de maneira marginal – estava no auge a teoria do “descasamento”, segundo a qual se acreditava que uma recessão nos países mais ricos não influiria de maneira determinante sobre o desempenho das economias emergentes. Sem dúvida, contribuíram para esta posição os fatos de que os mercados financeiros latino-americanos não haviam passado por muitas inovações, em termos de derivados, e as instituições bancárias haviam sido submetidas, no passado, a uma rigorosa regulamentação.

Não obstante, a quebra de Lehman Brothers – em meados de setembro de 2008 – fez soar um aviso de alerta. A queda nas cotações das matérias-primas mostrou que a bonança havia chegado ao fim, enquanto as linhas de crédito internacionais, que haviam sido abundantes até aquele momento, foram cortadas drasticamente. A incerteza traduziu-se, além disso, em redução dos pedidos industriais e em paralisia do consumo, que, embora sentida com mais força nas nações afetadas diretamente pela crise, acabou estendendo-se com rapidez a todos os continentes.

O impacto não foi menor. Durante o último trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009, o PIB latino-americano sofreu uma diminuição superior a 3%. Isto significou o fim abrupto do ciclo de expansão. Contudo, diferentemente do que ocorrera em episódios anteriores de convulsão econômica internacional, a região exibiu uma força sem precedentes. A resposta em termos de políticas macroeconômicas foi, então, essencialmente anticíclica, especialmente em países com fundamentos econômicos mais sólidos.

Em meio à emergência, os governos encaminharam medidas para confrontar o ciclo descendente com programas de gasto destinados a construção de obras públicas e geração de empregos, bem como reforçaram as redes de proteção social por meio de programas de transferências condicionadas.

Em alguns casos, alguns impostos foram eliminados temporariamente, a fim de estimular o consumo ou promover atividades produtivas específicas. Tais estratégias,

equivalentes a quase 2% do PIB regional, foram possíveis graças à melhor capacidade institucional, poupança prévia e manejo responsável antes da emergência.

Os bancos centrais utilizaram as ferramentas a seu alcance, que incluíam reduções nas taxas de juros de intervenção para diminuir o custo dos créditos. O menor ritmo de inflação permitiu que o espaço para os cortes fosse amplo. Também houve um esforço para proporcionar liquidez em moeda nacional e estrangeira, bem como modificações nos encaixes bancários.

Ao mesmo tempo em que essa situação ocorria, o BID pôde reagir com rapidez. Num tempo recorde, foram aprovadas medidas que aumentaram de maneira imediata o fluxo de recursos, com especial ênfase no atendimento a países mais pobres e mais afetados pela crise. Ante a magnitude da emergência, geramos a liquidez necessária num momento em que o Fundo Monetário Internacional (FMI) experimentava uma limitada capacidade financeira; reforçamos nossa capacidade de empréstimos e desembolsos para assegurar um maior fluxo de recursos para a região.

Ante a elevada demanda, asseguramos um equilíbrio na distribuição de recursos de financiamento por país; demos prioridade àqueles com maiores necessidades, aumentando a disponibilidade de recursos concessionais e doações; e mantivemos o custo de nossos instrumentos num nível mínimo, a fim de reduzir a carga financeira de nossos países.

As medidas adotadas permitiram que, em 2009, o Banco aprovasse um programa de 15,623 milhões de dólares, superando em 39% as aprovações de 2008. Isto significou uma cifra recorde no volume de empréstimos aprovados pela instituição. Os resultados também foram satisfatórios em termos de desembolsos, alcançando, no encerramento daquele exercício, um nível histórico de 11,907 milhões de dólares, o que implicou um aumento de 56% em relação ao ano anterior.

Quanto aos fluxos líquidos para a região, alcançou-se um volume de 6 bilhões de dólares, ou seja, cerca de 3,400 milhões de dólares mais que em 2008. Por sua vez, os fluxos líquidos previstos para os países mais pobres ascenderam a 1,363 milhão de dólares, o que representou um aumento de 153% em relação ao período anterior.

O efeito combinado destas ações e dos programas de estímulo dos países num contexto de menor incerteza, juntamente com a normalização dos mercados financeiros, permitiu que, à medida que transcorria o ano de 2009, a situação começasse a melhorar. Tanto o consumo privado como o investimento aumentaram de maneira gradual, enquanto os preços dos produtos básicos começaram a subir a partir do segundo trimestre do ano.

A adoção destas medidas não evitou que o PIB da América Latina e do Caribe sofresse uma diminuição de 1,7%, a pior taxa desde a queda de 2,5% em 1983. Além disso, a renda por habitante caiu 2,9%, enquanto a pobreza teve um ligeiro aumento de 0,1 ponto percentual, uma deterioração associada ao maior desemprego, que passou de 7,3% para 8,1% (CEPAL, 2011b).

Estes resultados foram menos graves do que se esperava. A razão principal é que os custos sociais, embora heterogêneos entre os diferentes países, alcançaram níveis muito inferiores aos experimentados em outras partes do mundo, onde as taxas de desocupação chegaram a duplicar. Ao mesmo tempo, o esforço fiscal não deteriorou de maneira fundamental a posição dos diferentes países. Assim, o saldo das finanças públicas passou de -0,4% do PIB em 2008 para 2,9% e -2,4% em 2009 e 2010, respectivamente. O peso da dívida pública, por sua vez, voltou a uma tendência decrescente em 2010 (CEPAL, 2010d).

O mais relevante é que o retrocesso foi superado em 2010, graças à recuperação da economia global e, sobretudo, dos principais mercados de exportação latino-americanos. Assim, o crescimento econômico, depois da contração de 2009, foi de 5,9%, resultado que se destaca quando comparado ao de outras zonas do planeta. Adicionalmente, a renda por habitante da região aumentou em 4,7%. Esta dinâmica permitiu que o índice de pobreza caísse para 32,1% – o mais baixo da história – e que o desemprego diminuísse para 7,6% (CEPAL, 2010d). Deve-se assinalar, porém, que o crescimento não foi igual para todos, pois vários países mostraram uma vigorosa recuperação, enquanto outros avançaram a um ritmo menor.

Apesar desta disparidade, é importante ressaltar que, em 2011, o bom desempenho se manteve. As estimativas mais recentes do Fundo Monetário Internacional e da CEPAL falam de um crescimento entre 4,5% e 5%, com o que o desemprego poderia situar-se em níveis inferiores a 7%, algo que não tem antecedentes em épocas recentes. Embora o ritmo da inflação tenha-se acelerado ligeiramente, devido às circunstâncias internacionais, os diferentes bancos centrais tomaram medidas para moderar o consumo interno e buscar um caminho compatível com um ritmo de longo prazo.

Quadro 2

Indicadores macroeconômicos selecionados da América Latina e do Caribe, 2001-2010

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010e
Resultado global do governo central (% do PIB)	-3,1	-2,8	-2,9	-1,8	-1,0	0,1	0,4	-0,4	-2,9	-2,4
Dívida pública do governo central (% do PIB)	44,9	58,2	57,3	50,9	42,8	35,8	29,9	28,5	29,9	28,5
Dívida pública do setor público não financeiro (% do PIB)	50,1	65,0	62,7	55,8	47,6	40,5	33,5	31,9	33,5	31,7
Inflação (variação anual do IPC)	6,1	12,2	8,5	7,4	6,1	5,0	6,5	8,2	4,7	6,2

(e) estimativa

Fonte: CEPAL. *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2010, 2010d.*

A mudança do contexto internacional

Tais resultados provavelmente teriam sido muito diferentes se não tivesse havido uma profunda variação nas fontes de crescimento da economia mundial. Entre 1950 e 1980, a contribuição da Europa Ocidental, América do Norte e Austrália ao PIB global manteve-se constante, em níveis próximos a 50%, mas, a partir dos anos 1980, ocorreu uma reconfiguração fundamental. Assim, o peso das zonas mencionadas situou-se abaixo de 40%, enquanto o da Ásia (excluindo Japão) mais que duplicou, até ficar acima de 36%.

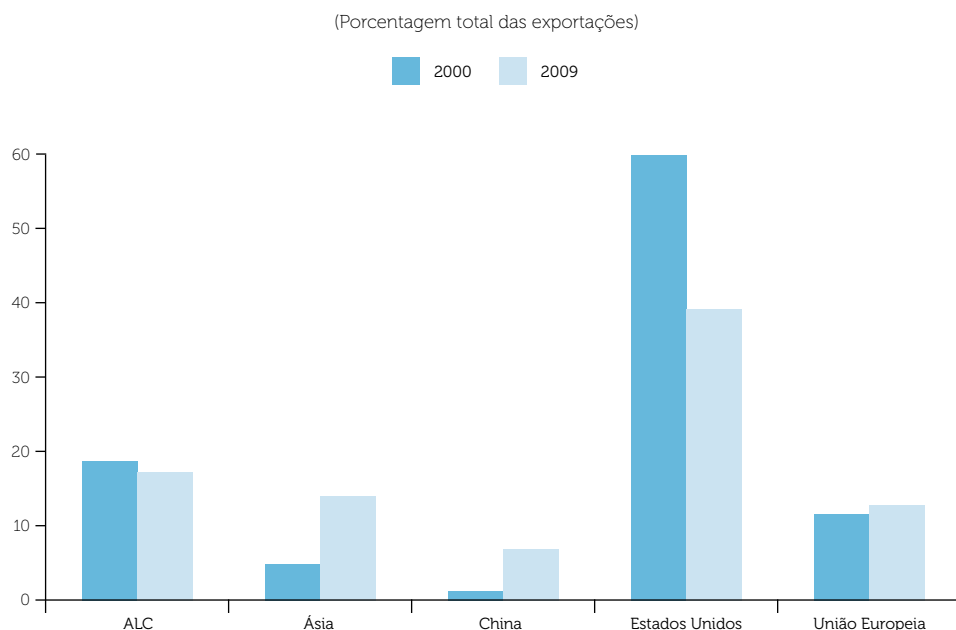
Uma medição diferente, elaborada para apoiar as deliberações do G-20, mostra um resultado similar: a participação dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento no PIB global teria aumentado 10% na primeira década do século XXI, até chegar a 47,1%, enquanto o restante corresponderia àquela das nações industrializadas. Segundo as projeções feitas com base nos prognósticos do FMI, em 2013 essa proporção passaria a ser majoritária, embora alguns assegurem que isso talvez possa ocorrer antes (INTAL, 2010).

As perspectivas de mais longo prazo revelam que tal situação mencionada talvez perdure. Embora seja arriscado fazer prognósticos para os próximos 40 anos, estes revelam que o motor do progresso mundial pode não ser o mesmo da segunda metade do século passado. Por tal motivo, tornaram-se populares diferentes siglas. As mais conhecidas são BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e CIVETS (Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia e África do Sul). Em ambas, trata-se de identificar os países com mais possibilidades de contribuir para o crescimento global.

Porém, quaisquer que sejam os grupos, em todos os casos a mensagem é a mesma: as economias mais dinâmicas não serão as que chegaram a alcançar os índices mais altos de desenvolvimento. Fatores que têm a ver com uma mudança nos padrões de consumo, ou com um envelhecimento da população e a eventual diminuição do número de habitantes em diversos países, são usados para explicar a realidade provável. Isto não quer dizer que irá ocorrer um empobrecimento nas áreas de maior renda, mas que a distância em relação às que têm menos diminuirá de forma notória.

Gráfico 6

Principais destinos das exportações da América Latina e do Caribe, 2000-2009



Fonte: CEPAL. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe: crisis originada en el centro y recuperación impulsada por las economías emergentes*, 2010e.

Semelhante perspectiva deve ser aplicada à América Latina e ao Caribe. A razão é que os novos padrões implicam expansão e reformulação dos fluxos de comércio e investimento, algo que está sucedendo desde o início do século XXI. Entre 2000 e 2009, por exemplo, a soma das exportações e importações da Ásia – no total intercambiado pela região – passou de 9% a quase 20%. No início, os principais propulsores foram Japão e Coreia do Sul, mas a China os substituiu, enquanto a Índia começou a figurar nas estatísticas.

Tais relações se fortaleceram também com a assinatura de tratados de livre-comércio, a abertura de embaixadas e escritórios de representação e a chegada crescente de IED. Por estes motivos, tenho afirmado que chegou a hora de fortalecer os canais do hemisfério sul, o que inclui desde o aumento nos espaços para o diálogo até a melhoria de portos, avanços na infraestrutura rodoviária, desenvolvimento de rotas de navegação e estabelecimento de mais frequências aéreas entre duas zonas cada vez mais unidas. Um exemplo notável desta nova visão estratégica de inserção internacional pode ser encontrado na recente iniciativa do Chile, da Colômbia, do México e do Peru de criar uma Área de Integração Profunda (AIP), com o objetivo de reforçar a cooperação regional para aproveitar conjuntamente o potencial da integração transpacífica.

Parte da justificativa para estas mudanças tem a ver com o aumento previsto na demanda de produtos básicos e bens manufaturados, ocorrido nas economias emergentes. A previsão indica que a classe média, que no mundo em desenvolvimento somava 250 milhões de pessoas em 2000, atingirá 1,2 bilhão em 2030 (alguns cálculos falam de uma cifra maior). Levando em conta que a maior parte deste aumento estará localizada na Ásia, a mensagem para a América Latina e o Caribe é inquestionável. Ela consiste em atender às necessidades de um continente que é deficitário e que cada vez comprará mais minerais, hidrocarbonetos e alimentos para atender às necessidades de populações com maior capacidade de consumo.

Talvez nenhum caso dê maior peso a esta afirmação do que o da China, que, em 1990, era praticamente inexistente para o comércio exterior da região e, hoje, representa mais de 7% de nossas exportações. Esta situação é concomitante ao auge de sua atividade comercial, que, no início deste século, situava-a em sétimo lugar entre os maiores exportadores do planeta e, em 2009, coloca-a como primeira potência exportadora.

Na América Latina, os produtores e consumidores chineses encontraram um grande fornecedor de insumos. Por isso, suas relações tendem a intensificar-se. As exportações da América Latina e do Caribe para a China, que em 2000 tinham uma

participação de 1% do total e que em 2009 chegaram a 7,6%, poderiam ascender a 19,3% em 2020, suplantando a União Europeia (UE). Os cálculos mostram também que as previsões de investimento estrangeiro direto devem aumentar, na medida em que há mais interesse asiático pelas indústrias extrativas, ou pela provisão de alimentos numa zona como a nossa, em que há terras cultiváveis e a maior riqueza hídrica do mundo.

Além disso, existe grande confiança nas possibilidades da Índia, onde o aumento da população será mais acelerado e começa a ser evidente uma crescente taxa de urbanização, devido em parte ao rápido crescimento já registrado neste século. Contudo, as possibilidades não terminam aí. O salto da economia africana abre, igualmente, um novo cenário para a América Latina e o Caribe, no que se refere à promoção do comércio de bens com maior valor agregado e das iniciativas de negócios.

Por outro lado, é impossível deixar de lado o potencial representado pela integração regional. Sem desconhecer que já se avançou muito, o caminho a percorrer ainda é amplo. Embora as exportações tenham passado de 13,1% do total, em 1990, para 20,4% no início de 2008, estes índices ainda eram inferiores aos que existiam na UE, ou entre os membros do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (CEPAL, 2010c).

Entre as razões que se contrapõem para explicar a falta de um avanço mais decisivo em matéria de integração regional, os especialistas citam a ausência de vontade política, ou a necessidade de aprofundar os esquemas vigentes, com programas de eliminação de tarifas muito mais agressivos. Não menos importantes são a falta de meios de comunicação eficientes, ou as barreiras alfandegárias, além dos mecanismos de controle existentes entre nações vizinhas, por vezes olhados com apreensão ante a existência de diferenças limítrofes.

As perspectivas

Em meio às novas realidades, as perspectivas são positivas. Se a América Latina e o Caribe conseguirem manter uma média de aumento no PIB próxima dos 4,8% registrados entre 2003 e 2008, o valor total do PIB atual duplicaria em 15 anos, e a renda por habitante dobraria em cerca de duas décadas. Porém, se essa taxa ficar em torno de 6% – como ocorreu em 2010 –, os aumentos citados ocorreriam antes deste tempo.

Esta perspectiva é totalmente factível à luz das transformações globais. Haverá alguns anos melhores que outros, pois, em matéria de desenvolvimento, é impos-

sível manter um ritmo constante, mas existem as condições para avançar. Por isso, o desafio é implantar as políticas que nos levem a concretizar esta possibilidade e evitar os excessos que, em outras épocas, fizeram com que os bons tempos durassem pouco.

No que se refere a isto, é essencial não descuidar dos resultados alcançados e continuar avançando. Certamente, a região conta agora com instituições financeiras, monetárias e fiscais, mais sólidas que há duas décadas. Isto não significa, porém, que os problemas macroeconômicos tenham sido superados. Temas como o superaquecimento das economias, a valorização de algumas moedas, o crescimento excessivo do gasto público e o endividamento merecem ser acompanhados de perto.

Neste sentido, prevê-se que a política macroeconômica de nossos países enfrentará um duplo desafio associado ao ambiente externo favorável: a utilização produtiva da receita dos recursos naturais e a maior entrada de capitais. A região possui 10% das reservas de petróleo, mais de 40% das jazidas de cobre e prata e mais de 25% das terras cultiváveis do mundo. A abundância de tais riquezas é uma oportunidade para desenvolver uma economia mais competitiva e diversificada, diferente daquela primária, que pertence ao passado. Para isto, é fundamental a oportuna tomada de decisões que permita poupar nas boas épocas para poder financiar programas anticíclicos nas más.

Pela própria essência, os preços das matérias-primas são voláteis, pois eventos imprevistos – como um desastre natural, ou um confronto bélico numa zona específica – podem ocasionar problemas de abastecimento de um produto, o que tende a refletir-se de maneira imediata em sua cotação. Se a isso acrescentarmos um cenário de demanda elevada, o desafio das nações que exportam bens primários consiste em elaborar mecanismos para impedir que os choques afetem suas economias com a mesma força.

Assim, é alentadora a presença de alguns fundos de estabilização, cujo propósito é amortecer os altos e baixos nas entradas de recursos e financiar, eventualmente, iniciativas de longo prazo orientadas a melhorar a produtividade de uma economia. Este sistema também contribui para minorar as pressões sobre a taxa de câmbio, que tende a valorizar-se ante uma melhoria súbita na receita das exportações. A conhecida “doença holandesa” encabeça a lista de preocupações de banqueiros centrais e ministros de finanças, nos países ricos em hidrocarbonetos, minerais ou alimentos, que contam com um esquema flutuante do valor da moeda. Embora todos os antídotos testados até agora tenham tido resultados parciais, um dos mais efetivos é saber guardar para os momentos de emergência.

Seguindo um planejamento cuidadoso, parte da receita poderia ser investida para remover gargalos em matéria de infraestrutura, ou destinada a impulsionar políticas mais efetivas para diversificar a estrutura produtiva ou gerar políticas públicas mais eficientes no âmbito social.

No contexto mencionado, tampouco é desprezível a chegada maciça de capitais. Embora, em 2009, tenha ocorrido uma forte queda devido à crise internacional, em 2010 houve uma recuperação rápida, de 80,376 para 112,634 milhões de dólares (CEPAL, 2011a). Tanto as possibilidades das indústrias extrativas como o interesse de chegar a um número crescente de consumidores servem para entender que o que aconteceu tem um fundamento real, com possibilidades de manutenção do crescimento em médio e longo prazos. A isto devemos acrescentar um quadro jurídico, em geral mais estável, sobretudo nas economias cujo objetivo aumentar sua inserção em escala global.

Por outro lado, diversas instituições, inclusive o BID, advertiram sobre os riscos que um aumento inesperado nos recursos orientados a investimentos de carteira ou à compra de certo tipo de ativos pode representar para a América Latina e para o Caribe. A abundância de dinheiro barato, somada a uma mudança no perfil de risco da região, torna factível um auge nos fluxos de investimento especulativo, com o perigo de criar bolhas em áreas como a de imóveis ou de ações, apoiadas em uma valorização da taxa de câmbio. Em consequência, a recomendação de entidades como o FMI é que sejam tomadas medidas defensivas, que podem incluir a imposição de controles de tipo administrativo, como retenções ou maiores encaixes.

Tais advertências decorrem das melhores perspectivas da região, pois é claro que um aumento sustentado na taxa de crescimento vem acompanhado de outros tipos de desafio. Embora exista alguma incerteza sobre o que pode acontecer, a hipótese mais provável é otimista, como deixa claro o que ocorreu na primeira metade de 2011. O motivo principal, mesmo soando reiterativo, é que os países asiáticos não são autossuficientes quanto ao abastecimento das matérias-primas e dos insumos energéticos de que necessitam, tanto para alimentar sua população como para apoiar seu crescimento.

Embora o debate sobre a permanência desta demanda prossiga, sem dúvida há uma mudança no centro de gravidade do planeta em direção ao Pacífico Asiático. Entender que isso ocorre obriga a preparar-se melhor para navegar em correntes mais poderosas e evitar cair nos erros do passado, que incluem a dependência de apenas alguns produtos ou de um só mercado. Também é imperativa a criação de

novas alianças orientadas a aproveitar as oportunidades que surgem, sempre com o objetivo de consolidar o desenvolvimento econômico e social.

Felizmente, sou testemunha de que os novos paradigmas foram entendidos na América Latina e no Caribe. Tanto os governos como o setor empresarial e grande parte da população compreendem que o futuro será muito mais que o prolongamento do passado recente e que, sob a realidade que começa a surgir, também existe a possibilidade real de que a região, depois de tantas tentativas fracassadas, consiga dar o salto que requer, merece, e do qual necessita.



CAPÍTULO II

As melhorias sociais: entre luzes e sombras



A consolidação de diversos resultados e o rápido avanço na solução de problemas ancestrais fazem com que se acalente a esperança de que o ciclo de prosperidade que acompanha a segunda década do século XXI permita dar o salto social que dezenas de milhões de pessoas merecem, para o bem de todos os latino-americanos e caribenhos

As melhorias sociais: entre luzes e sombras

Desde o primeiro momento em que, por intermédio de meu trabalho, comecei a acompanhar de perto a situação social da América Latina e do Caribe, tenho os mesmos sentimentos contraditórios. De um lado, olho as cifras e constato grandes avanços, apesar das dificuldades conhecidas e dos retrocessos pontuais. De outro, falo com todo tipo de pessoas, visito zonas rurais e urbanas e me dou conta do grande caminho que falta percorrer para que todos tenham as mesmas oportunidades.

É inaceitável, por exemplo, que um de cada oito latino-americanos e caribenhos seja considerado indigente, que não conte com renda suficiente para garantir sua alimentação diária. Tampouco é alentador constatar que a diferença na qualidade de vida de quem habita o campo ou a cidade é muito grande, que a disparidade entre países é muito ampla, ou que a desnutrição afeta milhões de crianças, tirando-lhes a possibilidade de aspirar a um futuro melhor.

Felizmente, posso dizer – com conhecimento de causa – que os êxitos neste campo superam de longe os fracassos. Hoje em dia, o habitante médio da região tem mais saúde e mais educação. A disparidade de gêneros diminuiu de forma impressionante, enquanto a atenção às populações vulneráveis cresce de forma consistente. Por isto, talvez, os índices de satisfação com a vida sejam equiparáveis aos que se registram nas zonas mais ricas do planeta, como Europa Ocidental, América do Norte e Oceania.

Existe, então, um grande nível de otimismo. Em geral, as pesquisas revelam que os habitantes da região encontram-se em melhor situação com o passar do tempo, mesmo que não sejam tão otimistas frente ao que ocorre em seu país. Conseguir que estas expectativas se cumpram para os quase 600 milhões de pessoas que vivem nesta parte do mundo é um dos principais desafios que nossos governantes enfrentam.

A pobreza em recuo

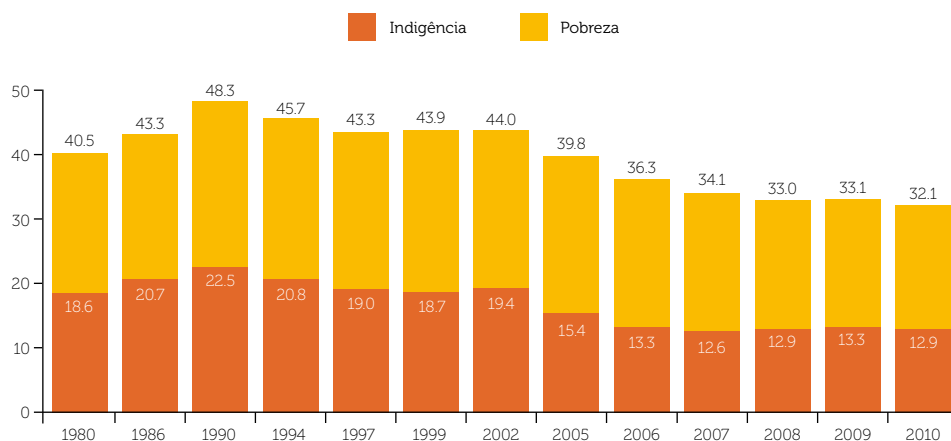
Se alguém tem dúvidas sobre a validade da expressão “década perdida”, referindo-se aos anos 1980 na América Latina e no Caribe, basta remeter-se às cifras. Em

1980, o índice de pobreza era de 40,5%; o de indigência, de 18,6%. Dez anos mais tarde, esses indicadores situavam-se em 48,3% e 22,5%, respectivamente. Em tão curto período, 64 milhões de pessoas engrossaram as fileiras dos que tinham renda inferior a 2 dólares diários, segundo a paridade do poder aquisitivo.

Gráfico 7

Evolução da pobreza e da indigência na América Latina e no Caribe, 1980-2010

(porcentagem da população abaixo da linha de pobreza e indigência)



Fonte: CEPAL. *Panorama social de América Latina 2010*, 2010a.

A partir de 1990, a região começou a percorrer um longo caminho, que nem sempre foi frutífero ou homogêneo. Tanto a limitação dos orçamentos públicos como os choques externos que impactaram a capacidade das economias regionais para gerar bons empregos tornaram difícil a concretização de avanços significativos. Em 2002, por exemplo, o índice de pobreza chegou a 44%, percentual que equivale a 221 milhões de latino-americanos e caribenhos.

A partir daquele momento, as coisas começaram a mudar. Em 2010, a população total vivendo em condições de pobreza havia diminuído para 180 milhões, enquanto a proporção de pobres caiu para 32,1% e a de indigentes para 12,9% (CEPAL, 2010a). Posto de outra maneira, há duas décadas, quase um em cada dois latino-americanos e caribenhos encontrava-se em situação de pobreza; agora, é um em cada três.

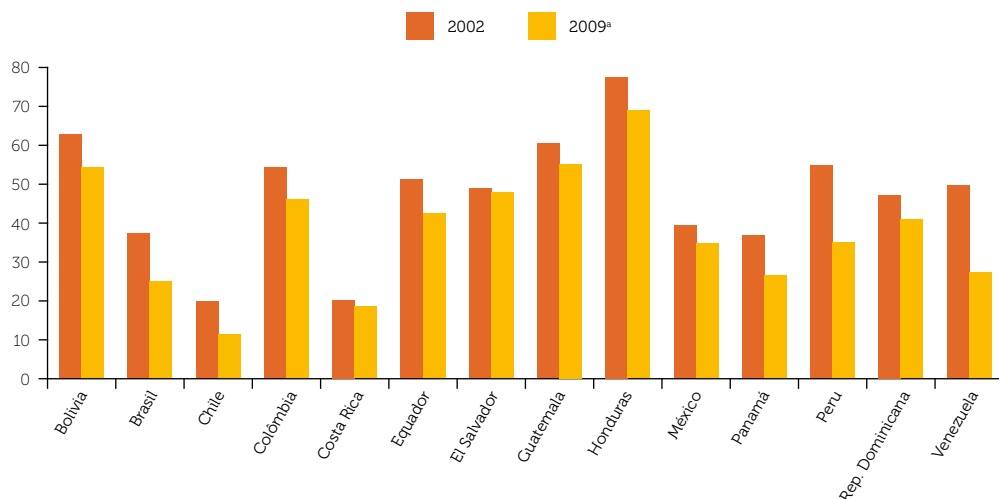
Não obstante, é preciso reiterar que este não foi um processo contínuo. Entre 1990 e 2002, o ritmo médio de queda na indigência foi de 0,26 ponto percentual

por ano, enquanto o ritmo médio de redução da pobreza total chegou a 0,36 ponto percentual pelo mesmo período, sem mencionar as variações entre países. No entanto, entre 2002 e 2008, esta velocidade aumentou para 1,08 e 1,83 pontos percentuais, respectivamente (CEPAL, 2010g).

Gráfico 8

Evolução da pobreza na América Latina, 2002-2009

(porcentagem da população abaixo da linha de pobreza em países selecionados)



(a) O período de 2009 corresponde à pesquisa mais recente disponível entre 2006 e 2009.

Fonte: CEPAL. *El progreso de América Latina y el Caribe hacia los objetivos de desarrollo del milenio. Desafíos para lograrlos con igualdad*, 2010g.

Nos últimos anos, os níveis alcançados por estes indicadores são os mais baixos na história da região e demonstram que as transformações são possíveis em períodos relativamente curtos, com o que aumenta a esperança a respeito do que se pode obter com um esforço sustentado, em médio e longo prazos. Porém, enquanto isto ocorre, vale a pena examinar quais foram os fatores que influíram para que um salto tão notável fosse dado.

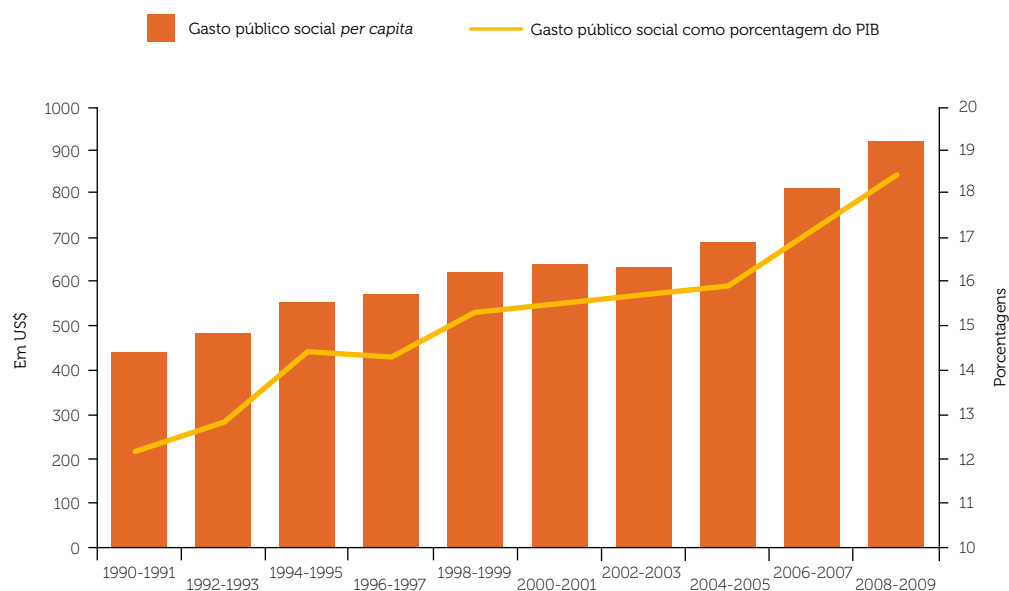
Para começar, deve-se destacar o triunfo na luta contra a inflação. O fato de o aumento nos índices de preços ter ficado em níveis de um dígito de forma consistente, depois de haver superado, em alguns países, níveis anuais de 1.000% nos anos 1990, permitiu defender o poder aquisitivo das pessoas mais vulneráveis. Com razão se diz que o aumento dos preços constitui o imposto mais regressivo que existe, pois diminui a renda disponível e repercute na capacidade do Estado

de gerar riqueza. Por isso, não é pouco a inflação ter caído significativamente, nos últimos 15 anos, na região.

A estabilidade relativa da frente inflacionária combinou-se a uma melhora no ritmo de crescimento, que registrou médias anuais superiores a 4% no mesmo período. Como consequência, a taxa de desemprego caiu de mais de 10%, no começo do século, para 7,6 % em 2010, e com tendência a ser ainda mais baixa em 2011, pois um estudo conjunto da CEPAL e da OIT afirma que ela poderia ficar abaixo de 7%, algo sem precedentes na história recente. O aumento sustentado no PIB permitiu um fortalecimento dos orçamentos públicos. Isto, por sua vez, traduziu-se num aumento do gasto público social, que passou de 12,2% do PIB regional, em 1990, para 18% em 2008, mantendo-se em níveis próximos desde então. Ao mesmo tempo, o gasto por habitante, em dólares constantes de 2000, aumentou de 440 para 885 no mesmo período. Embora, em certos momentos, tenha havido preocupações com a sustentabilidade deste esforço, as melhores perspectivas econômicas regionais fazem pensar que é possível mantê-lo no longo prazo.

Gráfico 9

Gasto público social na América Latina e no Caribe, 1990-2009



Fonte: CEPAL. *Panorama social de América Latina 2010*, 2010a.

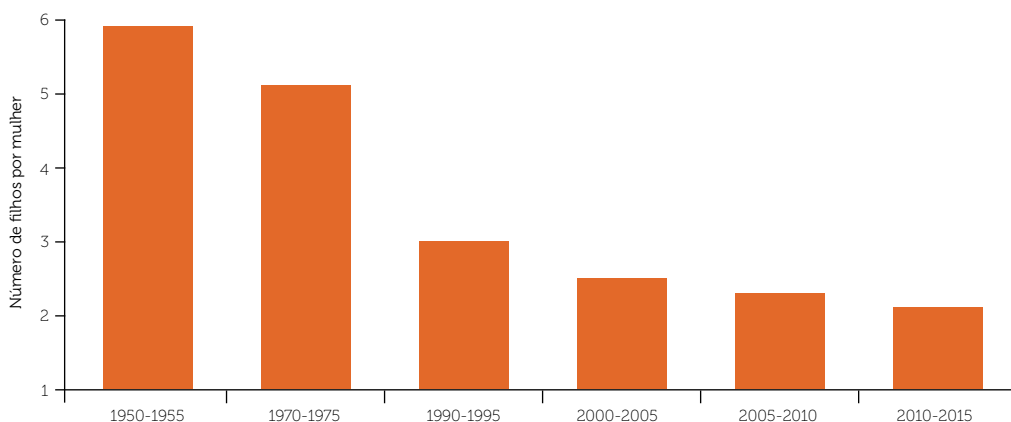
Entre os planos implementados nos últimos anos para combater a pobreza e a marginalidade, os que tiveram mais êxito foram os Programas de Transferências Condicionadas de Renda (os PTCRs), implantados na maioria dos países latino-americanos. Mediante o recebimento de um salário mensal, uma família assegura o uso de sistemas de alimentação ou de saúde específicos, ou se compromete com o envio dos menores de idade ao sistema educativo, com o que se melhora a renda média e se assentam as bases para que as gerações seguintes contem com melhores oportunidades quando ingressarem no mercado de trabalho.

Em 2009, havia programas deste tipo em 17 países da região, beneficiando 22 milhões de famílias, com um custo próximo a 0,25% do PIB (CEPAL, 2010g). Diversas pesquisas demonstraram que este instrumento é muito útil no curto prazo, mas não está clara sua capacidade de evitar a reprodução da pobreza, que faz parte do objetivo fundamental, e vários elementos precisam ser fortalecidos (BID, 2011b).

Estes programas vêm sendo adotados num período de profunda mudança demográfica. Um olhar sobre o último meio século revela uma transformação impressionante na dinâmica demográfica da região. A taxa de crescimento da população reduziu-se de maneira importante. Assim, a média de filhos por mulher passou de 5,9, entre 1950 e 1955, para 2,4 entre 2005 e 2010, o que reflete uma notável redução na taxa de dependência dos grupos familiares.

Gráfico 10

Taxa de fecundidade na América Latina e no Caribe, por quinquênio, 1950-2015



Fonte: CEPAL. *Transformaciones demográficas y su influencia en el desarrollo en América Latina y el Caribe*, 2008.

Para quem examinou estes temas, isso é resultado de diversos fatores, como o fenômeno de urbanização crescente, que influi sobre o tamanho das famílias. Hoje, cerca de oito em cada dez latino-americanos vivem em centros urbanos, uma das proporções mais altas do mundo. Não menos importante é o aumento da escolaridade feminina, assim como a crescente participação da mulher na força de trabalho.

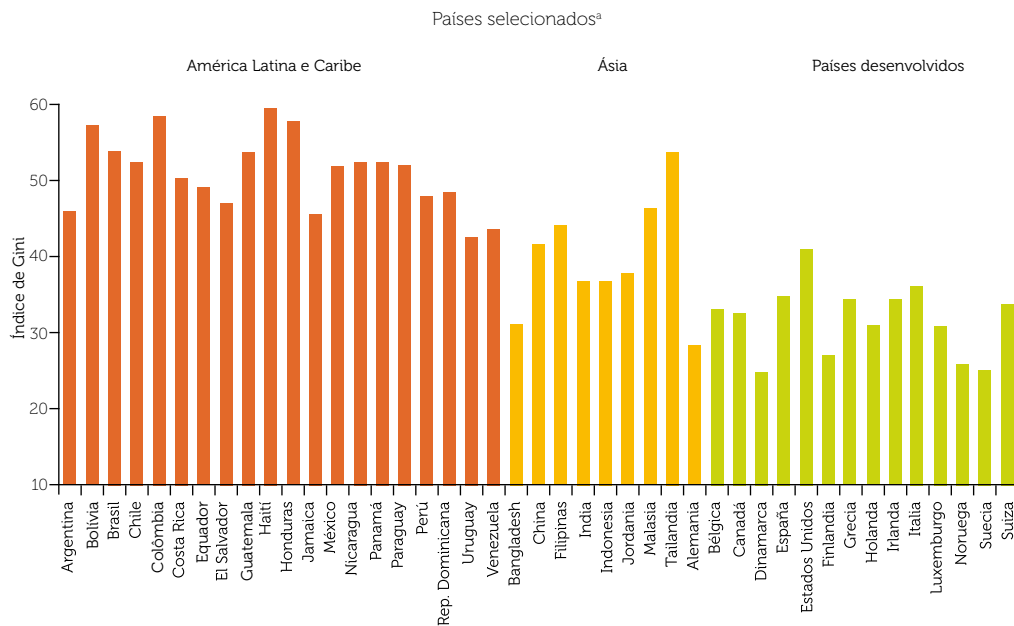
As estimativas mais recentes indicam que a taxa de crescimento da população, entre 2035 e 2040, será de apenas 0,3%, menos de um terço da atual. Ao mesmo tempo, a pirâmide de idades vai mudar substancialmente. Por exemplo, os jovens de até 14 anos de idade vão passar de 27% do total da população, em 2010, para 18% dentro de três décadas. Em contraste, os maiores de 65 anos aumentarão de 8% para 19% no mesmo período (CEPAL, 2010c). Tudo indica que o tamanho médio das famílias é menor e que a taxa de dependência diminuiu, o que implica que a renda deve ser distribuída entre menos pessoas. Este “bônus demográfico”, como o denominam os especialistas, evoluirá favoravelmente na região durante umas décadas, até que a proporção de idosos cresça, tal como está previsto.

Em meio a este panorama, é necessário levar em conta que as mudanças no índice de pobreza estão associadas à evolução do nível de renda, assim como a sua distribuição. O primeiro fator, mais conhecido como “efeito crescimento”, é responsável por 85% dos avanços assinalados entre 1990 e 2008 (PNUD, 2010).

Já a sua distribuição foi mais lenta e posicionou a região, hoje, como a mais desigual do mundo (BID, 2011b). Embora tenha havido alguns progressos recentes, como demonstra o Índice de Gini, que passou de 0,55 para 0,52 entre 2002 e 2008, são inadiáveis políticas mais efetivas orientadas a preencher as lacunas existentes. Os custos sociais e econômicos que isto implica não são pequenos. As profundas desigualdades na região freiam o crescimento econômico, impõem limites à mobilidade social e intergeracional e têm implicações negativas ao aumentar a delinquência (BID, 2011b).

Gráfico 11

Índice de Gini em diversas regiões do mundo



(a) Os últimos dados disponíveis para os países selecionados na Ásia, América Latina e Caribe flutuam entre 2005 e 2009, com exceção do Haiti (2001) e da Jamaica (2004). Os últimos dados disponíveis para os países desenvolvidos selecionados foram registrados em 2000.

Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators* (WDI), 2011.

Por outro lado, deve-se levar em conta a realidade de grupos específicos da população. Assim, a incidência da miséria nas crianças da região é o dobro da que se registra entre os maiores de idade, enquanto a pobreza afeta 81 milhões de crianças. Também esta atinge muito mais as mulheres que os homens, e os habitantes das zonas rurais mais que os das zonas urbanas. Não menos séria é a situação dos grupos indígenas e afrodescendentes, com taxas de indigência até seis vezes superiores à média.

Um último elemento a ser considerado é o perigo que representam certas situações para os progressos obtidos. Tal é o caso dos choques externos, que no passado impediram a América Latina e o Caribe de manter uma taxa de crescimento sustentada, com as consequências conhecidas sobre a estabilidade e o emprego.

Tampouco é menos importante a possibilidade de altas elevadas nas cotações dos produtos primários, que, embora beneficiem a maioria dos países, atingem com dureza o poder aquisitivo das famílias de renda menor. Os reajustes de preços

que tiveram lugar em alguns alimentos e nos combustíveis durante a primeira metade de 2008 foram um sinal de alerta que é melhor não esquecer, sobretudo quando vemos as tendências recentes.

É preciso insistir na qualidade do emprego. Além da queda nas taxas de desocupação, a criação de postos de trabalho formais foi muito lenta na região. Este fator freia o acesso pleno da população à seguridade social e impede que os avanços na luta contra a pobreza tenham bases mais fortes.

Educação: um copo semivazio e semicheio

Sem dúvida, a educação é um dos principais caminhos para que se consiga superar o atraso social da América Latina e do Caribe. Poucos esforços em matéria de política pública têm uma recompensa tão grande quanto o de capacitar as gerações mais jovens e fornecer-lhes ferramentas para ingressar no mercado de trabalho e aproveitar as oportunidades oferecidas por uma economia mais moderna e diversa, num cenário de crescente globalização.

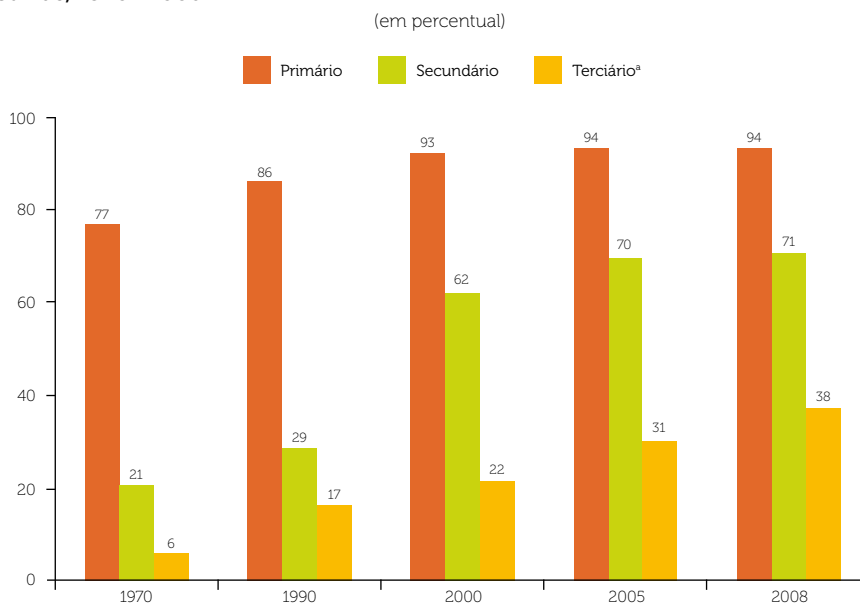
O esforço que a região fez é notável. Para citar um exemplo, a taxa de analfabetismo em maiores de 15 anos, que há três décadas chegava a atingir quase 20% da população, reduziu-se para 8,3% em 2010 (CEPAL, 2010c). A isso, deve-se acrescentar um esforço claro para aumentar a cobertura em todos os níveis, o que também rendeu seus frutos.

Assim, a taxa líquida de matrícula no ensino primário, que, em 1970, era de 77%, chegou a 94% em 2008. Esta evolução implica que, em muitos países, chegou-se à meta de conseguir a cobertura universal, apesar de haver atrasos significativos. Com respeito ao nível pré-escolar e atenção à primeira infância, em vários países ampliou-se o acesso a centros que proporcionam assistência e educação infantil, embora a informação disponível, ainda bastante limitada, indique profundos *deficits* em diferentes âmbitos, além de grandes discrepâncias por país, nível de renda e educação dos pais (BID, 2011b).

Houve também uma importante melhoria na cobertura da educação secundária. A proporção de jovens matriculados neste nível passou de 21%, em 1970, para 71% em 2008. Além disso, na educação terciária ocorreram avanços, embora de menor magnitude. Em 2008, 38% dos jovens estavam matriculados numa instituição técnica ou universitária, em comparação com os 22% registrados no ano 2000. Este indicador, vale esclarecer, é muito superior aos 6% identificados em 1970, mas mostra que é necessário avançar de forma mais rápida.

Gráfico 12

Índice líquido de matrícula nos níveis primário, secundário e terciário na América Latina e no Caribe, 1970- 2008



(a) Os índices do nível terciário correspondem à taxa bruta de matrícula.

Fonte: CEPAL. *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe*, 2009a y 2010c.

Todos os sinais mencionados são bons. Resumindo, pode-se afirmar que, hoje na região, mais crianças e jovens frequentam instituições de ensino de todos os níveis; os estudantes ingressam no sistema mais cedo, permanecem por maior número de anos e completam níveis mais altos. O hiato de gênero quase desapareceu e, de fato, as mulheres começaram a superar os homens em diversos indicadores. A mudança é de tal magnitude que, por exemplo, em alguns países, cerca da metade dos universitários provém de famílias nas quais nenhum dos pais tem diploma de educação superior.

Tais avanços não significam que a tarefa esteja terminada. A região da América Latina e Caribe está atrasada frente a outras zonas do mundo com níveis de renda similares, onde os jovens permanecem no sistema educacional até quatro anos mais, como ocorre em áreas da Ásia (Barro e Lee, 2000). Em termos de mobilidade educativa, os países da região ocupam também postos muito defasados, evidenciando com isto não somente a problemática de desigualdade da renda, mas também o acesso desigual a oportunidades de progresso (OCDE, 2010).

Existem grandes disparidades segundo o nível socioeconômico da pessoa, bem como entre zonas urbanas e rurais. Esta diferença é ainda mais ampla no caso das populações afrodescendentes ou nativas. Além disso, juntamente com países que obtiveram grandes avanços, existem outros que se encontram muito abaixo da média, o que pode aumentar as distâncias em matéria de renda futura ou potencial de crescimento. Exemplos ilustrativos destas afirmações são abundantes. Assim, enquanto somente 2 em cada 100 crianças nos estratos superiores não alcançam o ensino primário, essa proporção sobe para 12 em cada 100 entre os mais pobres. Ao mesmo tempo, a proporção de crianças que completam este nível é de 96% nas cidades, mas diminui para 85% no campo (CEPAL, 2010c).

Esta situação agrava-se no nível médio, pois as possibilidades de trabalho juvenil e a necessidade de levar dinheiro para a família começam a competir com a alternativa de permanecer numa instituição de ensino. Não menos importante é a tradição familiar, que influi nos eventuais atrasos ou na falta de conclusão dos graus mais altos. Nestas circunstâncias, enquanto 83 em cada 100 estudantes pertencentes aos 20% de domicílios mais ricos completam o ensino médio, no caso dos jovens pertencentes aos 20% de lares mais pobres, essa proporção é inferior a 25%, muito similar à dos jovens das zonas rurais, sendo ainda mais baixa no caso dos jovens de populações indígenas (CEPAL, 2010g).

As diferenças são piores na educação superior. As pesquisas mostram que, para cada 27 jovens de estratos de alta renda que conseguem completar cinco anos de estudos, apenas um de baixa renda o faz (CEPAL, 2010g).

Quanto à qualidade, os resultados das provas acadêmicas oferecidas pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), levado a cabo pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostram que as competências dos estudantes latino-americanos encontram-se muito abaixo da média de outros continentes.

E isto não é tudo. As diferenças segundo o estrato socioeconômico são notórias. Os estudantes de menor renda não desenvolveram as capacitações básicas para um bom desempenho nas áreas avaliadas (linguagem, matemática e ciências), algo que também ocorre com quem habita nas zonas rurais.

Um tema urgente é o das capacitações digitais. Na medida em que as tecnologias de informação (TI) se massificam, é preocupante constatar que a lacuna que, em geral, a região experimenta é mais extrema para os estudantes de menores recursos. Dito de outra maneira: é três vezes mais provável que uma família de alta renda tenha computador do que uma pobre. Esta diferença é ainda mais extrema

no caso de acesso à internet, motivo pelo qual o equipamento adequado das instituições de ensino constitui um elemento-chave.

Portanto, a agenda em matéria de educação para a América Latina e o Caribe é dupla. De um lado, encontram-se os desafios de sempre, que consistem em aumentar a cobertura, melhorar o acesso, assegurar a progressão do esforço realizado e conseguir a conclusão dos ciclos de ensino por parte dos alunos que neles ingressam. Outro refere-se ao assunto da qualidade, pois as medições internacionais mostram que os alunos encontram-se muito abaixo da média das nações desenvolvidas em áreas como linguagem ou matemática. Isto implica melhoria da capacitação dos professores, da mesma forma que o uso de novos recursos, como as tecnologias da informação, as comunicações e a otimização dos métodos tradicionais.

A importância do tema é indiscutível. Por exemplo, enquanto a taxa de informalidade na região é de 73% para quem tem ensino primário incompleto, esta cai para 32% para os que completaram o ensino médio e para 14% para quem concluiu o ensino superior. Por outro lado, as diferenças na renda média mensal entre um extremo e outro são de quase seis vezes, mais uma comprovação de que ter mais tempo de escolaridade constitui um bom investimento pessoal.

Tais análises ocorrem em meio a um contexto dinâmico que é impossível ignorar. Dado que o gasto público em educação aumentou de forma sustentada nas últimas duas décadas, é ainda prematuro avaliar o impacto do que foi realizado. Na medida em que for possível adotar novas estratégias – sem perder de vista o objetivo da qualidade –, a melhoria no clima econômico poderá se traduzir em mais e melhores empregos para os milhões de jovens que frequentam as instituições de ensino com o simples, mas importante, objetivo de buscar um futuro melhor.

Saúde: uma região mais saudável

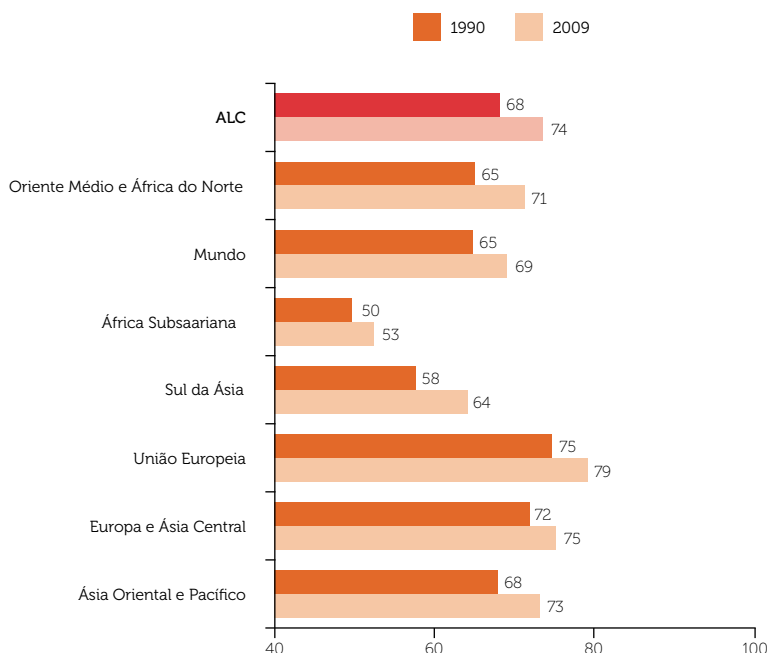
Sem dúvida, a evolução da América Latina e do Caribe não foi simples nas últimas décadas. Diversas situações de origem política, social ou econômica impediram que alcançasse todo o seu potencial. Porém, em meio a este cenário, no qual não faltam tropeços, salta à vista o grande progresso obtido no âmbito da saúde.

Em outras palavras: a região experimentou um avanço muito rápido num período relativamente curto. Hoje, os latino-americanos e caribenhos têm as taxas de longevidade mais altas e as mais baixas de mortalidade infantil em comparação a outras regiões do mundo em desenvolvimento (Banco Mundial, 2011). Embora persistam grandes diferenças no acesso a serviços básicos de saúde de qualidade

entre os países e dentro de cada país, os progressos alcançados não são pequenos e merecem destaque.

Gráfico 13

Esperança de vida ao nascer em regiões do mundo



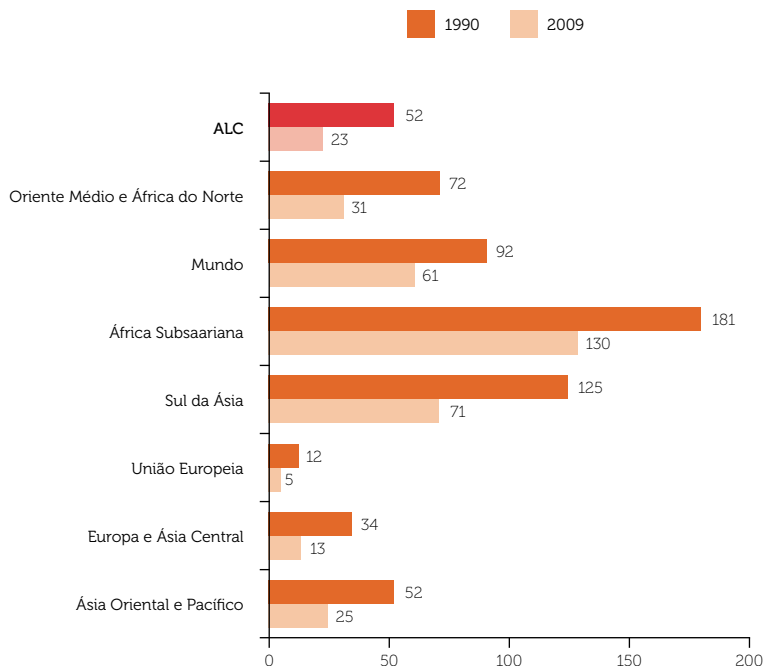
Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators (WDI)*, 2011.

As estatísticas são claras. Em 1960, a esperança de vida média era de 56,2 anos por habitante, cifra que, em 2010, subiu para 74,5 anos. Este avanço esteve relacionado com a diminuição na taxa de óbito de lactantes e crianças menores de cinco anos, que caiu de 150 por mil, há meio século, para 23 em 2008. Esta taxa, embora superior à da Europa ou da América do Norte, é próxima da metade da média mundial, muito inferior à da África e da Ásia (Ávila, 2009).

Isso é resultado de múltiplos fatores, que incluem a queda na taxa de natalidade, maior acesso à educação, aumento do investimento público em programas de promoção e prevenção relativos à saúde e avanços na medicina. Todos incidiram, sem dúvida, na melhoria dos índices de saúde. Como exemplo, a proporção de especialistas, por 100 mil habitantes, cresceu de 0,33 em 1960 para 0,9 na atualidade.

Gráfico 13a

Taxa de mortalidade de menores de 5 anos em regiões do mundo (por mil nascidos vivos)



Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators* (WDI), 2011.

Quadro 3

Indicadores selecionados sobre saúde na América Latina e no Caribe, 1990-2008

Indicadores	1990 (%)	2008 (%)
Cobertura de atenção pré-natal (ao menos uma consulta)	83,6	95,0
Proporção de partos com assistência de pessoal especializado	72,0	86,0
Taxa de mortalidade materna	71,2	66,9
Proporção de crianças de 1 ano vacinadas contra sarampo	76,3	93,0
Taxa de uso de anticoncepcionais	59,5	69,6

Obs.: A taxa de prevalência contraceptiva é o percentual de mulheres casadas de 15 a 49 anos de idade, ou cujos parceiros sexuais usem alguma forma de contracepção.

Fonte: CEPAL. *Panorama social de América Latina* 2010, 2010a.

Não menos importante é o impulso de políticas preventivas. Tal é o caso das campanhas de vacinação, que, no caso do sarampo, fizeram com que 93% das crianças de 1 ano fossem inoculados contra a doença em 2007, cerca de 17 pontos percentuais mais que em 1990. Algo similar ocorre com a DPT (contra difteria, tétano e coqueluche), que, em 1970, era aplicada em menos de 10% da população infantil; a cobertura na aplicação da vacina, hoje em dia, é superior a 90% (Ávila, 2009).

Também é significativa a redução nas taxas de mortalidade materna, graças a um aumento na cobertura da atenção pré-natal, que inclui 95% das mulheres grávidas. Igualmente, a proporção de partos atendidos por pessoal especializado chegou a 86% em 2008, 14 pontos percentuais mais que há 18 anos (CEPAL, 2010a).

A região também mostrou grandes progressos na redução da desnutrição, que passou da assistência 21% da população com menos de cinco anos em 1970 para 7,2% em 1997 (UNICEF, 1998). Os fatores, que de maneira indireta, podem ter contribuído para este resultado incluem, entre outros, melhores práticas de atenção, maior acesso aos serviços de saúde, água e saneamento, e, no nível básico, a crescente participação das mulheres na tomada de decisões sobre a própria formação e sobre os recursos financeiros que controlam.

Uma conquista, que constitui ao mesmo tempo um desafio, tem a ver com o desenvolvimento de esquemas que aumentaram a cobertura dos serviços de saúde. Em alguns casos, o seguro chega a cobrir mais de 90% da população, como ocorre na Colômbia, mediante a combinação de um regime de benefícios subsidiado – apoiado pelo Estado – e uma contribuição por parte das empresas e dos assalariados. Em maior ou menor grau, o esforço fiscal feito pelos governos da região, que oscila entre 0,2 e 1,8% do PIB, traduziu-se em melhorias nos indicadores de saúde, ainda que isto possa contribuir para manter altos os índices de informalidade, ao retirar o incentivo para ingresso no setor formal (BID, 2011b).

Apesar destes avanços, ainda existem grandes diferenças no acesso a serviços básicos de saúde de qualidade nos países e entre eles. A iniquidade em saúde afeta principalmente os grupos mais vulneráveis: pessoas em situação de pobreza, mulheres (que costumam ser, geralmente, as responsáveis pela saúde nas famílias), crianças, grupos étnicos minoritários e habitantes rurais.

Enquanto isso ocorria, as características das doenças variavam fundamentalmente. Se, em meados do século passado, as causas principais de morte relacionavam-se a doenças infectocontagiosas, hoje em dia as ameaças mais comuns são o diabetes, os transtornos cardiovasculares e o câncer. A tuberculose, para citar um exemplo, constitui, atualmente, uma ameaça menor, pois sua taxa de mortalidade

é um terço da registrada há duas décadas. Embora esta mudança nas doenças seja esperada, tendo em vista o perfil de envelhecimento da população e os crescentes níveis de urbanização, os níveis de fatores de risco para as doenças crônicas são especialmente elevados na região. Estas condições afetam pessoas de todos os níveis de renda, mas cada vez mais e de maneira desproporcional as mais pobres.

Ao contrário do que muitos pensam, as doenças cardiovasculares já são responsáveis, em nossa região, por 68% do volume de doenças e, em todos os países, são os mais pobres que correm maior risco de desenvolver doenças crônicas (BID, 2011b).

Uma menção à parte merece o caso do HIV/Aids, que, segundo cálculos da Organização Mundial da Saúde (OMS), teria infectado cerca de 2 milhões de latino-americanos. Embora a curva de crescimento pareça ter diminuído, há elementos preocupantes: o uso de preservativos e o acesso da população afetada a medicamentos antirretrovirais continuam sendo baixos. Uma grande atenção merece o Caribe, com uma alta prevalência da epidemia, pois sua incidência é a segunda maior no mundo, apenas abaixo da África Subsaariana, sendo uma das principais causas de morte na faixa de 15 a 49 anos (ONUSIDA, 2009 e 2010).

Na medida em que se consolidam algumas das conquistas citadas, enfrentamos outros tipos de desafio. Assim, causam preocupação os crescentes índices de obesidade e o alto impacto das doenças mentais e da dependência química, resultantes da depressão, do alcoolismo ou do consumo de drogas alucinógenas. Não falta, tampouco, quem cite a insegurança pública como uma praga, se levarmos em conta que a violência é uma das principais causas de mortalidade entre os jovens.

Sem entrar neste debate, é necessário pensar nos desafios que acompanharão o envelhecimento paulatino da população latino-americana, algo que outras regiões experimentam atualmente. Não devemos perder de vista que aqueles com 65 anos ou mais, que hoje representam menos de um décimo da população, passarão a ser um quinto dos habitantes da região em meados deste século. Por tal motivo, ainda que o balanço na área da saúde seja muito positivo, é necessário ter presente que os desafios continuam.

Quadro 4

Indicadores do processo de envelhecimento da população latino-americana, 1990-2050

Indicadores	1990	2000	2010e	2030e	2050e
População com 65 anos ou mais (em milhares)	20.616	28.831	39.465	82.653	139.201
Porcentagem de pessoas com 65 anos ou mais	4,8	5,7	6,9	12,2	19,3
Porcentagem de pessoas com 75 anos ou mais	1,6	2,1	2,7	4,9	9,1
Idade média da população	27,2	27,8	30,2	35,4	40,3
Índice de envelhecimento ^a	13,1	17,8	24,7	59,2	112,1

(e) estimativa

(a) relação entre a população com 65 anos ou mais e a população com menos de 15 anos.

Fonte: CEPAL. *Observatorio Demográfico* nº 7, 2009b.

Ainda há muito a fazer pelo fortalecimento de nossos sistemas de saúde. Além de ser necessário um esforço deliberado para melhorar a atenção primária integrada, o foco ainda se concentra excessivamente no tratamento e na cura, e não se promovem suficientemente os estilos de vida saudáveis. Consequentemente, geram-se rápidos aumentos de custos diretos nesses sistemas. Investir na promoção da saúde e na prevenção é, sem dúvida, uma agenda eficaz em função do custo, a qual requer uma resposta intersetorial com ampla participação de parceiros dos setores público e privado.

As áreas de potencial colaboração entre estes dois setores vão desde a educação, para promover mudanças nos comportamentos e nos hábitos de vida, até novas tecnologias que permitam estender a cobertura dos protocolos de prevenção a segmentos mais amplos da população, ou a implantação de sistemas de registros médicos digitais.

A melhora na situação da mulher

A notícia foi repetida tantas vezes que não causa o mesmo impacto que antes. Trata-se da chegada de uma mulher à presidência de uma nação, algo agora cada

vez mais comum na região. Este é apenas o exemplo mais notório da crescente participação feminina nos mais diversos setores do mercado de trabalho.

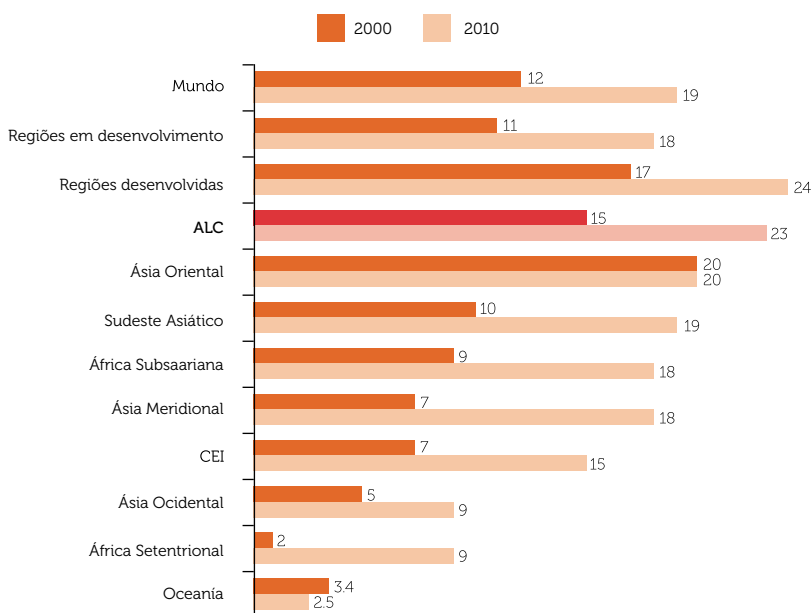
Tal evolução é resultado direto das melhorias feitas na educação. As cifras comprovam que não só se obteve paridade em termos de escolaridade, em comparação a 1960, quando a proporção de homens que estudava era substancialmente mais alta, mas, em boa parte da região, é maior a população feminina, algo que ocorre em todos os níveis de ensino.

A entrada de milhões de mulheres na força de trabalho incidiu sobre as taxas de participação no mercado de trabalho. Assim, esta evoluiu de 38,2%, em 1990, para 53% em 2010. Outras medições revelam que a proporção de empregos remunerados no setor não agrícola ocupados por mulheres chegou a 42% em 2007, 6 pontos percentuais mais que na década anterior (CEPAL, 2010c).

No campo da política também ocorreram mudanças fundamentais. Assim, 23% das cadeiras nos parlamentos nacionais estavam ocupadas por mulheres em 2010;

Gráfico 14

Percentual de mulheres em parlamentos nacionais unicamerais ou na câmara baixa, em diversas regiões do mundo, 2000 e 2010



Fonte: ONU. *Objetivos de Desarrollo del Milenio. Informe 2010*, 2010.

uma participação baixa, mas que duplica a alcançada em 1990 (ONU, 2010). Por sua vez, nos gabinetes ministeriais, o índice é de quase 30% nos países latino-americanos, e de 20% nos caribenhos (CEPAL, 2007).

Tudo isso é positivo e mostra que as transformações estão se acelerando. Também é indubitável que resta um longo caminho a percorrer. Como exemplo, a proporção de mulheres sem renda própria diminuiu de 11 pontos percentuais, entre 1994 e 2008, para 32%, mas ainda é o triplo da taxa referente aos homens (CEPAL, 2010g). Ante essa situação, não é de estranhar que a incidência da pobreza e da indigência seja mais alta nas famílias chefiadas por mulheres.

Essa situação é fonte de preocupações, se considerarmos que, nas zonas urbanas da América Latina e do Caribe, as famílias chefiadas por mulheres passaram de 22% para 31% entre 1990 e 2008. Além disso, é preciso levar em conta que, apesar de leis que promovem a igualdade de gênero, as mulheres obtêm em média 85% da renda masculina por ofícios equivalentes. Embora este hiato esteja diminuindo, os cálculos sugerem que somente em 2015 poderíamos chegar à paridade (CEPAL, 2010g). Procurou-se solucionar parte dos atrasos com leis que contemplam cotas, vigentes em 12 de 33 nações da região (Payne et al., 2006).

Embora essas determinações não estejam isentas de polêmica, os avanços ocorreram de forma mais decidida nos países em que foram adotadas regulamentações.

Estes progressos são significativos, mas ainda persistem fenômenos indesejáveis. Um deles é a violência contra a mulher. Dados recentes provenientes de 15 países revelam que até 40% das mulheres sofreram abusos físicos do esposo ou companheiro; 60% foram vítimas de violência emocional; e 47%, de algum tipo de abuso sexual (CEPAL, 2010g).

Os esforços possíveis

Em conclusão, um exame do panorama social da América Latina e do Caribe gera sentimentos contraditórios. De um lado, a satisfação nascida da constatação de que se deu um salto impossível de ser ignorado. Não só a proporção de pessoas pobres ou indigentes é a mais baixa de sua história, mas seus habitantes têm mais educação e saúde. Do outro, a frustração, pois há ainda um imenso caminho a percorrer para que a miséria desapareça totalmente, ou para que um jovem pobre possa ter as mesmas oportunidades que outro, com maiores recursos, de entrar na universidade e completar sua formação profissional.

Indubitavelmente, há formas mais rápidas de fazê-lo, como demonstram alguns dos programas que desenvolvemos no BID. É o caso da Mesoamérica, onde a iniquidade pode significar 6 centímetros. Tal é a diferença na média de estatura aos 5 anos de idade entre uma criança pobre e outra cujos pais pertençam aos estratos mais altos. A diferença deve-se à desnutrição, com certeza, mas também surge da ausência de serviços básicos de saúde materno-infantil e medicamentos que eliminam parasitas e protegem contra doenças que impedem o crescimento normal.

A diferença não é só de altura. Nessa idade, cada centímetro adicional está associado a um maior nível cognitivo e de escolaridade e, com o tempo, à possibilidade de conseguir um bom trabalho e obter melhor renda. No transcurso de uma vida, esses 6 centímetros podem se converter em um abismo.

Reduzir este abismo de equidade é o objetivo central da iniciativa Salud Mesoamérica 2015, uma inovadora parceria público-privada que privilegia as áreas de saúde reprodutiva e materno-infantil, nutrição e vacinação, além de combater a dengue e a malária.

Um objetivo semelhante é o dos PTCRs, considerados a solução mais frequente e bem-sucedida que a região implementou em matéria de proteção social, apesar de, como mencionei, não estar clara sua capacidade para evitar a reprodução da pobreza. Por exemplo, Familias en Acción, na Colômbia, é uma iniciativa acompanhada desde o início pelo Banco e outras instituições multilaterais, que há mais de uma década, com investimento em capital humano, tenta romper a transmissão intergeracional da pobreza.

Os números são muito alentadores, pois indicam uma redução de 5% da pobreza em zonas urbanas e de 12% em áreas rurais. O consumo *per capita* das famílias aumentou em 10%, o que se refletiu em dietas mais diversificadas e nutritivas. Assim, em zonas rurais, registraram-se reduções de 9% na taxa de desnutrição crônica em crianças com menos de 7 anos. A assistência aos controles de crescimento e desenvolvimento daquelas de 3 a 7 anos também aumentou significativamente: 44% em zonas urbanas e 20% no campo, entre outros benefícios documentados.

Um bom número de programas similares recebe o apoio do BID em outras nações da região. Depois do enfoque mencionado, deveremos agora enfrentar os desafios futuros de integrar-se a outras iniciativas e ajudar seus destinatários a saírem gradualmente da pobreza.

Tais exemplos, que se somam ao ocorrido em anos recentes, dão motivo para sermos otimistas. A consolidação de diversas conquistas e o rápido avanço na solução

de problemas ancestrais fazem com que se acalente a esperança de que o ciclo de prosperidade do século XXI permita dar o salto social que dezenas de milhões de pessoas merecem, para o bem de todos os latino-americanos e caribenhos.



CAPÍTULO III

O progresso institucional: uma revolução silenciosa



O que existe é uma corrente contínua de mudanças ante a crescente consciência de que uma região que tem tantas possibilidades de progresso deve adequar suas instituições para que respondam a novos e velhos desafios

O progresso institucional: uma revolução silenciosa

Isso me sucede cada vez menos, mas ainda acontece. Às vezes, quando viajo para fora da América Latina e do Caribe e falo sobre as transformações que estão acontecendo em toda a região, encontro-me com o cético de plantão, que põe em dúvida minhas colocações e afirma que nada do que menciono a respeito de um futuro melhor é possível, “porque tudo continua igual”. Segundo o interlocutor, as mudanças a que me refiro não são profundas e se reduzem a uma passageira prosperidade econômica que acabará desaparecendo, num prazo não muito longo, em meio a um torvelinho de ineficiências.

A razão que mais escuto é que as instituições que regem a política, a justiça ou a gestão do Estado são as mesmas que permitiram os excessos do passado. Deste ponto de vista, as estruturas são inadequadas ou tão imperfeitas que atrofiam a capacidade tanto dos cidadãos como as das sociedades às quais pertencem para se desenvolverem.

Não obstante, para cada exemplo citado, posso responder com vários outros que demonstram que, definitivamente, nem tudo continua igual. De fato, um exame mais profundo do que ocorreu na América Latina e no Caribe nos últimos anos demonstra que houve uma revolução silenciosa que não pode ser ignorada.

Assim foi, por exemplo, quando o furacão da crise internacional soprou com toda a força no final de 2008. Frente aos temores que previam uma forte contração numa região que, no passado, havia sofrido duramente as consequências da volatilidade nos mercados globais, as consequências acabaram sendo manejáveis. Não só o setor bancário saiu praticamente ileso, mas os fiscos e os bancos centrais puderam reagir a tempo. Os primeiros, mediante a adoção de planos e programas anticíclicos, e os segundos com medidas de estímulo, tais como garantir a liquidez necessária para o bom funcionamento das entidades financeiras e impulsionar uma redução nas taxas de juros.

Esta resposta foi possível graças às reformas prévias, que incluíram, entre outros, uma melhor supervisão do sistema financeiro, a introdução de fundos de estabilização para manejar as altas de preços dos produtos básicos, ou o estabelecimento de um esquema que garantia maior autonomia às decisões dos bancos centrais. Certamente as entidades multilaterais, como o Banco Interamericano de

Desenvolvimento, fizeram sua parte para apoiar os países que as integram com um ambicioso programa de créditos, mas este esforço teria um êxito limitado se não houvesse encontrado, do outro lado da mesa, uma institucionalidade fortalecida que permitiu que a recuperação acontecesse com rapidez, uma vez que o vento começou a mudar de direção.

Com este exemplo não quero dizer que a tarefa esteja concluída. Sem dúvida, existem ainda muitas normas inadequadas, entidades com problemas e procedimentos obsoletos na América Latina e no Caribe. Porém, também há consciência de que as transformações são necessárias para romper os gargalos que persistem e que os debates para fazê-lo devem acontecer num contexto cada vez mais democrático, no qual as autoridades regionais e locais também representem um papel de primeira ordem, se for o caso.

Este processo agora é constante. Se há algumas décadas podíamos falar de uma primeira onda de reformas, que se caracterizou pela derrubada das barreiras ao comércio exterior e a chegada do capital privado a certos setores, agora o que existe é uma corrente contínua de mudanças, ante a crescente consciência de que uma região que tem tantas possibilidades de progresso deve adequar suas instituições para que respondam a novos e velhos desafios.

Uma visão das reformas

Para entender a realidade atual, é necessário remontar à situação de 30 anos atrás. Naquele momento, a América Latina era muito diferente, com economias protegidas que haviam construído muros, apoiadas no modelo de substituição de importações e nas quais as liberdades econômicas eram escassas. Era grande o poder discricionário dos governos de plantão para decidir temas de comércio exterior, ou para assinalar os terrenos vedados à atividade privada.

Como se isso não bastasse, no campo político as restrições eram ainda maiores. Em 1980, sem incluir o Caribe, somente um terço dos 18 países da região era governado democraticamente. Essa situação não só impedia a renovação de dirigentes ou seu trânsito ordenado, mas limitava a discussão aberta e o debate das políticas testadas.

Tais esquemas começaram a ser derrubados no início da década de 1990, devido a uma conjunção de elementos. Por um lado, a crise da dívida pôs em evidência as carências de um sistema que se havia apoiado no aumento dos créditos para tratar de preencher a lacuna entre os gastos e a receita públicos. Por outro,

a crescente preocupação com as liberdades e o respeito aos direitos humanos no Ocidente aumentou a pressão sobre as ditaduras. Além disso, o exemplo de alguns países que decidiram diminuir o nível de regulação, privatizar alguns monopólios, ou apostar no comércio internacional, acabou calando-se na região.

Em maior ou menor grau, a conjunção destes fatores, assim como o ânimo de impulsionar os níveis de desenvolvimento, levou a quase totalidade dos países da região a adotar uma série de receitas, que – em alguns casos – vieram acompanhadas de uma rápida volta da democracia, com um rápido restabelecimento das liberdades políticas, inclusive o direito de eleger e ser eleito.

Estas melhoras não foram aplicadas ao mesmo tempo ou da mesma forma, mas, ao longo do tempo, as mudanças tornaram-se indiscutíveis. Em 1992, os ventos democráticos sopravam por toda a região e havia sido aprovada uma série de novas constituições que fortaleceram as garantias dos cidadãos.

Em matéria econômica, também aconteceram inovações radicais. Como exemplo, o imposto médio sobre as importações na América do Sul passou de 55%, em 1985, para 10% no final do século. Ao mesmo tempo, deu-se uma importante entrada de capital privado para adquirir empresas estatais, ou competir em áreas que antes estavam vedadas.

Por detrás destes fatos, com resultados que, em alguns casos, poderiam ser qualificados como espetaculares, é necessário falar de outras reformas. Nem todas tiveram o mesmo alcance, ou obtiveram os propósitos que as inspiraram; porém, em geral, o que vale a pena destacar é o objetivo de introduzir melhorias, apesar da impopularidade de certas decisões.

Assim ocorreu com a administração pública. Um exame das cifras revela alguma redução dos gastos em remunerações e o impulso de projetos orientados à criação de organismos de funcionários baseados na meritocracia, como é o caso das entidades encarregadas dos assuntos tributários. O balanço é heterogêneo. Em alguns casos, constata-se histórias de êxito, enquanto em outros persistem os problemas de baixa autonomia e capacitação técnica, sem desconhecer fenômenos como o clientelismo, o patronato, ou as influências de origem política. Não obstante, o processo continua e, na medida em que sejam prestadas contas e cresça o escrutínio público, será possível contar com um quadro de servidores públicos cada vez mais capaz.

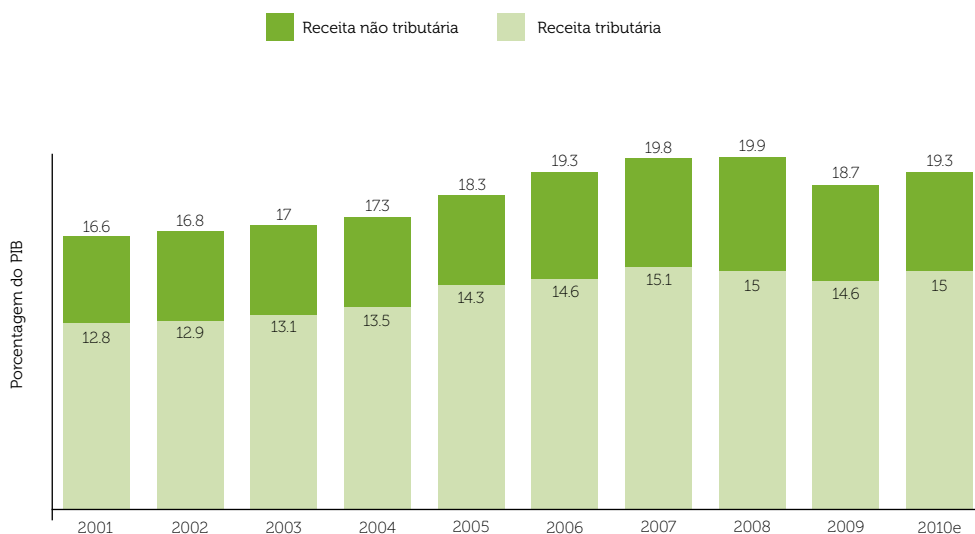
Também foram registrados avanços nas entidades dedicadas à gestão dos orçamentos estatais. Entre as modificações introduzidas, podemos citar os parâmetros numéricos, que incluem limites ao gasto, ao *deficit* fiscal ou ao endividamento

regional e municipal. Há também empenho em desenvolver horizontes de longo prazo para assegurar a sustentabilidade das finanças públicas e propor correções eventuais. Uma tendência notória nas nações exportadoras de matérias-primas é impulsionar fundos de estabilização, orientados a poupar parte dos recursos extraordinários gerados por uma alta inesperada nas cotações.

Os assuntos tributários estiveram muito presentes, como mostra o aumento no número de reformas tributárias aprovadas nas últimas duas décadas. Não obstante, as maiores modificações aconteceram a partir de 1990, quando foram introduzidas variações fundamentais, que induziram uma diminuição abrupta das alíquotas marginais do imposto de renda, tanto para as pessoas jurídicas como para as físicas. Enquanto isso, impulsionou-se a modernização dos impostos indiretos mediante a adoção e/ou a ampliação da cobertura do imposto sobre o valor agregado, convertendo-o na principal fonte de recursos fiscais.

Gráfico 15

Arrecadação tributária na América Latina e no Caribe, 2001-2010



(e) estimativa

Fonte: CEPAL. *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2010, 2010d.*

Esta transformação é difícil de identificar à primeira vista, pois a arrecadação tributária da região manteve-se em torno de 15% do PIB (CEPAL, 2010d), fazendo com que aumentassem os apelos para que se aprofundasse o esforço fiscal e melhorassem os sistemas de arrecadação. Deve-se sublinhar, além disso, a adoção de regimes tributários mais transparentes e universais, embora não seja possível falar de um comportamento homogêneo por parte dos países.

Outra área que merece ser ressaltada é a das políticas setoriais. A privatização de boa parte das empresas de serviços públicos, depois da crise da dívida, veio acompanhada da formação de comissões de regulação responsáveis por vigilância e controle, além de defesa dos usuários. A curva de aprendizagem não foi fácil, mas, em geral, existem entidades mais profissionais que evitam procedimentos que afetem o clima de competição.

Pode-se dizer algo similar das instituições que têm a seu cargo o setor financeiro. Como as atividades de crédito estão, de maneira crescente, em mãos privadas, uma robusta capacidade de regulação é definitiva para impedir eventuais abusos, ou proscrever práticas de risco que podem danificar a solidez do sistema.

As modificações adotadas no início não impediram a ocorrência de crises bancárias, embora, ao longo do tempo, estas tenham sido fonte de importantes lições dentro e fora da região e se traduziram em normas mais fortes. Isso ficou demonstrado quando aconteceu a debacle de 2008, que conduziu à estatização total ou parcial de dezenas de entidades financeiras nas economias mais ricas, mas não afetou as que operam na América Latina e no Caribe, onde boa parte das operações mais arriscadas era proibida, ao mesmo tempo em que os requisitos de capital e alavancagem exigidos eram substancialmente mais altos.

Esta lista compreende também as reformas dos sistemas de pensões e de proteção social, com o objetivo de assegurar sua viabilidade financeira e ampliar sua cobertura. Em termos práticos, alguns países preferiram um método de capitalização individual, enquanto outros preservaram o sistema de repartição. Um terceiro grupo optou por conservar ambos, dando a opção de escolha aos beneficiários.

Isso fez, sem dúvida, com que o equilíbrio das contas fiscais melhorasse, mas o envelhecimento paulatino da população latino-americana e caribenha e o aumento na esperança de vida, certamente, tornarão necessárias reformas adicionais. Em oposição, a elevada informalidade do trabalho impediu que a possibilidade de um benefício de aposentadoria aumentasse significativamente para o habitante médio da região, pois somente cerca de um terço dos trabalhadores pode aspirar a ela.

Devemos ressaltar também as iniciativas adotadas no campo judicial. Os poderes judiciários da região, em geral, experimentaram uma melhoria em matéria de independência e de fortalecimento institucional (WEF, 2010). Além disso, avançou-se na modernização dos processos judiciais trabalhistas, penais e civis. Mas ainda há coisas por fazer. Em 2008, somente 36,5% dos latino-americanos e caribenhos confiavam no poder judiciário, enquanto somente 30,9% consideravam equitativa a aplicação da Lei (Latinobarómetro, 2008).

Esta é uma breve enumeração de realizações. Uma vez mais, é necessário insistir em que a tarefa não está concluída e que uma avaliação mais exata depende de realidades nacionais ou regionais específicas; mas isto não impede de reconhecer que a mudança está em andamento e que se equivoca quem sustenta que tudo continua igual. Na medida em que a América Latina e o Caribe prosseguirem em seu processo de inserção na economia global, aparecerão novas necessidades, mas a mensagem é que há receptividade quanto à mudança e quanto a fazer as coisas de outra maneira.

A descentralização está aumentando

Uma das heranças históricas mais fortes da região tem a ver com a centralização, herança da época colonial, que promove a tomada de decisões num centro de poder específico. Embora, em mais de uma ocasião, encontrem-se regimes federais, o normal até há alguns anos era a alocação de recursos e a nomeação pelo governo dos funcionários encarregados de aplicá-los.

Não obstante, desde meados dos anos 1980, as regras do jogo mudaram. As novas incluem a transferência crescente de responsabilidades e fundos públicos a governos regionais e locais, os quais, em maior proporção, tendem a ser eleitos livremente.

A gênese do processo é, claramente, política. Ao mesmo tempo em que as democracias voltaram a se estabelecer, impulsionaram-se reformas para aumentar a autonomia em subregiões e municípios. Para citar um exemplo, em 1980 os prefeitos de apenas sete países eram escolhidos por votação popular, mas, 15 anos mais tarde, os designados pelo poder central eram minoria (Payne et al., 2006).

Este processo, por certo, não esteve isento de tropeços. Embora o objetivo seja aproximar os mandatários locais dos cidadãos, aos quais devem prestar contas de sua gestão, nem sempre esta chegou com transparência. Os processos por corrupção, ou por desconhecimento das mais elementares normas de alocação orçamen-

tária e gestão, aumentaram; juntamente com os êxitos, também aconteceram grandes fracassos.

O surgimento de problemas deste tipo não deve ser entendido como uma desqualificação do esforço descentralizador. De fato, deu-se um importante processo de aprendizagem, e é indiscutível que o aprofundamento das raízes democráticas na América Latina e no Caribe tem muito a ver com o que sucedeu.

A mudança, com certeza, não foi só política. No que se refere aos recursos, há um processo em andamento para que uma proporção cada vez maior do gasto público esteja em mãos das entidades subnacionais. Estimativas para um grupo selecionado de países indicam que esta participação passou de 13,1% da execução total dos gastos do governo, em 1985, para 19,3% em 2004. As fontes desses recursos são variadas. Em alguns casos, provêm de uma participação específica das arrecadações tributárias do Estado. Em outros, da entrega de receita, como os impostos específicos sobre gasolina ou bebidas (Lora, 2007).

Gráfico 16

Tendências de descentralização fiscal na América Latina e no Caribe

(médias regionais 1985-2004, porcentagens)*



(*) Com base na informação disponível, comparável para um grupo de 17 países da região.

Fonte: Lora. *El estado de las reformas del Estado en América Latina*, 2007.

O aumento dos recursos alocados veio acompanhado de maiores responsabilidades por parte das entidades territoriais que os recebem, principalmente os municípios. Inicialmente, transferiu-se a gestão de programas de preferência urbanos, como a coleta de lixo, a pavimentação e manutenção de ruas, o transporte e a água potável. Mais recentemente, e de maneira diferenciada, temos a entrega parcial de programas como educação, saúde, moradia, eletricidade, e a reabilitação de certas estradas.

Um dos problemas mais comuns é que não existia sincronização entre as responsabilidades atribuídas e os fundos destinados para tal fim. Isto foi entorpecendo a prestação de diferentes serviços, da mesma forma que ocasionou a diluição das responsabilidades entre as diferentes instâncias de governo. O processo de descentralização está em marcha, mas a curva de aprendizagem é longa.

Aumentou o espaço para que as entidades subnacionais consigam maiores recursos. Os impostos sobre as propriedades, ou sobre as atividades comerciais e industriais, foram, tradicionalmente, a principal fonte de fundos próprios no caso dos municípios. Também se incluem neste grupo os tributos sobre a frota de veículos e as multas por infrações de trânsito. Em alguns casos, foram autorizadas sobretaxas à gasolina, a fim de financiarem-se programas de desenvolvimento de vias públicas. O resultado geral é que a autonomia financeira cresceu, embora a arrecadação – em muitos casos – ainda seja insuficiente; por isso, as transferências da administração central continuam sendo importantes para assegurar o funcionamento dos sistemas de governo regionais e locais.

Entre as experiências mais complexas, encontra-se a de permitir o endividamento das entidades subnacionais. De um lado, a abertura desta comporta permitiu o financiamento de programas de maior envergadura, com um rápido impacto sobre o bem-estar da população. Do outro, ocorreram excessos, pois, em alguns casos, os saldos credores subiram tanto que superam a capacidade de pagamento de quem contraiu a dívida. Portanto, tem sido necessária a aprovação de leis ou medidas para ajustar parâmetros, bem como premiar ou castigar a responsabilidade fiscal das entidades descentralizadas.

Tudo isso demonstra que o processo continua em andamento e que, apesar do tempo transcorrido, em muitos casos há exemplos de imaturidade que deram origem a correções. Sem dúvida, hoje, um bom número de desafios que os governos nacionais da região enfrentaram décadas atrás faz parte da lista de desafios pendentes em matéria de gestão subnacional. Independentemente dos erros cometidos, não há dúvidas de que a descentralização é um fato na América Latina e no

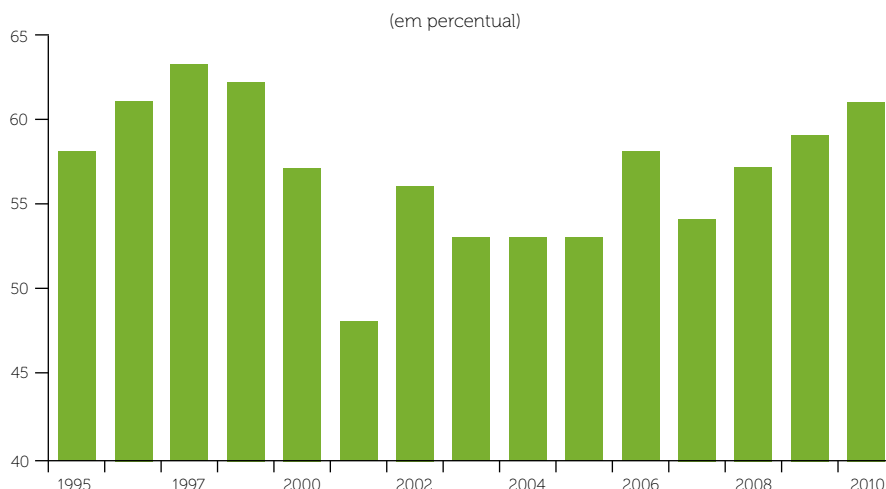
Caribe. Uma vez mais, não se trata de um movimento homogêneo, mas, em geral, toda a região avança no mesmo sentido, sempre com o propósito de envolver os cidadãos na gestão pública e, na medida do possível, construir sociedades mais democráticas e comprometidas com seu futuro.

A consolidação da democracia

A experiência das últimas décadas na região mostra também que o sistema democrático, além de garantir a realização efetiva dos direitos civis, constitui o melhor ponto de partida para estabelecer sociedades abertas, inclusivas e cooperativas. Assim, em 2010, o apoio dos latino-americanos à democracia aumentou pelo quarto ano consecutivo. A porcentagem dos pesquisados pelo *Latinobarômetro* (2010) que considera esse sistema superior a qualquer outra forma de governo chegou a 61%, a taxa mais alta neste século e sete pontos percentuais acima do registro correspondente a 2007. Em compensação, os partidários do autoritarismo diminuíram para 15%, frente a um máximo de 19% em 2001. O mesmo relatório revela que 77% dos entrevistados estão de acordo com a afirmação de que a democracia é o melhor sistema de governo, apesar de seus problemas; esta cifra é 13 pontos percentuais superior à registrada em 2003.

Gráfico 17

Apoio à democracia nos países da América Latina, 1995-2010



Fonte: Corporación Latinobarómetro. Informe Latinobarómetro 2010, 2010.

Esta sondagem soma-se a múltiplas evidências que comprovam que o direito de eleger e ser eleito está se estabelecendo firmemente na região. Tanto que os comícios, que acontecem com crescente periodicidade, não suscitam manchetes pelo fato de ocorrerem, mas devido aos resultados que significam uma mudança de governo municipal, estadual ou nacional.

Este, sem dúvida, não era o caso na década de 1970, quando, por exemplo, em 1977, somente três países latino-americanos e alguns caribenhos tinham sistemas democráticos em funcionamento.

A partir do retorno à democracia em cada país, o avanço posterior foi sustentado e profundo. Embora tenham ocorrido momentos de grande instabilidade em alguns países – nos quais se chegou, inclusive, a utilizar medidas de força –, é necessário ressaltar que as dificuldades foram resolvidas dentro dos quadros constitucionais vigentes.

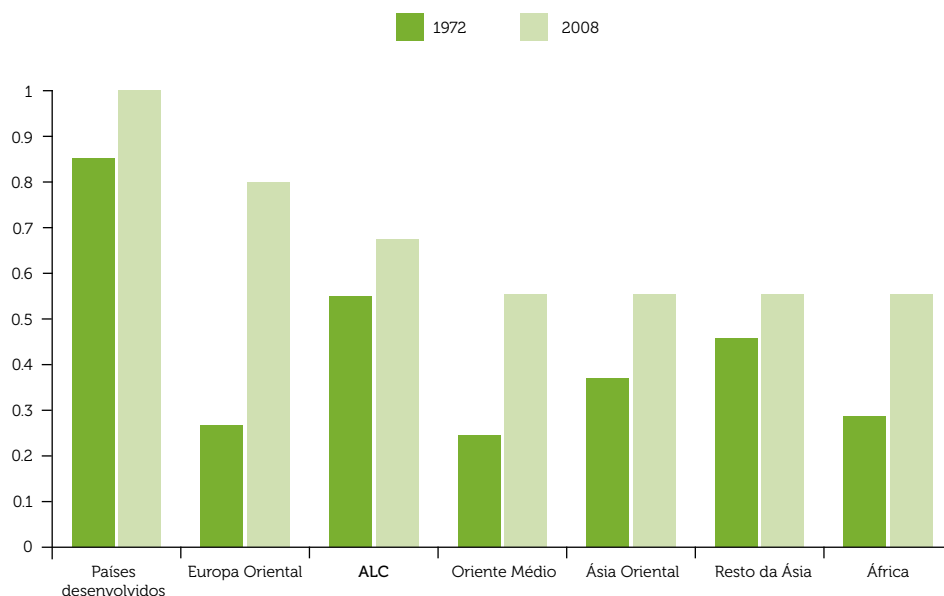
Os cidadãos da região, cada vez mais, apostam na via pacífica para resolver os conflitos e aceitam os resultados saídos das urnas; em muitos casos, registram-se altos níveis de participação eleitoral. Em apenas uma década e em meio a condições econômicas originalmente difíceis, foi necessário criar ou recuperar instituições, além de depurar sistemas que continuam em processo de aperfeiçoamento.

Em geral, as diferentes medições mostram que, na América Latina e no Caribe, em comparação com a situação de quatro décadas atrás, deu-se um inquestionável avanço das liberdades civis e políticas.

A consolidação da democracia veio acompanhada não só da participação dos cidadãos nos diferentes processos eleitorais, mas também de uma mudança nas políticas das entidades multilaterais que têm laços no continente. Um exemplo típico é o da Carta Democrática Interamericana, adotada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em setembro de 2001, cuja aprovação deixou claro que o espaço para os governos é, de fato, nulo e que quem deseja seguir essa via expõe-se a condenações e sanções por parte da comunidade hemisférica.

Gráfico 18

Índice de direitos políticos e liberdades civis em regiões do mundo, 1972–2008



Fonte: Freedom House. *Freedom in the World* 2008, 2008.

Ainda que à primeira vista um observador externo possa pensar que a evolução da democracia na região limitou-se a restaurar o sistema presidencialista, um olhar mais atento revela que ocorreram mudanças profundas nas democracias da região, durante as últimas décadas.

Neste ponto, é necessário abrir um parêntese para recordar que, na região, convivem dois sistemas democráticos, com gêneses e desafios muito diferentes. Juntamente com o presidencialismo – que é típico da América Latina –, encontramos o parlamentarismo, que impera nas nações caribenhas, particularmente naquelas de ascendência inglesa.

Dito isto, deve-se ressaltar que os esforços para fortalecer a democracia foram muito variados e incluem ações para a elaboração de novas constituições e a promulgação de leis, num âmbito de clara tendência à descentralização. Na maioria das nações da região, foram abordados temas que vão desde a pura mecânica eleitoral até a tentativa de fortalecer os partidos, ou solucionar o eterno dilema dos mecanismos de financiamento das campanhas.

Em geral, a consideração feita é que foi necessário adaptar os quadros existentes às novas realidades econômicas, sociais e políticas de cada país.

Isto se fez acompanhar de reformas constitucionais profundas ou da promulgação de novas constituições políticas, elaboradas por assembleias convocadas por voto popular, nas quais, em geral, mantém-se a divisão de poderes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, mas em que os encargos foram redistribuídos sem que exista uma tendência clara, pois, em alguns casos, foram outorgadas mais responsabilidades ao Executivo e, em outros, estas foram cortadas. No que diz respeito ao Legislativo, em algumas nações o modelo bicameral foi substituído pelo unicameral. O Judiciário recebeu mais autonomia, inclusive a criação de novas instituições, como sucede com tribunais especializados em diferentes assuntos.

Além disso, há que se destacar a tendência à descentralização política, administrativa e fiscal, orientada para uma maior participação cívica. Outro elemento é a passagem de um Estado interventor débil para um regulador, muito mais forte, com autoridades autônomas, como bancos centrais ou comissões reguladoras. Tudo isto vem sendo complementado com cartas de direitos fundamentais que consagram garantias e mecanismos imediatos de proteção constitucional, como no caso do recurso de assistência.

Ao mesmo tempo em que se deu esta evolução, os sistemas eleitorais sofreram grandes variações. Assim, é mais comum que se constate a eleição de um presidente em mais de um turno, dependendo da proporção de votos que cada candidato consegue no primeiro e que supere um número de votos definido previamente. Porém, sem dúvida, o mais notório é a tendência a favor da reeleição presidencial, vigente em quase dois terços das democracias da América Latina. Na maioria dos casos, existe a possibilidade de somente um mandato adicional, que, normalmente, é consecutivo ao primeiro, algo novo na região. Esta variação aconteceu juntamente com um corte na duração do período (Payne et al., 2006).

Também a eleição dos parlamentares experimentou mudanças, mediante a definição de um número mínimo de votos, ou nos sistemas de votação. O objetivo de tais reformas foi evitar a excessiva fragmentação dos partidos políticos, a fim de construir coletividades mais sólidas e numerosas. As fórmulas testadas foram múltiplas e diferem em cada país. Não obstante, buscaram-se sempre aumentar os sistemas de prestação de contas e aproximar os parlamentares do eleitorado.

Um dos temas mais complexos é o fortalecimento dos partidos políticos como estruturas organizadas em torno de um bloco de programas. Inúmeras fórmulas voltadas para sua democratização interna foram testadas, para tornar mais trans-

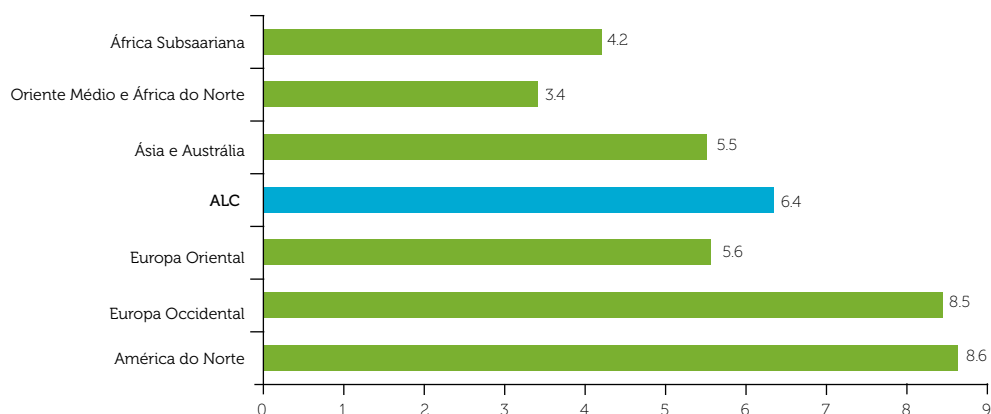
parentes a designação de candidatos ou a solução de controvérsias em torno de propósitos específicos. É difícil fazer uma avaliação geral, mas pode-se constatar que as tentativas de reforçar as coletividades continuam, em alguns casos com mais avanço que em outros.

Algo similar sucede com o financiamento da atividade política. Cada vez é mais evidente o surgimento de um sistema misto, no qual se combinam as contribuições do orçamento público com base na votação obtida, e as contribuições privadas, num quadro regulador cada vez mais estrito. O controle deste assunto coube a novas autoridades eleitorais, que têm o poder de punir os infratores. Os parágrafos anteriores indicam que a democracia não é um conceito estático na América Latina e no Caribe. Ao longo das décadas recentes, tem sido evidente, na região, o empenho em corrigir as falhas percebidas, ou em aprofundar os mecanismos de transparência e participação.

As publicações de indicadores baseados em pesquisas de opinião de *The Economist* e da Latinobarômetro, por exemplo, ressaltam o avanço positivo da democracia na região. O índice de democracia, calculado em 2010 pela *Economist Intelligence Unit* (EIU) para 167 países, situa a América Latina e o Caribe com os melhores níveis depois da América do Norte e da Europa Ocidental. Este indicador enfoca cinco categorias gerais: processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionamento real do governo e participação e cultura políticas.

Gráfico 19

Índice médio de democracia, por região, 2010

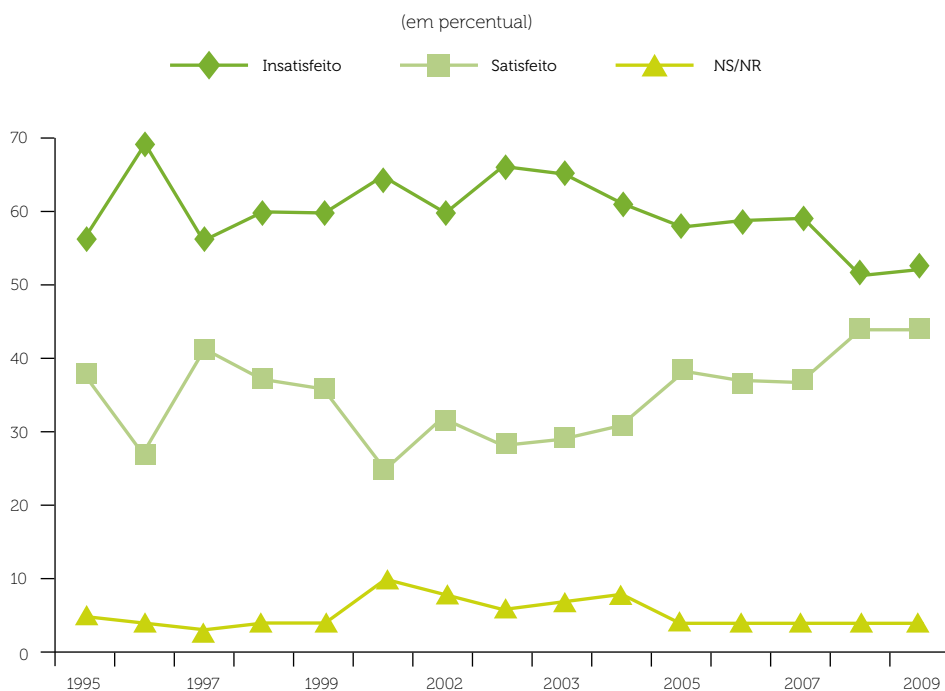


Fonte: EIU. *Democracy Index 2010: democracy in retreat*, 2010.

Por sua vez, a Latinobarômetro mostra os resultados do grau de satisfação dos latino-americanos em relação à democracia. Embora a proporção de pessoas que se declaram insatisfeitas com a democracia continue sendo majoritária, o nível de insatisfação desceu 14 pontos percentuais desde 2003, passando de 66% para 52%. No mesmo período, a satisfação subiu 16 pontos, até chegar a 44% em 2010. Em outras palavras: o balanço de respostas negativas e positivas ainda mostra um saldo vermelho, mas a diferença diminuiu de forma significativa.

Gráfico 20

Satisfação com a democracia na América Latina, 1995-2009



Fonte: Corporación Latinobarômetro. *Informe Latinobarômetro 2010*, 2010.

Um exame do grau de confiança em diversas instituições é igualmente revelador. Em contraste com a Igreja Católica, que, de maneira consistente, foi a entidade com qualificações mais satisfatórias (próximas de 70%), em 2010 as piores foram para o poder legislativo, o sistema judicial e os partidos políticos, com 34%, 32% e 23%, respectivamente. Em compensação, o governo não teve um resultado tão ruim: 45% (acima dos bancos e da empresa privada).

Ademais, é necessário ressaltar que a confiança no Estado não fez senão crescer. Assim, a proporção dos que opinam que este pode resolver todos os problemas duplicou, até chegar a 17%, mas, no caso da maioria dos problemas, o índice é de 29%. Em oposição, o grupo dos que creem que apenas podem ser solucionados uns poucos problemas diminuiu de maneira consistente, até chegar a 28%.

Em meio a este contexto, vale a pena fazer algumas considerações finais. Assim, o apoio da opinião pública à democracia e às instituições deve servir de estímulo para que se empreendam as reformas necessárias a sua contínua legitimação e fortalecimento.

Dito isto, devemos reconhecer que o que conseguimos deve ser, então, motivo de alegria compartilhada por todos, pois constitui uma conquista coletiva. Não devemos esquecer que, há pouco, eram muitos, na área e fora dela, os que condenavam nossos países a uma espécie de fatalismo sem saída, segundo o qual as sociedades, apesar de certos períodos de aparente melhora, estavam atadas a um círculo vicioso de fraco crescimento econômico, insuficiente desenvolvimento social e, sobretudo, a uma manifesta incapacidade de governar-se por normas legítimas.

A realidade demonstrou que o futuro – hoje presente – da América Latina e do Caribe não tinha de ser assim.

Contudo, estes avanços devem ser motivo não de complacência, mas de incentivo para melhorar a democracia na região. Se, nas últimas décadas, o desafio era estender e consolidar os regimes escolhidos por voto popular, tornando inviável o regresso do autoritarismo, neste momento o maior desafio consiste em aprofundar a “qualidade” das instituições democráticas.

Além da transformação do Estado e suas estruturas em sistemas mais eficientes e modernos, as democracias, na maioria dos países da área, padecem ainda de graves problemas que limitam sua plena potencialidade. O sistema de partidos políticos, em muitos Estados latino-americanos, ainda é muito débil, sendo incapaz de articular grupos coerentes que materializem as diferentes expressões políticas das sociedades, prestando-se a práticas clientelistas nas quais as coletividades esvaziam-se de sentido, para ser unicamente estruturas a serviço de ambições pessoais.

De igual modo, é necessário que o financiamento dos partidos combine fórmulas que permitam um financiamento efetivo para cumprir sua missão, juntamente com a esquemas que garantam a transparência e prestação de contas, evitando espaços de sombra e fortalecendo, assim, a confiança da sociedade nas coletividades.

A reforma profunda da justiça é outra das grandes tarefas pendentes. Embora, nas últimas décadas, tenham sido numerosos os esforços nesta direção, os desafios

ainda são importantes numa área essencial, quanto se trata de consolidar o Estado de Direito.

Além do imperativo ético de contar com uma justiça de qualidade, a atual situação não só limita o efetivo exercício dos direitos, mas representa um obstáculo para o crescimento e desenvolvimento de nossas sociedades, ao privar os diversos países de um quadro jurídico seguro e previsível. Posto de outra maneira, o preço dos erros atuais expressa-se também em termos econômicos, por conta de investimentos mais baixos e custos transacionais e operacionais mais altos.

Nesta mesma direção, a persistência da corrupção não só afeta a qualidade democrática, como também a afasta de horizontes de desenvolvimento mais ambiciosos. Independentemente do desvio ilícito de recursos públicos usados para fins privados, a venalidade desincentiva a competência e a competitividade das economias da região; produz sérias distorções na alocação de recursos; e representa um verdadeiro teto de vidro para as possibilidades de progresso no médio e longo prazos.

Apesar dos avanços obtidos em diferentes áreas, como, por exemplo, o reconhecimento, como direito cívico, do acesso à informação pública no México, com frequência os esforços de luta contra a corrupção na região pecaram por uma ótica excessivamente fiscalizadora, concentrando-se mais em identificar os casos do que em combater as causas. Além disso, este enfoque dos sistemas de controle representa, geralmente, um peso que amarra excessivamente a atuação pública honesta sem evitar os casos de abuso.

Tais observações deixam claro que muito se conseguiu, mas ainda falta um longo caminho. É necessário apoiar-se nas mudanças realizadas para que se possa impulsionar as reformas indispensáveis para que as raízes democráticas na América Latina e no Caribe fortaleçam-se de forma contínua.



CAPÍTULO IV

As novas realidades



É inegável que a evolução da classe média, o surgimento de uma nova classe empresarial e o aumento do comércio do hemisfério sul são expressões de uma nova realidade na América Latina e no Caribe

O fato de a América Latina e o Caribe terem passado por uma mudança muito acelerada e positiva nos últimos anos é inquestionável. Os números referentes tanto à macroeconomia como aos avanços sociais revelam a melhoria da situação e um peso específico maior no contexto global; a isso, acrescentam-se as reformas institucionais realizadas num contexto democrático.

Contudo, por detrás dos números ou das avaliações, há outros aspectos que precisam ser levados em conta. Por um lado, o crescimento econômico, combinado à redução da pobreza e às melhorias (embora ainda fracas) na distribuição da renda, entre outros fatores, resultou em um aumento da classe média. Trata-se de um elemento de grande relevância, se considerarmos seu papel como motor do crescimento e suas implicações para o fortalecimento da coesão e da mobilidade social (PNUD, 2010).

Por outro lado, as reformas estruturais dos anos 1990, que tiveram resultados decepcionantes em algumas dimensões, trouxeram maior competição em diversos setores, removeram barreiras à entrada e propiciaram o surgimento de uma nova classe empresarial. Hoje, estamos diante de um setor privado que mudou sua maneira de atuar. Ele é menos dependente do Estado e opera num contexto de competição mundial. Se, antes, a concepção dos mercados estava restrita aos âmbitos locais ou nacionais, agora é cada vez mais comum que ultrapasse fronteiras.

Algo semelhante ocorre com o comércio de produtos, cujos parâmetros tampouco são os mesmos de antes. Como mencionei, agora as exportações da América Latina dirigem-se em maior proporção para outros parceiros regionais, ou para as economias emergentes localizadas nas mais diversas latitudes. Essa nova e notória realidade ficará cada vez mais evidente nos anos vindouros, refletindo – em sua passagem – a transformação estrutural das fontes de crescimento da economia mundial e o surgimento de uma notável demanda interna por parte de consumidores, que lucraram em prosperidade e mais confiança no futuro.

A classe média em crescimento

O crescimento econômico e a redução da pobreza, assim como as mudanças no tamanho e na composição das famílias associadas à queda das taxas de fecundidade, dependência, e ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, contribuíram para um aumento generalizado da renda média das famílias latino-americanas e caribenhas nos últimos 15 anos.

Embora os especialistas usem diferentes parâmetros para definir e medir a classe média, seja com base em valores absolutos, seja em uma faixa delimitada por valores superiores e inferiores à renda média de um país, os diversos trabalhos acadêmicos revelam que esse grupo da população teve um crescimento importante.

Este é um tema de grande importância. Para começar, os especialistas já apontaram que uma classe média em crescimento serve para dar maior estabilidade às sociedades, gerando novas fontes de progresso e avanço, pois se elevam tanto os padrões de consumo como os níveis de escolaridade, com o que se promove a mobilidade social e se prepara o terreno para uma maior inovação e para a presença de um espírito empresarial robustecido.

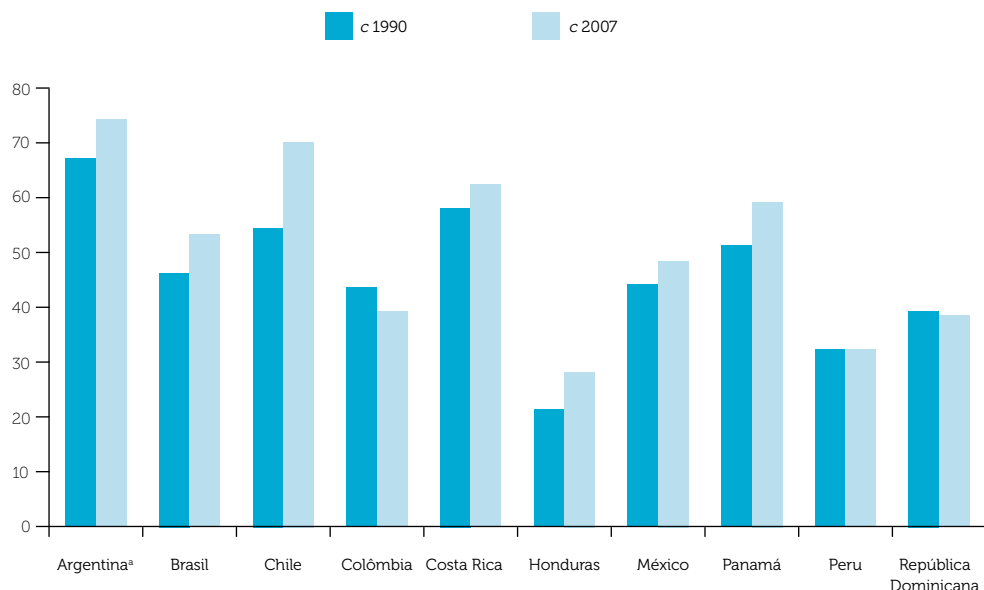
Não menos importante é o impacto sobre o fortalecimento da demanda interna, que pode levar a estruturas produtivas mais variadas e a um círculo virtuoso de geração de empregos qualificados e expansão da riqueza.

Para a América Latina, um elemento a mais é que o avanço registrado serviu para respaldar a confiança na democracia, o que também tem implicações políticas.

No caso da América Latina e do Caribe, estima-se que houve um aumento de 56 milhões de famílias nos estratos sociais médios, entre 1997 e 2007 (Franco, Hopenhayn e León, 2011). Embora as diferenças entre os países sejam importantes, a magnitude deste fenômeno não deixa de ser relevante.

Gráfico 21

Porcentagem de famílias de estratos sociais médios na América Latina (países selecionados), c 1990 e 2007



(a) Grande Buenos Aires.

Fonte: Franco, Hopenhayn e León. *Revista CEPAL* 103, "Crece y cambia la clase media en América Latina: una puesta al día a día", 2011.

Um estudo realizado por Homi Kharas (2010) para a OCDE define a classe média como as famílias cujos integrantes têm gastos diários que oscilam entre 10 e 100 dólares, ajustados também pelo poder de compra nos diferentes países analisados. Segundo este parâmetro, 1,845 bilhão de pessoas se encaixariam nessa categoria em 2009, em todo o mundo, sendo 181 milhões na América Central e na América do Sul. Do total mencionado, 36% correspondem à Europa e 18% à América do Norte. Em todo caso, quase a metade pertencia às economias emergentes.

Os cálculos sugerem que um número cada vez maior de pessoas terá um poder de compra substancialmente mais elevado que o atual, o que não apenas incidirá sobre o acesso a bens de consumo, mas também implicará mais investimentos em educação, ou em ativos fixos. Em outras palavras, na medida em que as economias emergentes alcancem uma velocidade cruzeiro maior que as industrializadas, com taxas superiores a 6% ao ano, a mudança irá se acelerar.

Um documento elaborado pelo Goldman Sachs (2008), por exemplo, sustenta que o número de pessoas com renda entre US\$ 6.000 e US\$ 30.000 ao ano poderia aumentar em 2 bilhões até 2030. Ademais, Kharas (2010) calcula que a classe média por ele definida abrangeria 3.249 milhões, em 2020, e 4.884 milhões em 2030. Seja qual for o cenário, isso significará uma mudança fundamental na história da humanidade, com novos parâmetros de gastos e de uso dos recursos naturais, além de questões ambientais e até mesmo políticas. Kharas também afirma que, em 2030, o volume de gastos desse grupo chegaria a 55,6 bilhões de dólares de 2005, mais de duas vezes e meia a cifra atual.

Quadro 5

Projeções de crescimento da classe média no âmbito mundial

(em milhões de pessoas)

Regiões	2009	%	2020	%	2030	%
América do Norte	338	18	333	10	322	7
Europa	664	36	703	22	680	14
América Central e do Sul	181	10	251	8	313	6
Pacífico Asiático	525	28	1.740	54	3.228	66
África Subsaariana	32	2	57	2	107	2
Oriente Médio e África Setentrional	105	6	165	5	234	5
Mundo	1.845	100	3.249	100	4.884	100

Fonte: Kharas; OCDE, "The emerging middle class in developing countries", 2010.

Embora a maior parte desse avanço se concentre na Ásia, a América Latina também ganharia terreno. Uma análise interessante, feita por Mauricio Cárdenas, Homi Kharas e Camila Henao (2011), revela que o tamanho da classe média na região, também definida como pessoas com renda entre 10 e 100 dólares por dia, ajustados pelo poder de compra nos diferentes países analisados, teria um forte aumento nas próximas décadas; contudo, o fator determinante, mais do que as políticas redistributivas, será a taxa média de crescimento econômico. Isso não

significa que a redução dos índices de desigualdade não seja importante, mas o tamanho do bolo – supondo que não haja variações anormais – é muito mais decisivo do que sua divisão em fatias.

Finalmente, o Banco Santander afirma que as cifras absolutas não mentem. Segunda esta entidade, em sete economias da região (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai), a classe média passou de 174 a 242 milhões de cidadãos, enquanto os estratos pobres baixaram de 166 para 139 milhões entre 2000 e 2010. Se as tendências atuais permanecerem, em 2020 três de cada quatro famílias estariam na faixa média, sete pontos percentuais mais que na atualidade (Luzón, 2011).

Nesta linha, o fortalecimento do patrimônio das famílias deve continuar, caso se confirmem as perspectivas positivas quanto à evolução dos países da região nos próximos anos. Numa hipótese otimista, tanto os estratos médios como os afluentes ganharão terreno, consolidando os avanços sociais e dando origem a um círculo virtuoso que permitiria novas conquistas na luta contra a pobreza.

Contudo, essa visão não disfarça uma realidade inquietante: a vulnerabilidade da classe média na América Latina e no Caribe, levando em conta a existência de poucas redes de proteção social, ou de mecanismos que evitem a mobilidade descendente em caso de desemprego ou doença.

Uma das principais lições das crises do fim do século XX é que os países de maior desenvolvimento relativo na região testemunharam o surgimento dos chamados “novos pobres”, denominação atribuída aos que viram sua renda desaparecer por causa da hiperinflação, da desordem cambial ou da contração do PIB.

O surgimento de uma nova classe empresarial

As reformas estruturais dos anos 1990, que tiveram resultados decepcionantes em algumas dimensões, introduziram maior competição em diversos setores, removeram barreiras à entrada e propiciaram o surgimento de uma nova classe empresarial. No Brasil, Colômbia e Peru, entre outros, as associações de empresários passaram de uma oposição ferrenha à liberalização comercial a um apoio explícito — às vezes tímido, mas de qualquer forma visível. A nova geração de empresários não apenas é mais instruída e menos dependente do Estado, mas também atua mais conectada com o mundo e num contexto de competição mundial.

A demografia também ajudou. A parcela de jovens com instrução em relação ao restante da população é maior na América Latina do que nos países desenvolvidos.

Do ponto de vista meramente etário, a juventude mais instruída é uma vantagem importante em momentos de rápida evolução da tecnologia.

A nova classe empresarial nutriu-se da circulação de cérebros. Nas décadas anteriores, especialmente durante a crise do fim do século, muitos trabalhadores latino-americanos emigraram para os centros financeiros, industriais e acadêmicos do primeiro mundo. Por exemplo, quase 10% dos trabalhadores colombianos com pós-graduação deixaram o país no fim dos anos 1990. Uma década depois, muitos deles retornaram com novas ideias e contatos. Outros permaneceram em seus destinos, mas serviram de ponta de lança para empresas exportadoras e importadoras. Embora tenha representado importantes perdas de capital humano, a diáspora também resultou em uma porta de entrada que, hoje em dia, constitui uma vantagem competitiva inovadora, quase inesperada.

Em alguns países, as políticas públicas destinam-se a promover a circulação de cérebros. Como exemplo, o novo fundo chileno para estudos em outros países permite que seus beneficiários passem mais tempo no exterior. Conforme indicado por Alejandro Foxley, ex-chanceler chileno: “É preciso ter uma visão de longo prazo das coisas [...]. Os estudantes, em sua grande maioria, ficam nos Estados Unidos uns 10 anos e, ao fim desse período, retornam a seu país com uma bagagem de conhecimentos impressionante, voltam muito mais criativos e com mais contatos internacionais” (Oppenheimer, 2010).

Tudo isso ocorre em meio a uma transformação fundamental. O IED proveniente das nações emergentes é uma força cada vez mais notória em todos os continentes. De acordo com estimativas da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), enquanto apenas 8% de 35 mil empresas transnacionais eram de países em desenvolvimento em 1992, essa parcela subiu para 28% de 82 mil empresas em 2008.

Esta mudança tem a ver com os fluxos de capital, que afluem, em proporção cada vez maior, às economias emergentes. Essas economias recebiam apenas um terço do IED mundial em 2007, mas, em 2009, passaram a receber metade. Semelhante variação pode não ser totalmente surpreendente, se levarmos em conta que os países emergentes registram as taxas mais altas de crescimento, suas classes médias estão aumentando e há um grande interesse em explorar seus recursos naturais.

Contudo, desperta ainda mais atenção o fato de que boa parte do IED procede dos próprios países em desenvolvimento. Em 1990, sua contribuição ao total de recursos era de 5%; em 2007, passou a 12,9%; e dois anos mais tarde chegou a

20,8% (ONU, 2010). Em outras palavras, há uma mudança fundamental no que concerne a origem e destino dos fluxos de investimento mundial.

Esta situação não é alheia à América Latina e ao Caribe. O IED que afluiu à região passou de uma média anual de 66,796 milhões de dólares, entre 2000 e 2005, a 103,376 milhões entre 2006 e 2010 (CEPAL, 2011a). Sabe-se muito bem que a crise internacional acarretou quedas importantes nos meses que se seguiram àquela do Lehman Brothers, em setembro de 2008, mas os dados mostram que houve um importante aumento de 40% em 2010, para 112,634 milhões de dólares, e que, em 2011, seriam batidos recordes históricos.

Neste cenário, cumpre destacar o caso das multinacionais de origem latino americana, mais conhecidas como *multilatinas*, que abrangem um grupo numeroso de empresas, cada vez mais presente em diferentes países da região. Não se trata de um fenômeno novo. De fato, há casos de empresas que começaram a atuar em outras latitudes há mais de um século. No entanto, o que difere, agora, é a magnitude dos fluxos de capital e o número crescente de sociedades que decidem abrir escritórios em diferentes cidades, ou adquirir empresas existentes em países diversos.

Assim, é normal que uma rede de supermercados atue em várias capitais, que o provedor de serviços de telefonia celular seja o mesmo no centro e no sul do continente, ou que os postos de serviço tenham a mesma marca, para citar apenas três casos. Este fato não é revolucionário, mas sim o de que as matrizes podem estar localizadas em Santiago, na Cidade do México ou em São Paulo.

Sem ignorar os exemplos individuais do passado, este auge é relativamente recente. Para os estudiosos, o fato de que boa parte das economias estava protegida até o início dos anos 1980 levou muitas empresas a se concentrarem em seus respectivos mercados nacionais. Isso não apenas solapava o desejo de competir em outras latitudes, mas também fazia com que as barreiras de entrada em outras partes fossem percebidas como altas. Um estudo de Álvaro Cuervo Cazorra (2008) revela que algumas empresas de primeira linha levaram meio século para dar o primeiro passo, prazo que se reduziu nos últimos anos.

Tenho contato pessoal com centenas de administradores de empresas de todos os portes e posso afirmar que a imensa maioria tem planos de expandir-se em direção a outros países latino-americanos e a outros continentes.

Em boa parte dos casos, o processo começa com a oferta de produtos em um território vizinho, seguida pela abertura de uma representação e pela instalação ou compra de infraestrutura produtiva. Os esquemas também abrangem alianças com sócios locais ou franquias, nos casos em que o modelo pode ser aplicado.

Entre os fatos que explicam a nova atitude do setor privado na América Latina, figura a vontade de ampliar o mercado potencial de uma empresa. Levando em conta as semelhanças culturais entre os diferentes países da região, dar o primeiro passo tende a ser menos difícil do que em outras regiões do mundo. Por exemplo, os fatos de que a língua é a mesma, ou de que são semelhantes os respectivos arcabouços jurídicos, diminuem o custo inicial de abrir uma filial em outro país.

As empresas da região também têm maior capacidade para ser flexíveis e navegar no universo da regulamentação, que às vezes é complexo e envolve não apenas autoridades nacionais, mas também locais. Não menos importante é o exemplo de que a crescente presença das *multilatinas* criou uma espécie de bola de neve, que resultou em maior número de executivos em busca de oportunidades.

Porém, para além dessas circunstâncias – no contexto da globalização – está o interesse em aumentar as vendas e lucros, ganhar massa crítica e conseguir competir em um mundo aberto. Especialistas como Javier Santiso (2006) identificam cinco razões gerais para isso: o acesso a tecnologia, recursos, mercados e ativos estratégicos e uma base de clientes mais diversificada. Também pesam nessa decisão indicadores que mostram que o retorno sobre o investimento tende a ficar acima da média.

A estes fatores é preciso somar outros dois. Primeiro, o bom ritmo das economias latino-americanas permitiu o aumento da geração interna de caixa pelas empresas que atuam na região e no mundo, o que lhes dá um braço financeiro mais poderoso no momento de alavancar operações de expansão ou aquisição. Segundo, o desenvolvimento do mercado de capitais abriu as portas para novas emissões de ações ou títulos de longo prazo a taxas de juros mais baixas. Essa redução do custo relativo dos recursos, resultado de prêmios de risco menores, abriu novas possibilidades de crescimento.

Deve-se destacar que, no caso da América Latina, aumentou o número de lugares de origem dessas empresas. Se, no começo, a lista abrangia quase que exclusivamente empresas com sede no Brasil, México e Argentina, mais recentemente juntaram-se a elas sociedades procedentes do Chile, Peru, Venezuela e Colômbia. Também existem casos de sociedades da Guatemala, El Salvador, Panamá, Costa Rica e Bolívia que decidiram transpor suas fronteiras. A magnitude das vendas pode não ser a mesma, mas o que sobressai é a vontade de expandir as operações, o que tende a se generalizar no continente.

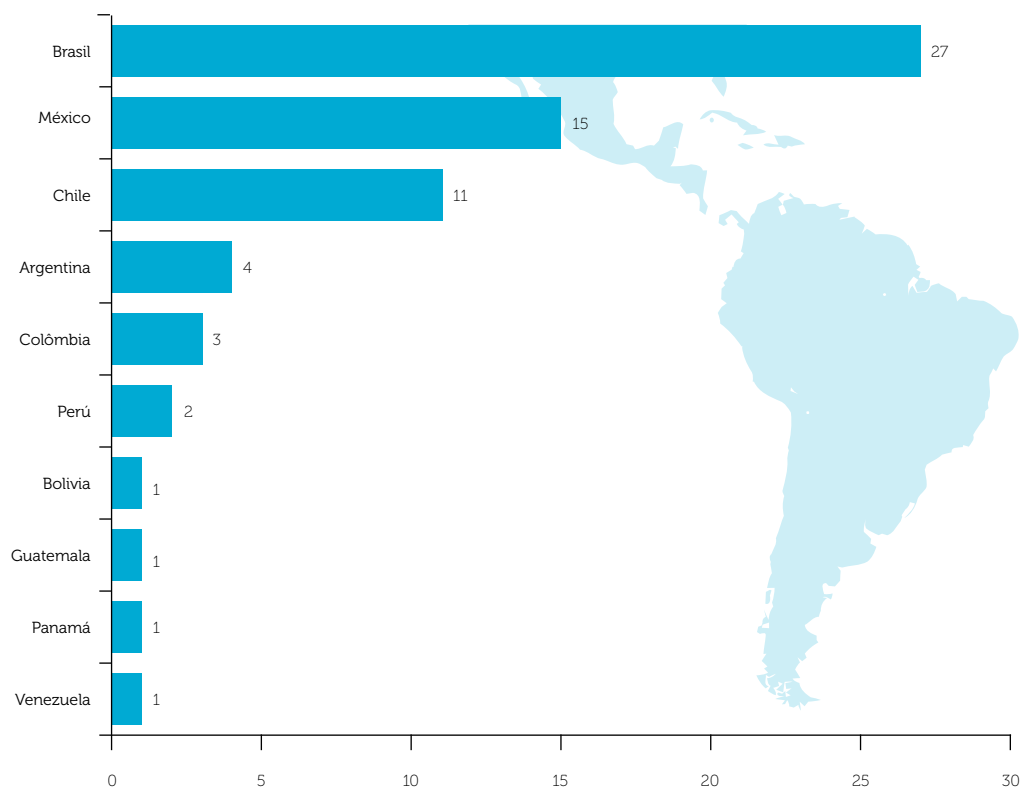
Tudo isso provocou um aumento no acervo de investimentos da região. Segundo a UNCTAD, o capital proveniente de empresas latino-americanas e caribenhas

em países onde não está sediada a matriz subiu para US\$ 643 bilhões em 2009 (UNCTAD, 2010). Se forem excluídos deste montante os recursos procedentes dos centros financeiros da região, o total chega a US\$ 349 bilhões, aproximadamente três vezes mais o registrado no começo desta década.

Por sua vez, a CEPAL (2011a) assinala que, nas duas últimas décadas, a ALC aumentou significativamente o investimento direto no exterior, acompanhando um processo em que podemos observar três fases. A primeira teve lugar no início dos anos 1990, com a abertura comercial, as privatizações de empresas estatais e a desregulamentação das economias, com fluxos baixos, mas crescentes, numa média próxima de US\$ 3 bilhões anuais. Depois, entre 1997 e 2003, esse nível aumentou para US\$ 6,8 bilhões.

Gráfico 22

Número de empresas *multilatinas* na ALC, por país de origem, 2010



Fonte: Revista América Economía, "Ranking Multilatinas 2011", 2011.

Não obstante, o verdadeiro salto ocorreu entre 2004 e 2010, quando a média passou a US\$ 26,5 bilhões. De fato, no ano passado, chegou-se a um recorde histórico de US\$ 43,108 bilhões. Devido a isso, a participação regional nos volumes de IED originados em países em desenvolvimento aumentou de 6% em 2000 para 17% em 2010 (CEPAL, 2011a).

Diante desta dinâmica, que se soma às boas perspectivas econômicas regionais, ao desenvolvimento do mercado de capitais e à vontade de ampliar os mercados, é de se esperar que o setor privado continue crescendo e que as *multilatinas* continuem conquistando mercado, não apenas no hemisfério, mas também em todo o mundo.

O desafio não é fácil, mas os exemplos destacados mostram que a formação de conglomerados é plenamente possível, o que fortalece a base produtiva da região, ajuda o setor empresarial a adotar padrões mais altos e serve para demonstrar que, além das economias que se beneficiam dos bons preços das matérias-primas, existem firmas que podem competir e desenvolver métodos e tecnologias que lhes permitam crescer em um planeta repleto de oportunidades.

Mais integração e cooperação

O auge dos negócios na América Latina e no Caribe também ocorreu no comércio exterior. Demonstram-no a evolução das exportações, que passaram de US\$ 119 bilhões, em 1980, para cerca de US\$ 900 bilhões em 2010 (CEPAL, 2011b). Este aumento ocorreu no contexto de uma impressionante expansão do comércio em âmbito mundial. De fato, os níveis de exportação registrados na região são inferiores aos da Ásia e, inclusive, aos da África, sobretudo no período já transcorrido do século XXI. Contudo, essas circunstâncias não roubam o mérito ao que ocorreu, principalmente pela transformação dos fluxos para diferentes mercados.

Enquanto os países desenvolvidos perderam participação como compradores dos bens que a América Latina vende, os países da região e outras economias emergentes vêm ganhando um peso cada vez maior. Boa parte do que ocorreu tem a ver com a adoção de acordos que aprofundaram a integração e que se diferenciam radicalmente dos testes feitos há meio século, quando se adotou o modelo de crescimento para dentro. Nos últimos 20 anos, o esquema reinante é o “regionalismo aberto”, segundo o qual, em meio a barreiras gerais menores, novas preferências foram adotadas em favor dos países da região, ou de parceiros específicos, resultantes de acordos bilaterais.

Em termos práticos, isso significa que as restrições ao comércio diminuíram ao mesmo tempo em que as tarifas médias caíram de um nível médio de 40%, em 1985, para cerca de 9% atualmente, com uma tendência de baixa (BID, 2009b). O enfoque multipolar vigente veio acompanhado da abertura unilateral, dos esquemas de integração regional, dos tratados de livre comércio com parceiros de todo o mundo e das negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), da qual fazem parte quase todos os países latino-americanos.

No caso dos acordos bilaterais, inclusive os regionais, é normal que sua cobertura vá além do comércio de bens. Mais frequentemente, os textos incluem os chamados “temas de segunda geração”, que abrangem os serviços, o investimento, as normas fitossanitárias, os direitos de propriedade intelectual e as compras governamentais, entre outros aspectos.

A combinação destes elementos está intimamente relacionada ao mencionado aumento das exportações. Talvez mereça mais destaque o que ocorreu com o comércio intrarregional, que cresceu quase dez vezes mais desde 1990, ao passar de US\$ 18 bilhões para cerca de US\$ 180 bilhões em 2010, chegando a representar cerca de 19% do total faturado (CEPAL, 2010d).

Tal comportamento mostra-se um pouco mais acelerado em relação ao que ocorre no mundo, onde também há uma transformação estrutural. Entre 1990 e 2008, o comércio entre as economias emergentes do hemisfério sul cresceu a uma taxa média de 13% ao ano, chegando a US\$ 2,9 bilhões. Em vista disso, a participação dessas trocas no comércio mundial subiu de 9% para 18% no período mencionado. No caso da América Latina e do Caribe, essa proporção chega a quase 30%, com um peso crescente da Ásia, que representa quase 9%. No caso da África e Oriente Médio, essa contribuição é de 1,7% e 1,1%, respectivamente. Em contrapartida, a contribuição dos Estados Unidos – que continua a ser o principal parceiro comercial da região – caiu de 60% para 40% no mesmo período, enquanto a Europa manteve-se relativamente estável, em torno de 13% (CEPAL, 2010e).

O elemento individual que mais desperta atenção é a franca expansão da China. No começo do século XXI, o país comprava menos de 1% das exportações latino-americanas, mas, em 2010, essa cifra subiu para 8%. Foi bastante significativo o ocorrido em 2009, quando as vendas para os Estados Unidos e a Europa reduziram-se em 26% e 28%, respectivamente, mas as destinadas à China subiram 5% (CEPAL, 2010f). Consequentemente, a China tornou-se um dos cinco maiores mercados para mais da metade das economias da região, inclusive aquelas cuja população é maior.

A presença chinesa é resultado de um dinamismo muito forte. Entre 2000 e 2009, a taxa de crescimento das exportações e importações regionais envolvendo a China foi a mais alta do mundo, com cifras superiores a 20% ao ano (CEPAL, 2010f).

Essa evolução, por sua vez, resultou do aumento das vendas de produtos primários, cujo ritmo quadruplicou o observado durante a última década do século passado. Produtos como petróleo, cobre, soja, café, banana, ferro e aço são, cada vez mais, transportados para o outro lado do oceano Pacífico.

Isso fez com que o peso dos produtos básicos na pauta de exportações da América Latina tenha aumentado para quase 40%, após haver caído para 26,7% no fim dos anos 1990. Esta participação ainda é inferior à de 1981, quando chegou a 52%, embora um bom número de analistas preveja que ela continuará crescendo, dados os padrões observados no comércio mundial.

Diante desses fatos, a preocupação é se isso pode acarretar um retrocesso nas vendas de bens parcialmente manufaturados e industrializados, ou se fará com que os produtos primários apresentem taxas de crescimento muito mais altas em virtude de uma combinação de volumes e preços maiores. Neste cenário, tem grande importância a maneira como as respectivas autoridades administram as políticas que tendem a evitar a valorização excessiva das moedas nacionais em um contexto de turbulência mundial nessa frente.

Também é crucial aproveitar as oportunidades que se abrem no comércio do hemisfério sul. O aumento da taxa de crescimento previsto para as economias emergentes implica uma redistribuição dos fluxos do comércio internacional, algo que deve ser aproveitado pela América Latina e pelo Caribe. Essa possibilidade abrange um estreitamento dos laços regionais por meio do aprofundamento dos esquemas de integração, como o MERCOSUL, a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Mercado Comum Centro-Americano e a CARICOM. Ademais, existem convênios entre países e grupos de nações, os quais deveriam ser desenvolvidos a fim de dar um novo impulso ao volume de negócios.

Além disso, é preciso mencionar a tendência crescente dos tratados de livre comércio entre as nações latino-americanas e as da Ásia. Essa circunstância, somada aos maiores fluxos de investimento que decididamente estão em alta, deveria proporcionar uma aproximação maior de duas regiões separadas por milhares de quilômetros, mas unidas pelo Pacífico.

Porém, os países latino-americanos devem continuar os esforços de diversificação de suas exportações e dos mercados aos quais elas se destinam. Isso implica

buscar oportunidades na África, Oriente Médio, Europa Central e Oriental, bem como em outros países da Ásia além da Índia e China.

Esses objetivos implicam envidar mais esforços orientados a preparar o caminho para que o setor exportador da região se desenvolva e seus produtos cheguem a todos os confins do globo. Quanto a este contexto, convém insistir nas iniciativas que fomentem a expansão, o aprofundamento e a convergência dos acordos comerciais existentes, bem como no financiamento de intervenções que possibilitem a redução dos custos de transporte, logística e equipamentos.

É inegável que a evolução da classe média, o surgimento de uma nova classe empresarial, com maior expressão no auge das *multilatinas*, e o aumento do comércio no hemisfério sul são expressões de uma nova realidade na América Latina e no Caribe, que produziu mudanças fundamentais e promete avanços ainda mais decisivos.

Além das cifras que mostram tendências gerais, são milhões os casos de pessoas cuja renda melhorou substancialmente, que trabalham em empresas atuantes em outros países e que se beneficiam de vínculos mais estreitos, tanto entre os países da região como com o resto do mundo. Este número deve aumentar nos próximos anos, quando soprarem com mais força os ventos do progresso nesta parte do planeta.





CAPÍTULO V

Os desafios que persistem



O desafio, neste momento, é implantar as transformações estruturais necessárias para construir um caminho melhor

Os desafios que persistem

Se olharmos os sinais que apontam o rumo da América Latina e do Caribe, veremos que a imensa maioria deles está voltada para a direção certa. A combinação adequada de circunstâncias internas e externas deve permitir que o crescimento, durante os próximos anos, seja bem maior do que no passado recente e que os países da área consigam consolidar e aprofundar os avanços na luta contra a pobreza já obtidos neste século.

Contudo, o fato de que o vento esteja soprando a favor não elimina o risco de que as coisas não saiam como muitos esperam, se não forem adotadas as políticas adequadas e se não se identificarem os obstáculos que precisam ser vencidos e que impedem um progresso mais rápido.

Os mais céticos assinalam que não é a primeira vez na História que se apresenta a conjunção de uma série de eventos favoráveis. Ao longo do século XX, encontramos múltiplos exemplos de bons momentos, nos quais se acreditou que muitos países latino-americanos e caribenhos estavam prontos para dar um salto rumo à prosperidade, mas essas expectativas acabaram se diluindo diante da complacência que, às vezes, acompanha os bons tempos. Os períodos de prosperidade serviram de desculpa para adiar as reformas, ou se perderam no aumento de gastos, alguns deles luxuosos, que não puderam ser mantidos quando os preços de alguns produtos baixaram, ou quando mercados promissores fecharam-se.

O desafio, neste momento, é não apenas recordar estas lições, mas também empreender as transformações estruturais necessárias para construir um caminho melhor. Somente assim será possível fazer com que as boas cifras que devem acompanhar esta década multipliquem-se depois de 2020. Em outras palavras, o objetivo não é apenas fazer o certo agora, mas assentar as bases para que, no futuro, os bons resultados sejam muito mais uma constante do que uma exceção. Unicamente com decisões responsáveis, a região estará preparada para enfrentar as tempestades, que sem dúvida voltarão periodicamente, pois o caminho até o desenvolvimento não é uma linha reta e plana, mas uma trilha tortuosa, em que é preciso saber vencer os obstáculos e perigos.

Para isso, é indispensável continuar trabalhando no sentido de consolidar os resultados alcançados, a fim de prosseguir avançando nessa área. A região demonstrou um compromisso firme com a manutenção da estabilidade macroeconômica. Esta é a base indispensável para enfrentar com firmeza outros desafios estruturais não menos complexos.

Entre os diversos desafios que a América Latina e o Caribe devem superar, cumpre mencionar a baixa produtividade, que nos impede de crescer mais rapidamente, somada aos baixos níveis de competitividade. Neste contexto, são altamente prioritárias e complementares as agendas para melhorar a infraestrutura, aprofundar a integração e elevar a capacidade de inovação e adaptação tecnológica de nossas economias, além de continuar aperfeiçoando o clima de investimento.

Também é importante continuar avançando na agenda pendente em matéria social. As diferenças acentuadas de renda e a desigualdade no acesso a melhores serviços e oportunidades afetam a mobilidade social e impedem a construção de sociedades mais justas e prósperas. Neste sentido, os esforços para melhorar a qualidade e relevância do sistema educacional são essenciais, assim como os destinados a reduzir a informalidade. Além disso, temas como violência, criminalidade e justiça merecem atenção especial.

A vulnerabilidade da região ante os efeitos da mudança climática e os desastres naturais torna urgente que estejamos mais bem preparados para prevenir e neutralizar o impacto do aquecimento global, inclusive por meio da promoção de estratégias de desenvolvimento sustentável e de estímulo ao uso de tecnologias mais limpas.

Quaisquer desses temas, aos quais podem ser acrescidos eventuais retrocessos no campo político ou na preservação do clima de paz na região, podem fazer com que as possibilidades que hoje aparecem como reais não se concretizem. Portanto, convém identificar os perigos, para saber como enfrentá-los e como solucionar as questões a eles relacionadas.

Em tudo isso está implícita a necessidade de aprofundar a consolidação de governos melhores, tanto na esfera nacional como na regional e local. Uma gestão pública sólida é essencial para enfrentar com eficácia esses desafios e assegurar o pleno aproveitamento das oportunidades que hoje nos são apresentadas.

O desafio da produtividade

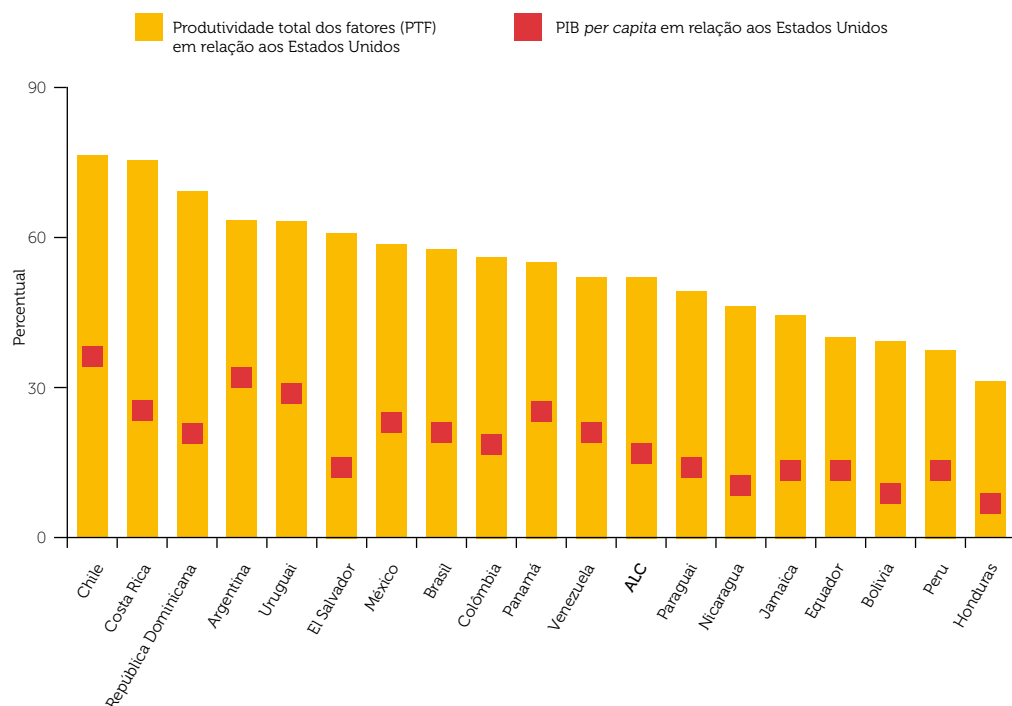
Nos últimos 15 anos, os países da América Latina e do Caribe obtiveram avanços nos indicadores econômicos e sociais. Entre 1994 e 2008, o PIB da região cresceu

a uma taxa média de 3,4% ao ano, a população teve um aumento anual de 1,4% e a renda *per capita* subiu 1,9%. No entanto, em uma perspectiva de longo prazo, ficou atrás de outras economias emergentes e, naturalmente, das desenvolvidas. Como exemplo, em 1960, a renda anual do latino-americano típico correspondia a um quarto da renda de um americano, ao passo que, atualmente, ela é de um sexto. Em comparação, vários países do Sudeste Asiático que começaram mais atrás na mesma época encontram-se perto de ser classificados como países de alta renda.

Ao contrário do que muitos pensam, o nível exíguo de investimento não é, necessariamente, responsável por este rendimento deficiente. A produtividade baixa e lenta, mais do que os entraves à acumulação de fatores, apresenta uma melhor explicação para a baixa renda da América Latina e do Caribe, em comparação com as economias desenvolvidas e sua estagnação em relação a outras economias em desenvolvimento, que estão se tornando mais proeminentes.

Gráfico 23

Produtividade relativa na América Latina, 2005



Fonte: BID, *La era de la productividad*, 2010a.

Segundo as estimativas constantes de *La era de la productividad: cómo transformar las economías desde sus cimientos*, um completo trabalho de pesquisa publicado pelo BID (2010a), a produtividade da América Latina corresponde a cerca de metade do seu potencial e não está se mostrando condizente com o que se sabe. Ao preencher a lacuna com estes limites, reduziríamos a maior parte da diferença de renda por habitante em relação aos países desenvolvidos. Somente a título de exemplo, simulações feitas pelo Departamento de Pesquisas do Banco indicam que, se a região empregasse seus atuais recursos, em termos de capital físico e humano, com a eficiência produtiva dos Estados Unidos, a renda *per capita* duplicar-se-ia, passando a equivaler a um terço da renda daquele país.

No estudo do BID, o panorama que desponta é o de uma região em que existem poucas empresas muito produtivas e muitas com níveis extremamente baixos. Por este motivo, um dos desafios é elevar a proporção de unidades que alcancem uma produtividade média. Se apenas aumentássemos o número de empresas deste tipo, seria possível duplicar a produtividade agregada. Tal impulso seria suficiente para eliminar a lacuna atual. Esta é somente uma das conclusões a que se chegaram, o que nos convida a repensar as políticas que predominam atualmente na região.

No mesmo livro, o setor de serviços – sobretudo o amplo setor do comércio varejista – é apontado como o principal responsável pelos problemas de produtividade agregada. Na verdade, no setor agropecuário, a produtividade aumentou a uma taxa favorável, mas o percentual da força de trabalho que continua trabalhando no campo é relativamente pequeno. Ao mesmo tempo, a produtividade no setor industrial recuou, e caiu o número de trabalhadores empregados neste segmento. Isso faz com que serviços assim como os do setor apresentem os maiores problemas de produtividade, apesar de nele atuar a maior proporção da população ativa. Portanto, uma estratégia de crescimento concentrada nas exportações poderia acabar se revelando incompleta.

As causas da baixa produtividade que afeta a região são múltiplas e variadas. O mencionado estudo encontrou resultados robustos, que assinalam os altos custos de transporte e logística, a informalidade das empresas e da mão de obra, o pouco acesso ao crédito, os regimes tributários discriminatórios e a falta de inovação como fatores fundamentais para explicar o atraso no crescimento da produtividade regional. Esses fatores constituem uma barreira dupla, pois impedem que as empresas produtivas aumentem seu porte e que as menos produtivas elevem sua produtividade.

É relativamente fácil identificar os entraves ao crescimento da produtividade. Mais complexo é conceber e pôr em prática um conjunto coerente de políticas para

desencadear o potencial produtivo de um país. Isso implica a aplicação não só de medidas corretivas imediatas, mas, acima de tudo, de estratégias de longo prazo, algo que não é simples, porque vem acompanhado da eliminação de privilégios e da utilização de novos enfoques.

A boa notícia é que o gargalo não é, necessariamente, a falta de recursos, mas a vontade de aplicar políticas que funcionem e reformar instituições com base em experiências bem-sucedidas em outras latitudes. Desta forma, por exemplo, é preciso trabalhar na redução dos custos de transporte, algo que vai muito além de não dispor da infraestrutura adequada e que abrange a má regulação, sistemas operacionais deficientes e a falta de competição na prestação de serviços.

Ao mesmo tempo, faz-se necessário um maior aprofundamento financeiro, pois o acesso ao crédito ainda é limitado. Neste sentido, o fato de que a região saiu praticamente incólume da crise financeira internacional é um incentivo para que as instituições de crédito aumentem sua atividade e destinem recursos para setores e empresas que podem melhorar em termos de eficiência.

Outro campo que vale a pena ressaltar é o do pagamento de impostos. Chama a atenção o fato de que, apesar de sucessivas reformas nessa área, o preenchimento de formulários para cumprir as obrigações com o fisco exige 320 horas por ano, na América Latina e no Caribe, em comparação com 177 horas nos países de maior renda (BID, 2010a). É imperativo simplificar os procedimentos que estimulam a evasão e o baixo esforço tributário.

A estes pontos é preciso agregar as melhorias necessárias no campo social, em especial no que se refere à cobertura dos sistemas públicos de saúde e à aposentadoria. Igualmente, urge revisar as estratégias para as pequenas e médias empresas, que concentram a imensa maioria da atividade privada na região.

A implantação das mudanças necessárias é algo que vem acompanhado de dificuldades e inúmeras pressões. Mas não há dúvida quanto à recompensa, pois a produtividade é crucial para que subam tanto os salários reais, no longo prazo, como a renda das famílias que não fazem parte do setor assalariado. O aumento dos salários e de outras fontes de renda, por sua vez, é o elemento essencial para que a região possa reduzir a pobreza de forma sustentada.

A marca da competitividade

Uma forma complementar de encarar os desafios da América Latina, a fim de promover aumentos sustentados da produtividade nos próximos anos, é analisar sua posição competitiva na economia global. Os índices a respeito variam – e medem diferentes coisas –, mas o mais reconhecido, o do Fórum Econômico Mundial, considera a competitividade o conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país (WEF, 2011).

Algumas destas variáveis são de mudanças lentas no tempo. As próprias variações das qualificações dos países assim o demonstram, já que as mudanças na posição de ano a ano costumam ser moderadas, sinalizando que estes indicadores apontam as possibilidades nacionais de obter aumentos de produtividade nos anos vindouros.

Neste *ranking*, a posição dos países da região reflete a magnitude do desafio que temos pela frente. Somente duas entre 22 nações latino-americanas incluídas na classificação estão entre os primeiros 50 lugares, num total de 133 consideradas; o Chile, mais competitivo, está em 30º lugar. Nos últimos anos, as melhorias macroeconômicas permitiram um avanço geral de posições, mas é na microeconomia e na qualidade de suas instituições que os países da área apresentam as diferenças mais amplas em relação aos líderes da lista. A debilidade relativa é clara, também, na pontuação que obtêm na variável “sofisticação das empresas e capacidade de inovação”.

O esforço para aperfeiçoar a competitividade de uma economia e remover os obstáculos ao crescimento da produtividade deve ser feito em múltiplas frentes e demanda a colaboração público-privada. Com efeito, o setor público exerce controle de muitas das variáveis que impedem ou estimulam o crescimento e os investimentos, mas a informação sobre quais sejam, concretamente, as restrições mais importantes, tanto no plano nacional como no setorial ou regional, reside no setor privado, como mostra o estudo recente do BID sobre produtividade (BID, 2010a). São as empresas, pequenas e grandes, em sua atividade cotidiana, que reúnem a informação detalhada sobre os gargalos e sobre o de que se necessita para acelerar o processo de inovação e investimento.

Os países mais competitivos integram o insumo privado e as capacidades públicas, por meio de instituições como os Conselhos de Competitividade. Estes esquemas fazem com que a interação público-privada gere informação de qualidade para as decisões de política, mas atue com suficiente transparência para evitar a

Quadro 6

Classificação dos índices de competitividade global 2010-2011, na América Latina e no Caribe

(países selecionados)

País	Ranking 2010-2011
Chile	30
Barbados	43
Panamá	53
Costa Rica	56
Brasil	58
Uruguai	64
México	66
Colômbia	68
Peru	73
Guatemala	78
El Salvador	82
Trinidad e Tobago	84
Argentina	87
Honduras	91
Jamaica	95

Fonte: WEF, *The Global Competitiveness Report 2010-2011*, 2010.

captura do processo por interesses setoriais ou individuais das firmas. Isso permite tanto remover maus regulamentos e obstáculos burocráticos como criar programas de promoção empresarial, que forneçam os bens públicos necessários para que as empresas invistam e cresçam.

Na América Latina, já se podem encontrar instituições nacionais e subnacionais que conseguem isso, mas ainda são escassas e incipientes. As mais bem-sucedidas são as que conseguiram deixar para trás a velha desconfiança da região entre atores públicos e privados e aprenderam que os consensos em prol da competitividade não são jogos de *soma zero*, mas de *ganha-ganha*.

A facilidade para desenvolver os negócios também apresenta desafios importantes nos países da América Latina. Depois de um período de reforma vigorosa nas últimas décadas, e além dos avanços recentes de países como o Peru e a Colômbia, diversas análises afirmam que o zelo reformador parece ter-se estancado na região.

Esta lentidão em melhorar o clima de negócios afeta negativamente o potencial de crescimento. Em muitos casos, o excesso de regulamentação gera incentivos perversos para que empresários e trabalhadores permaneçam fora do circuito formal, reduzindo a efetividade das políticas públicas.

Além disso, as pequenas empresas informais decidem não crescer, já que isso as penalizaria devido aos altos custos de formalização, o que as mantém com baixa produtividade, produto de sua falta de escala e de acesso a crédito formal e assistência técnica. Dito de outra forma, um círculo vicioso existe, o qual é necessário romper com políticas claras e urgentes.

Os desequilíbrios na infraestrutura

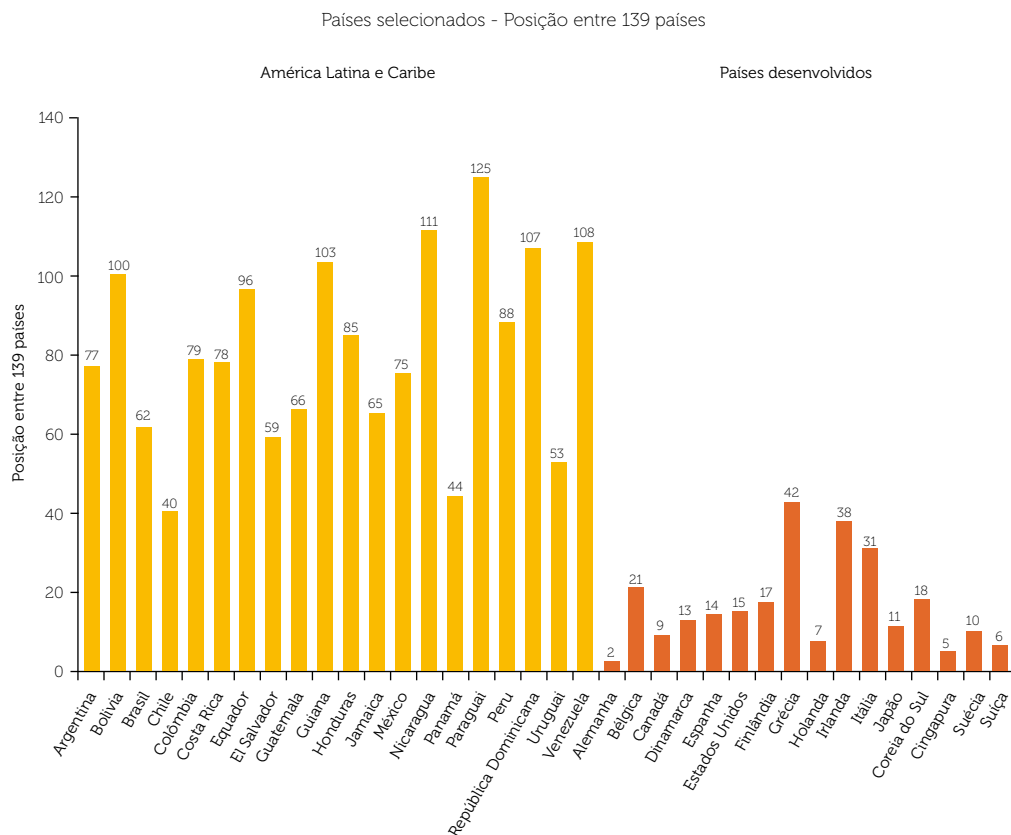
Este tema surge de maneira recorrente, seja nas conversas informais, seja nas apresentações formais feitas por pessoas vinculadas ao setor público ou ao privado. Trata-se do esforço que a América Latina e o Caribe precisam fazer para melhorar sua infraestrutura. Tanto os habitantes da região como quem a visita têm a impressão geral de que são grandes os atrasos, os quais, em vez de diminuir, tendem a crescer, afetando de forma grave a competitividade das empresas e a qualidade de vida dos cidadãos.

Tal impressão é, ao mesmo tempo, correta e equivocada. O motivo desta contradição tem a ver com o fato de que o progresso não foi uniforme em cada um dos segmentos que compõem essa área. Assim, são diferentes as realidades no que se refere à cobertura do serviço de eletricidade, bem como à distribuição de água potável e saneamento básico, serviço de telecomunicações e situação de estradas, portos e aeroportos.

Após este esclarecimento, é preciso aceitar que, na América Latina, o ritmo de acumulação de infraestrutura foi especialmente lento nas duas últimas décadas do século passado, o que resultou na ampliação da lacuna que já existia em relação a outros continentes. Por um lado, os ajustes fiscais necessários, após as sucessivas crises, iniciados com a crise da dívida externa em 1982, levaram a profundos cortes nos investimentos públicos. Assim, a parcela destes investimentos destinada à infraestrutura caiu do equivalente a 3% do PIB, em 1980, para menos de 1% no início do século XXI (Andrés et al., 2010). Em anos mais recentes, graças ao fortalecimento das finanças públicas associado à elevação da taxa de crescimento, os orçamentos voltaram a subir, mas não de maneira tão firme.

Gráfico 24

Índice global de competitividade 2010-2011. Pilar da infraestrutura



Fonte: WEF, *The Global Competitiveness Report 2010-2011*, 2010.

A privatização de empresas de serviços e a entrada de capitais estrangeiros, na região, levaram muitos responsáveis por planejamento a acreditar que esses capitais compensariam a ação do Estado, o que ocorreu apenas parcialmente.

Isso não significa que devemos ignorar a chegada deste investimento privado. Entre 1990 e 2007, os recursos privados destinados à infraestrutura somaram US\$ 474 bilhões, distribuídos em 1.243 projetos. Deste total, 47% foram destinados às telecomunicações, 30% à energia, 18% ao transporte e 5% à água potável. No entanto, o ritmo de entrada desses recursos vem diminuindo, e agora é inferior a um terço do nível registrado na última década do século XX (BID, 2009).

A importância do tema é óbvia, mas vale a pena recordá-la. Diversos estudos já demonstraram que a alta qualidade da infraestrutura é determinante para que as empresas aumentem sua produtividade e sejam mais competitivas no mercado internacional. Ao mesmo tempo, essa qualidade permite tirar melhor proveito dos benefícios da liberalização do comércio, tanto em favor dos consumidores como da geração de novas oportunidades de negócios. Também se constatou que os avanços nessa frente têm uma influência positiva sobre os níveis de saúde e educação, além de contribuir para a redução das disparidades de renda entre regiões e segmentos da população.

Um salto renderia frutos notáveis. César Calderón e Luis Servén (2004) sustentam que o crescimento econômico da região aumentaria 2,6% se todos os países se equiparassem com a nação latino-americana líder nesta área. Se o país tomado como referência fosse a Coreia do Sul, o aumento do PIB de alguns países poderia superar 5% ao ano.

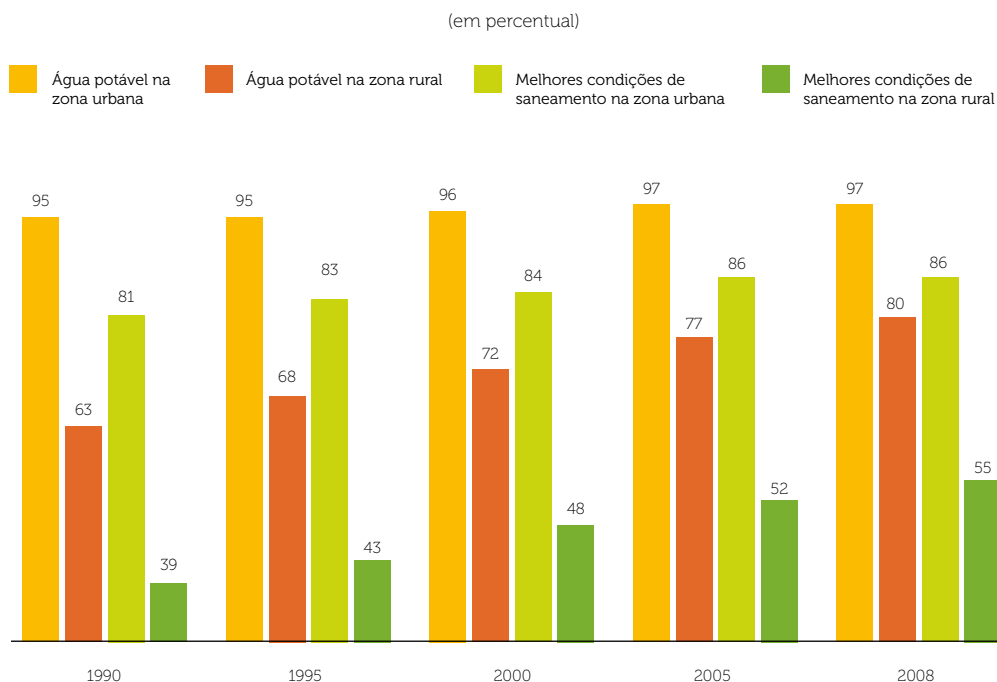
Uma das razões por detrás deste cálculo tem a ver com o elevado peso dos custos logísticos, que oscilam entre 18% e 34% do produto regional, enquanto, entre os integrantes da OCDE, o custo médio fica em 9% (Barbero, 2010). Há razões para que a América Latina e o Caribe estejam abaixo das demais regiões, nas medições feitas pelo Fórum Econômico Mundial sobre esse tema, superando apenas a África Subsaariana.

Feitas estas considerações gerais, é possível efetuar um rápido exame de cada um dos segmentos da infraestrutura, pois é preciso levar em conta as particularidades. Por este motivo, é impossível não reconhecer o avanço no acesso aos serviços de água potável e saneamento. A cobertura do abastecimento de água potável na região aumentou de 85% para 93% entre 1990 e 2008, segundo os padrões de medição da OMS e da UNICEF. O acesso a saneamento, por sua vez, passou de 69% para 85% (BID, 2010a).

As altas coberturas escondem a situação heterogênea dos serviços entre os países e em cada país, além de ocultar diferenças de acesso, continuidade e qualidade entre zonas urbanas e rurais, além daquelas por grupos de renda entre cidades (BID, 2007).

Gráfico 25

Evolução da cobertura urbana e rural do acesso a água potável e a melhores condições de saneamento na América Latina e no Caribe



Fonte: BID, *Água potable, saneamiento y los Objetivos de Desarrollo del Milenio para América Latina y el Caribe*, 2010b.

É necessário fazer mais. As análises do BID mostram que, entre 2011 e 2015, será necessário um investimento de aproximadamente US\$ 39 bilhões para atingir a universalização da cobertura (BID, 2010a).

Os avanços também têm sido rápidos na área da eletricidade. A cobertura, que era de 42% em 1971, passou a 70% em 1989 e, hoje, encontra-se em quase 93% (Ávila, 2009). De fato, em um número importante de países, o serviço chega a toda a população, embora os cálculos apontem que cerca de 50 milhões de pessoas ainda continuam no escuro.

Boa parte das melhorias ocorreu graças ao desenvolvimento de sistemas de interconexão, que aumentaram a qualidade do serviço, e a níveis mais altos de eficiência, inclusive com a redução das chamadas “perdas por furto”.

Talvez o mais destacável seja o uso de métodos mais limpos de geração. Este é o caso da construção de grandes centrais hidrelétricas, que permitiram reduzir o peso das usinas térmicas e, em alguns casos, chegam a representar 85% da oferta (BID, 2009).

Os distúrbios climáticos que têm acompanhado o aquecimento global vêm exigindo um aumento das margens de segurança do fornecimento de energia. A ocorrência de graves secas que afetaram os fluxos dos rios provocou racionamentos de energia em um bom número de países, que tiveram que ser compensados por novos investimentos.

Essas considerações são importantes, se levarmos em conta que o consumo mundial de energia deverá aumentar em cerca de 50% nas próximas duas décadas e que a América Latina e o Caribe não constituirão exceção a este prognóstico (BID, 2008b). Isso exigirá mais recursos e esforços para otimizar tanto a geração atual como o consumo. Cálculos do BID sugerem que, na região, um terço desse aumento poderá ser evitado se forem adotadas políticas e medidas reguladoras que estimulem a economia de energia (BID, 2008b).

Também é preciso combinar os esforços. É esta a lógica do Sistema de Interconexão Elétrica para a América Central (SIEPAC), em cuja concepção e em cujo avanço intervêm entidades públicas e privadas. No momento, esse sistema está estudando a construção de 1.788 quilômetros de linhas de transmissão, com uma capacidade de 300 megawatts. Essa iniciativa, em fase de finalização, contou com o apoio de empréstimos do Banco, une as nações centro-americanas, da Guatemala até o Panamá, e permitirá uma economia líquida estimada em US\$ 1,16 bilhão de dólares, um aumento da robustez e da capacidade de fornecimento de energia e uma economia de até 23% nos custos de geração, boa parte da qual beneficiará diretamente os usuários.

Outra área que merece atenção é a das telecomunicações, que, como ocorre em outras partes do mundo, sofreu uma mudança vertiginosa. Graças, em boa medida, aos investimentos do setor privado, a região vem superando seu atraso a um ritmo muito mais acelerado do que o previsto. No entanto, existem diferenças importantes no acesso em cada país, associadas a aspectos como renda, infraestrutura, educação e qualidade da regulação (BID, 2010b).

Quadro 7

Assinaturas de TIC por 100 habitantes. OCDE e América Latina e Caribe

	Assinaturas por 100 habitantes			
TIC	OCDE 1998	OCDE 2008	ALC 1998	ALC 2008
Móvel	25.7	114.8	3.4	86.3
Fixo	51.1	43.8	18.1	21.1
Internet	4.7	27.3	0.8	6.9
TIC	OCDE 2000	OCDE 2008	ALC 2000	ALC 2008
Banda larga fixa	1.1	24.7	0.03	6.2
TIC	OCDE 2002	OCDE 2008	ALC 2002	ALC 2008
Banda larga móvel	0.03	29.7	0.0	1.9
	Número de computadores por 100 habitantes			
TIC	OCDE 1998	OCDE 2006	ALC 1998	ALC 2006
Computadores	24.8	54.4	5.5	11.3

Fonte: BID, *Ciencia, tecnología e innovación en América Latina y el Caribe. Un compendio estadístico de indicadores*, 2010c.

A telefonia móvel é de especial importância. Sua adoção aumentou na região a um ritmo sem equivalentes em outras tecnologias, e alcançou uma taxa de penetração de cerca de 90%, em 2008, em comparação a níveis inferiores a 30% há dez anos. De fato, o número de celulares em funcionamento na região é o segundo mais alto do mundo, acima da Europa e abaixo da Ásia, onde a população é muito maior.

As conexões de banda larga, por sua vez, também aumentaram, chegando a quase 34 milhões em 2009, segundo dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT, 2010). Contudo, a taxa de penetração ainda é baixa, entre outras razões porque as tarifas são relativamente altas e as redes de alta velocidade não chegam a todas as populações. Existe a esperança de que a exclusão digital possa ser eliminada à medida que se popularize o uso dos telefones celulares inteligentes, o que já está ocorrendo.

Este é um tema imperativo, pois a dinâmica comercial e social contemporânea repousa cada vez mais sobre a existência de conectividade ubíqua e alta capaci-

dade de carga de informação; mas isso não ocorrerá a menos que o setor público e o privado formem alianças que permitam levar a banda larga a um número muito maior de cidadãos, empresas e regiões do que o que existe hoje.

Apesar do que ainda falta, os avanços registrados neste campo e a mudança radical que a região sofreu em relação à situação que se vivia há duas décadas não chegaram, infelizmente, ao setor dos transportes. Para ser franco, existe um importante atraso em termos de estradas, ao passo que os portos e aeroportos enfrentam gargalos visíveis, dado o forte crescimento do fluxo de mercadorias e pessoas. As ferrovias, por sua vez, apresentam um panorama ainda mais preocupante, pois o total de quilômetros habilitados diminuiu, em comparação com o registrado há 40 anos.

A isso é necessário acrescentar o atraso em termos de ruas e rodovias das zonas urbanas, dado o crescimento da frota automotiva. Em virtude disso, não é de se estranhar que os congestionamentos sejam mais a regra do que a exceção nas principais cidades. Em matéria de transporte público, a realidade é muito heterogênea e, embora tenham sido testados novos sistemas em algumas capitais, o avanço também é lento.

Quadro 8

Porcentagem de estradas pavimentadas e densidade rodoviária

	Pavimentadas (%)		Densidade rodoviária (km/km ²)		Densidade de rodovias pavimentadas (km/km ²)	
	1995	2006	1995	2006	1995	2006
América Latina (15) ^a	22	29	0.17	0.17	0.02	0.03
EUA	61	65	0.69	0.71	0.42	0.46
OCDE (9) ^b	85	86	1.74	1.82	1.29	1.40
Renda alta (4) ^c	84	91	1.74	2.23	0.17	0.33
Renda média-alta (4) ^d	74	80	0.74	0.86	0.02	0.02
Renda baixa (4) ^e	19	36	0.08	0.11	0.03	0.01

(a) Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai.

(b) Países da OCDE considerados: Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Japão, Nova Zelândia, Tchecoslováquia, Suíça e Inglaterra.

(c) Países de renda alta considerados: Cingapura, Chipre, Eslovênia e Israel.

(d) Países de renda média-alta considerados: Cazaquistão, Letônia e Ilhas Maurício.

(e) Países de renda baixa considerados: Afeganistão, Paquistão, Mauritânia e Níger.

Fonte: BID, *Ciencia, tecnología e innovación en América Latina y el Caribe. Un compendio estadístico de indicadores, 2010c*.

Sem sombra de dúvida, a questão mais complexa é a das estradas, devido à magnitude das obras necessárias e aos custos envolvidos na recuperação do terreno perdido. Diversos indicadores apontam para os enormes desafios: a densidade da malha viária é baixa e o índice de pavimentação é apenas a metade do registrado nos países de renda média, equivalendo a um terço do nível da Coreia do Sul (Fay e Morrison, 2005).

Isso se traduz em menores índices de competitividade e em maiores perdas de vidas humanas, em virtude da baixa qualidade das estradas, que influi sobre os índices de acidentes.

No passado, buscou-se superar o atraso mediante o sistema de concessões ou parcerias entre operadores públicos e privados, mas os resultados não foram os esperados em todos os casos, como demonstra o elevado índice de renegociação de contratos, ou de disputas jurídicas. Certamente, isso não significa que o setor privado não tenha um papel a desempenhar no setor de transportes. Algumas experiências bem-sucedidas permitiram avanços e deveriam ser imitadas, mas elas não devem levar a pensar que o papel do Estado pode ser substituído inteiramente. Na verdade, os cálculos dos especialistas mostram que, para reduzir o *deficit* atual, a América Latina e o Caribe deveriam duplicar, ou até mesmo triplicar, a parcela dos recursos dedicados à infraestrutura durante um período de pelo menos duas décadas, o que equivale a 6% do PIB.

Contudo, juntamente com este objetivo, é preciso aprender a gastar melhor. Na região, são comuns os casos de obras que acabam custando muito mais do que o estimado inicialmente, o que decorre da falta de projetos detalhados e de estruturação e gestão inadequadas dos projetos. Por este motivo, além de maior esforço no que se refere a orçamentos públicos e a contribuição focalizada do capital privado, é preciso contar com sistemas mais eficientes, para que seja possível pôr termo aos múltiplos gargalos encontrados hoje neste campo.

O potencial inaproveitado das pequenas e médias empresas (PMEs)

Nas economias da América Latina e do Caribe (ALC), as pequenas e médias empresas (PMEs) são uma fonte importante, embora pouco desenvolvida, de postos de trabalho, ganhos de produtividade e crescimento dinâmico em longo prazo. Em geral, há, proporcionalmente, uma menor quantidade de PMEs na região, e elas são menos produtivas que em outros países com níveis de renda semelhantes.

O aumento da proporção de PMEs produtivas formais na região teria um efeito positivo significativo no crescimento econômico e no nível de vida (BID, 2010a). Políticas bem formuladas e programas de apoio às PMEs produtivas podem contribuir para um crescimento dinâmico no longo prazo e para a criação de mais e melhores empregos, na medida em que os recursos fluírem para as empresas mais produtivas. Portanto, a correção das distorções e falhas de mercado que restringem o crescimento produtivo das PMEs é um componente essencial das políticas e programas necessários para melhorar a produtividade regional.

Nos últimos anos, a região testemunhou uma maior estabilidade macroeconômica e o crescimento sustentado da produção e da renda, mas o aumento da produtividade ficou defasado, na medida em que as economias atribuíram mais ênfase à acumulação de capital e trabalho e menos às inovações tecnológicas ou de gestão que aumentam a eficiência produtiva (Daude e Fernández-Arias, 2010; BID, 2010a).

Um dos fatores que contribuem para a baixa produtividade é a escassez de PMEs dinâmicas e produtivas, que podem ser encontradas com frequência nas economias desenvolvidas. Quanto à distribuição do tamanho das empresas na América Latina, há um “vazio no meio” entre as grandes e as muito pequenas, já que as PMEs são proporcionalmente menos numerosas e, em geral, empregam menos trabalhadores do que as economias desenvolvidas. No setor manufatureiro, por exemplo, há evidência de que as empresas menores, com menor produtividade média, são as que predominam no aspecto produtivo.

Várias restrições inibem o crescimento das PMEs produtivas. Como exemplo, os dados mostram que, quando as empresas enfrentam restrições de acesso ao crédito, elas apresentam menores lucros e menor produtividade (Guirkinger e Boucher, 2007; McKenzie e Woodruff, 2006). Em geral, a maioria das PMEs da região sofre restrições de crédito. Uma análise recente mostra que quase 80% são subatendidas pelos mercados financeiros (IFC, 2010).

O acesso restrito ao crédito é resultado de fatores que limitam a capacidade das instituições financeiras para avaliar o risco, debilidade nos direitos dos credores e mecanismos de execução e ausência de produtos financeiros inovadores (capital, seguros, *factoring* e *leasing*). Em parte, isto é resultado de mercados de empréstimo pouco desenvolvidos e da falta de amplitude nos instrumentos financeiros. Os fatores estruturais que limitam o financiamento incluem os padrões de crescimento volátil, o deslocamento gerado pela demanda fiscal de fundos e as baixas taxas de poupança interna.

Além disso, a inovação nos mercados financeiros é limitada devido à regulação incompleta e a práticas débeis de gestão empresarial. Estes elementos, combina-

dos aos altos custos de aquisição de informação e do exercício dos direitos de propriedade, reduzem a capacidade do mercado para aumentar a oferta de fundos para financiamento.

As PMEs também enfrentam fatores estruturais, como seu pequeno tamanho, e a consequente falta de economias de escala e alcance. Ademais, os custos de transação recaem mais sobre as empresas menores, afetando sua rentabilidade e seu potencial de crescimento. Por último, existem importantes falhas de mercado e de governo que limitam o crescimento das PMEs.

As primeiras decorrem da presença de externalidades, problemas de coordenação, falta de mercados (seguros contra a instabilidade macroeconômica ou eventos catastróficos), ou de informação assimétrica, que afetam os rendimentos dos fatores de produção, pois os mercados não refletem adequadamente os custos e benefícios econômicos.

As segundas podem surgir de intervenções mal elaboradas que distorcem os mercados, ou da captura dos processos reguladores, ou ainda de políticas exercidas por interesses particulares. Uma nova geração de políticas de desenvolvimento produtivo pode abordar estes temas com programas específicos e focalizados, que apoiem resultados mais efetivos.

Na ALC, houve nos últimos anos um ressurgimento de tais políticas, que voltaram à cena deixando para trás algumas características centrais das velhas estratégias industriais da região (como a substituição de importações), mas retomando muitos dos desafios não resolvidos. Os objetivos básicos continuam sendo o aumento da taxa média de crescimento da produtividade e uma transformação estrutural que permita o desenvolvimento de setores que facilitem a incorporação de conhecimento e tenham uma integração dinâmica com os mercados mundiais. Uma das novidades das atuais tendências é seu enfoque territorial e sua ênfase em superar as múltiplas falhas de coordenação, que muitas vezes mantêm os países e diferentes regiões, que fazem parte de um mesmo território, em equilíbrios de baixos níveis de produtividade.

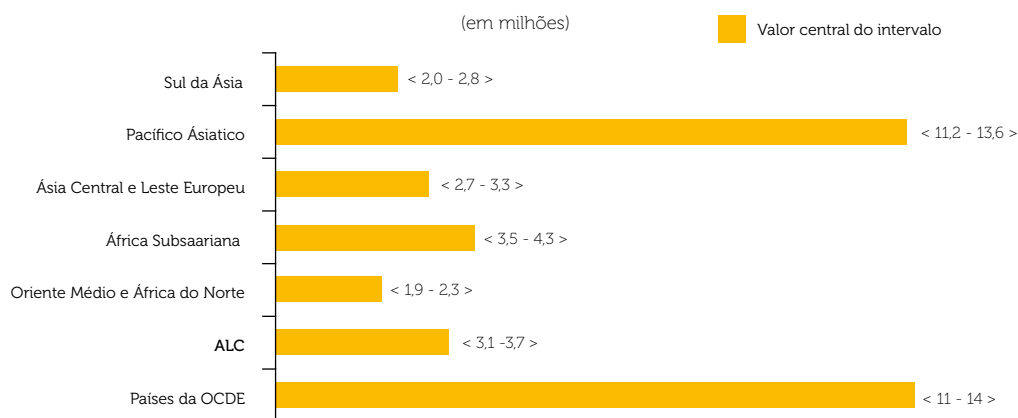
Estas tendências uniram-se a uma terceira, já generalizada: a descentralização política para unidades subnacionais. Este processo, que sempre existiu nos países grandes e federais, como Argentina, Brasil e México, aprofundou-se e foi abraçado com entusiasmo por outros de tradição centralizadora. Ao mesmo tempo, a transferência de responsabilidades gerou um amplo interesse na institucionalidade necessária para formular e implementar políticas e instrumentos de desenvolvimento local no território.

No caso de nações com tradição federal, o debate recai sobre a adaptação de estruturas existentes para estes novos papéis. No caso das centralizadas, o interesse vem da necessidade de criar novas instituições que possam assumir os papéis necessários na promoção do desenvolvimento econômico local. Este é o caso da Colômbia e do Peru, que estão avançando gradualmente na descentralização de funções em favor dos governos regionais e, paralelamente, contribuindo, a partir do governo federal, para o desenvolvimento de instrumentos que favoreçam a competitividade local.

Em suma, as PMEs têm potencial para converter-se em importante motor de crescimento e emprego na região. Isso exigirá estratégias e ações para a melhoria da produtividade empresarial, mediante a ampliação de acesso ao financiamento, a melhora do clima de negócios e a geração de incentivos para sua formalização, assim como formulação e implementação de programas de desenvolvimento produtivo modernos, que abordem a problemática da competitividade em nível nacional e subnacional.

Gráfico 26

Total de PMEs formais (5 ou mais empregados) no mundo, por região



Fonte: IFC e McKinsey Database 2010.

A urgência de inovar

O dicionário define o verbo inovar como “mudar ou alterar algo, introduzindo novidades”, enquanto a inovação é descrita como a “criação ou modificação de um produto e sua introdução num mercado”. Os especialistas acrescentam que não se

trata apenas de um bem tangível, mas pode ser um serviço, um processo produtivo, um método de comercialização ou organizacional.

Independentemente do significado que se deseje dar, não resta dúvida de que o tema é essencial no mundo atual. A razão principal é que todas as sociedades que progrediram de maneira fundamental nas últimas décadas têm como denominador comum sua capacidade de inovar, para tornar mais eficiente a maneira de produzir um bem, ou para chegar ao mercado com um artigo ou serviço inovador. Ao longo dos últimos anos, a pressão nesta frente só fez aumentar. Primeiramente, a competição global fez com que um mesmo produto pudesse ser distribuído em todos os confins do mundo com relativa rapidez. Em segundo lugar, a globalização que acompanhou a revolução nas telecomunicações fez com que os consumidores se tornassem mais exigentes, passando a fazer questão de qualidades semelhantes, o que acabou de vez com a segmentação dos mercados.

Além do mais, esta mesma revolução possibilitou a circulação de ideias e conhecimentos com rapidez sem precedentes e em quantidade e qualidade extraordinárias, formando o que, com razão, passou-se a chamar de economia do conhecimento. Por este motivo, se a América Latina e o Caribe desejam manter uma base produtiva diversificada e aumentar de forma equilibrada sua inserção no mercado internacional, devem fazer muito mais nessa área.

As soluções para desafios importantes, como a mudança climática, o acesso a energias limpas ou o desenvolvimento em matéria de saúde, entre outros, envolvem, em maior medida, um componente tecnológico substancial. Em não menor medida, a produtividade do comércio, os serviços públicos, o transporte e toda a gama de serviços que, na América Latina, padecem de uma estagnação crônica em sua produtividade podem encontrar na inovação um princípio de solução para sua modernização.

Em resposta a esses desafios, tanto o setor público como o privado reconhecem que o investimento em conhecimento e inovação é crucial para o aumento da produtividade e o desenvolvimento das economias (BID, 2010c). As informações disponíveis mostram que a região continua atrasada. Embora conte com recursos necessários para melhorar essa situação, como pesquisadores, universidades e empresas inovadoras, ela se vê limitada, entre outros motivos, por falhas na coordenação e pela ausência de financiamento (BID, 2010d).

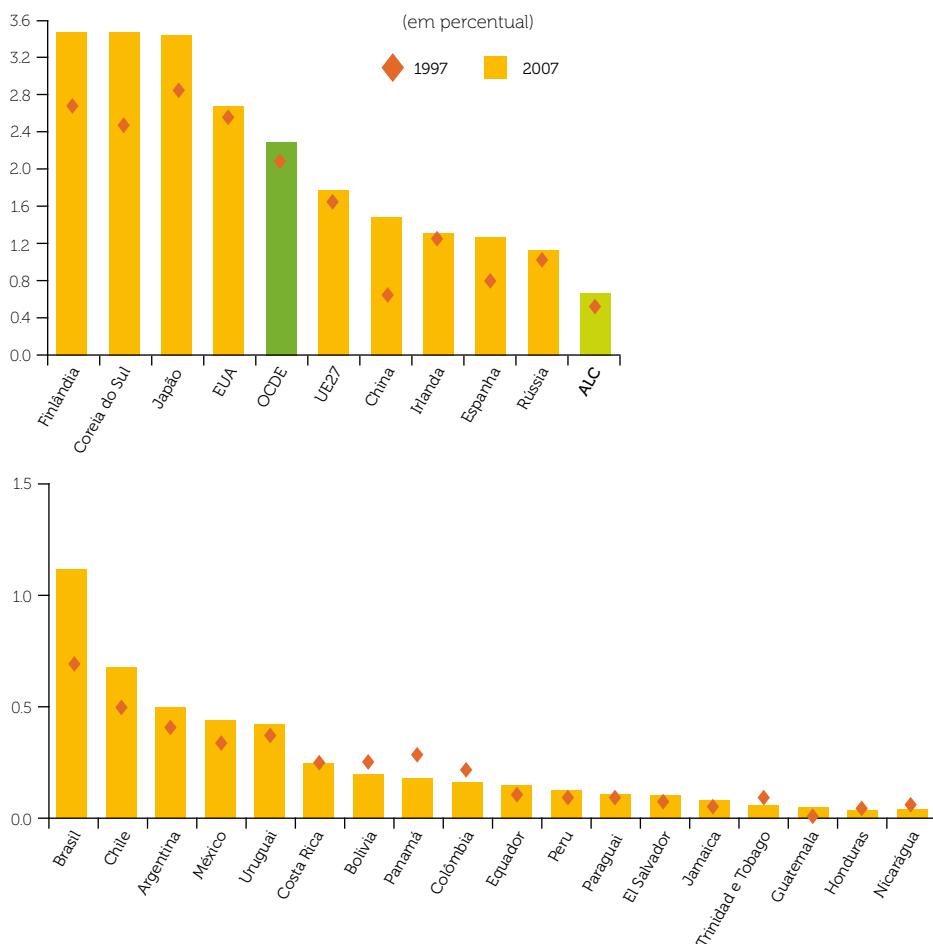
Neste sentido, a região precisa fazer muito mais. Para começar, porque os gastos em inovação efetuados pelo setor privado equivalem a apenas 0,5% de sua renda bruta, um quarto do que ocorre nos países da OCDE (BID, 2010c). Além do mais, a maioria desses recursos destina-se à compra de tecnologia importada, principalmen-

te máquinas e equipamentos. Este costume, aliado à falta de pessoal devidamente capacitado, pode fazer com que um investimento não tenha o retorno esperado, afetando a possibilidade de uma empresa, ou de um país, competir adequadamente.

Em contrapartida, nas economias avançadas, a maior parte do esforço público e privado concentra-se em pesquisa e desenvolvimento (P&D), uma área em que os latino-americanos e caribenhos têm um longo caminho a trilhar. A boa notícia é que esta jornada já começou.

Gráfico 27

Gastos em pesquisa e desenvolvimento como porcentagem do PIB, 1997 e 2007



Obs.: Há duas escalas, uma delas para cada grupo de países. Os dados disponíveis mais recentes datam de 1997, para El Salvador e Guatemala, são de 1998; para Honduras, de 2000; para a Jamaica e o Paraguai, de 2001; e para o Brasil, de 1996. Os últimos dados disponíveis para a Bolívia, Jamaica e Nicarágua são de 2002; para o Chile, Honduras e Peru, de 2004; e para o México e o Paraguai, de 2005. Os dados para a ALC encontram-se na base de dados do RICYT e são estimativas. Aqueles para a Coreia excluem P&D em ciências sociais e humanas. Os dados para os Estados Unidos excluem os gastos de capital. Para a Irlanda (1997), OCDE e UE27, provém da base de dados da OCDE e baseiam-se em estimativas da Secretaria ou em projeções derivadas de fontes nacionais.

Fonte: BID, *Ciencia, tecnología e innovación en América Latina y el Caribe. Un compendio estadístico de indicadores*, 2010c.

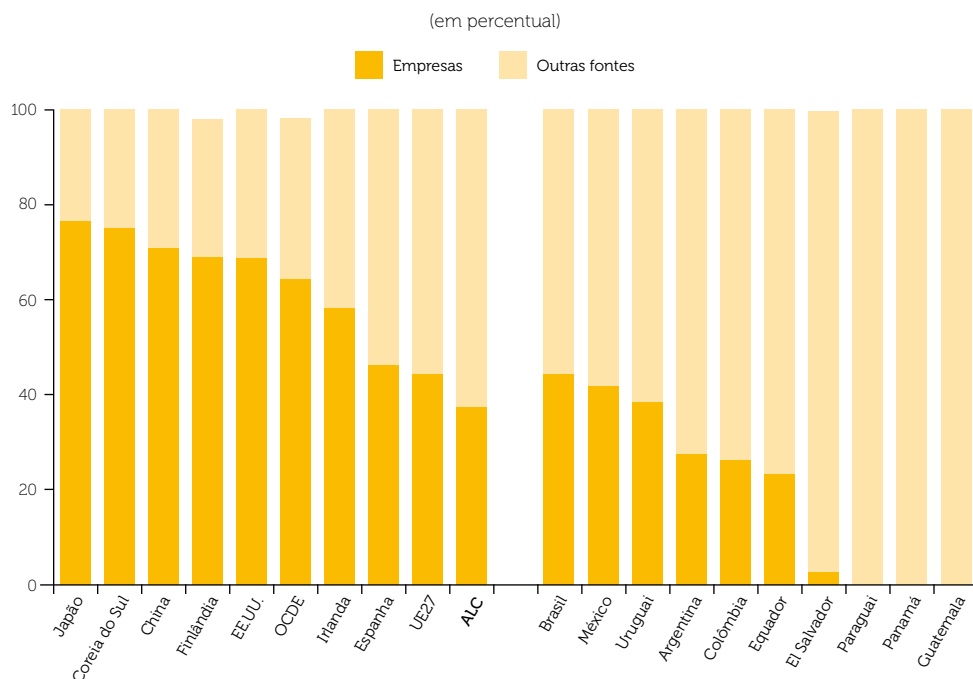
Segundo um relatório da Rede de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT, 2010), os gastos em dólares correntes dedicados a P&D nos países da região passaram de US\$ 9,5 bilhões para US\$ 26,8 bilhões entre 2002 e 2008.

No entanto, este salto não é suficiente para compensar um atraso histórico. Como proporção do PIB, os gastos em P&D chegaram a 0,62% em 2008, o nível mais alto desde que essas estatísticas começaram a ser compiladas, mas ainda longe da faixa de 1,5% a 3%, comum nos países desenvolvidos, ou nas economias emergentes de maior crescimento (RICYT, 2010).

O esforço realizado contribuiu para que, em dólares correntes, a participação regional frente ao que é investido pelo mundo tenha passado de 1,6% para 2,3%, entre 1999 e 2008. Se tomarmos como base a paridade do poder de compra, esta proporção é de 3%, apenas 0,2 ponto percentual acima do registrado nove anos atrás. Em contrapartida, o peso da Ásia é 34,8%, o dos Estados Unidos e Canadá, 35,3%, e o da Europa 24,9% (RICYT, 2010).

Gráfico 28

Gastos em pesquisa e desenvolvimento por fonte de financiamento, 2007



Obs.: As fontes governamentais, da educação superior, privadas sem fins de lucro, estrangeiras ou outras, combinam-se a "outras fontes". Os dados para a ALC provêm da base de dados RICYT e são estimativas. Aqueles para UE27 e OCDE, da base de dados da OCDE e baseiam-se em estimativas da Secretaria ou em projeções derivadas de fontes nacionais. Os primeiros dados disponíveis para a China, Coreia, Irlanda, OCDE e Espanha datam de 2006; para o México e o Paraguai, de 2005.

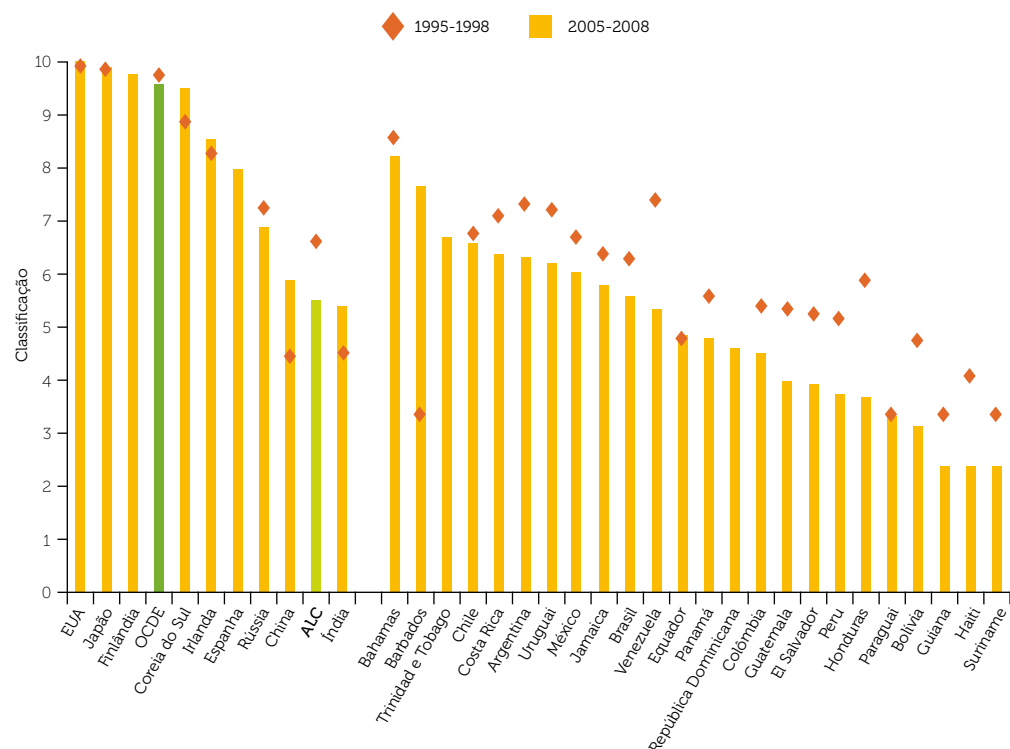
Fonte: BID, *Ciencia, tecnología e innovación en América Latina y el Caribe. Un compendio estadístico de indicadores*, 2010c.

Isso tudo vem acompanhado de um esquema concentrado nos recursos públicos. Enquanto na América Latina e no Caribe dois terços do que se destina a P&D provêm dos cofres do Estado, em outras regiões mais desenvolvidas essa contribuição chega a 30% (RICYT, 2010). Isso significa que a maior parte do esforço vem do setor privado, cujos recursos investidos concentram-se em aplicações práticas e rentáveis.

Não obstante, é preciso reconhecer algumas evoluções positivas. Por exemplo, o número de pesquisadores na região passou de 81 mil em 1990 para 339 mil em 2008 (RICYT, 2010) – embora persista o problema de que apenas uma exígua minoria trabalha em empresas –, e o número de publicações científicas dobrou na última década, com destaque para setores como ciências agrícolas e biologia. Este

Gráfico 29

Classificação normalizada de países (0 a 10) em matéria de patentes, por 100 mil habitantes, 1995-1998 e 2005-2008



Fonte: BID, *Ciencia, tecnología e innovación en América Latina y el Caribe. Un compendio estadístico de indicadores*, 2010c.

aumento de cerca de quatro vezes é muito superior ao registrado em todo o mundo; apesar disso, a proporção em relação ao total investido no planeta ainda é baixa, pois não chega a 5%.

Tendo reconhecido isso, não há dúvida de que é necessário fazer muito mais, tanto no que se refere aos recursos destinados a P&D como em termos da sua produtividade. Ao mesmo tempo, são necessários novos métodos de associação que promovam parcerias entre os setores público e privado.

Um caso que revela quanto ainda precisa ser feito é o da Coreia do Sul, que, em 1980, fez 33 solicitações de registro de patentes no órgão pertinente nos Estados Unidos. Em comparação, Brasil, Argentina e México, as três nações latino-americanas que mais recursos destinam a P&D, apresentaram 188 pedidos. Passadas duas décadas e meia, estes números foram 13.700 e 569, respectivamente (BID, 2010d), o que deixa claro que houve avanços, mas que em outros lugares eles foram muito mais acelerados.

Em meio a esse panorama complexo e, às vezes, desalentador, há certos motivos para otimismo. Os resultados enormemente positivos do investimento em inovação na região começam a estar bem documentados: um rigoroso estudo realizado no BID analisou os efeitos das políticas de estímulo à inovação empresarial por parte do governo colombiano, durante o período 1995-2007, e constatou que os programas públicos de incentivos à inovação tiveram um efeito permanente na melhoria da produtividade empresarial. Outro estudo recente indica com clareza que a introdução de novos produtos por parte de empresas provoca um aumento no emprego, ao contrário da visão tradicional acerca da inovação tecnológica, que lhe atribui um papel na redução da mão de obra nas empresas (BID, 2011c).

Talvez a principal fonte de otimismo seja a constatação de que, em praticamente todos os países da região, existe uma agenda voltada para o incentivo à inovação, sobretudo no que se refere a P&D, com base na convicção de que o atraso atual é um fardo que precisa ser reduzido, a fim de aumentar a produtividade e as possibilidades de desenvolvimento de todos os latino-americanos e caribenhos.

O exemplo da Argentina demonstra isso. Não somente houve uma transformação significativa, elevando o tema à categoria de política de Estado, com a criação do Ministério da área, mas os resultados da primeira fase de um programa que contou com o apoio do BID foram bastante animadores. Assim, entre 50% e 70% das 1.500 pequenas e médias empresas apoiadas conseguiram obter inovações e melhorias de produtos e processos, enquanto um grupo de pesquisadores com mais de 4 mil projetos aumentou em 35% sua produção científica. Ao mesmo tempo, houve uma

renovação dos equipamentos científicos de média envergadura, bem como melhoria e recuperação de pessoal especializado e de pesquisadores, que regressaram ao país, trazendo, como um dentre vários benefícios, o avanço na capacidade de gestão ambiental.

A Argentina não é um caso único: em várias outras economias, o tema do desenvolvimento tecnológico e inovação passou a ser prioridade direta do presidente da nação, como sucede muito claramente com a Colômbia e, mais recentemente, como se anuncia também para o Peru.

O peso da desigualdade

A desigualdade tem múltiplas expressões na América Latina e no Caribe, nenhuma delas positiva. Estudos recentes revelam que tem crescido a incidência de crimes violentos, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento (PNUD, 2010). Ao mesmo tempo, a desigualdade perpetua os níveis de pobreza, aprofundando as armadilhas existentes, como se nota em indicadores tão diversos entre si como os índices de gravidez na adolescência ou de escolaridade. A desigualdade serve de estímulo à corrupção, à apropriação de verbas, à falta de transparência nas decisões e à arbitrariedade das políticas.

Esta situação também influi no desempenho econômico. De um lado, ela tem efeitos sobre a qualidade e a eficiência das instituições; de outro, contrai a demanda potencial e exclui milhões de pessoas das filas de consumo. Com isso, as taxas de crescimento tendem a ser relativamente baixas em épocas de expansão da economia, em comparação com outras regiões do mundo, fazendo com que a diferença se amplie. Por este motivo, tem razão quem afirma que a desigualdade não apenas é injustificável do ponto de vista ético e moral, mas também é crucial do ponto de vista do crescimento e do desenvolvimento econômico.

As cifras disponíveis são contundentes. Com uma renda média por habitante próxima de 12 mil dólares anuais de paridade de compra, em 2010, em sete dos principais países da região (Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai), os 10% mais pobres apenas tiveram uma renda de 1.675 dólares, que coincide com a de Bangladesh. Em contraste, os 10% mais ricos alcançaram 48.500 dólares, nível similar ao que se encontra nas zonas mais prósperas do planeta (Luzón, 2011).

É necessário acrescentar que, na América Latina e no Caribe, a desigualdade não é apenas de resultados, mas também de oportunidades. Em outras palavras,

uma importante parcela dos diferenciais de renda observados tem a ver com características étnicas, local de nascimento ou nível de instrução dos pais. Esta circunstância ameaça a mobilidade social e torna mais complexa a solução do problema mais agudo enfrentado pela região.

Embora a situação seja complexa, isto não significa que a batalha esteja perdida. Os governos da região estão cada vez mais conscientes de que é necessário redobrar os esforços para construir sociedades mais igualitárias. É esta uma das razões fundamentais por trás dos planos de Transferência Condicionada de Renda (PTCR), voltados para as populações mais vulneráveis, como crianças, idosos e famílias em situação de marginalidade.

Igualmente, é preciso ressaltar as estratégias que buscam o desenvolvimento adequado da primeira infância, que compreendem a educação dos pais das crianças de até 6 anos, além da estimulação precoce e da nutrição.

Sem ignorar a elevação dos índices de escolaridade, os testes internacionais mostram que o nível de ensino é insuficiente, tanto de matemática e ciências como de linguagem. A despeito dos fatores cognitivos, o atraso tem a ver com a duração da jornada escolar e do ano letivo, com a preparação dos professores e com a qualidade das instalações. Para reformar os métodos empregados, é preciso ter não apenas dinheiro e novas políticas, mas também capacidade de persuasão em face do poder dos sindicatos de professores e de sua reticência no que se refere a mudanças.

À lista de temas pendentes, é preciso acrescentar os desafios enfrentados pelos jovens, como uma taxa de desemprego muito superior à média e uma alta incidência da violência, o consumo de drogas e as doenças sexualmente transmissíveis. Em resposta, é necessário ampliar as oportunidades educacionais, para que, uma vez concluído o ensino médio, existam mais possibilidades de acesso ao ensino universitário ou técnico.

Entre os adultos, a capacitação tem uma função muito importante. Não se trata apenas de ensinar novas habilidades, mas também de requalificar as pessoas que desejem adquirir conhecimentos específicos, ou buscar ocupação em outras áreas.

A ampliação da cobertura da seguridade social tem um papel fundamental. Os especialistas recomendaram a adoção de um sistema de pilares universais, financiado por impostos gerais e não por contribuições advindas da folha salarial, o que prolonga a informalidade.

A estas possíveis medidas, é preciso acrescentar políticas específicas destinadas a promover a inclusão social, tanto das mulheres como das comunidades

indígenas e afrodescendentes. Numa região em que as diferenças são abundantes, poucas são mais profundas do que as que afetam estes segmentos da população.

Também é crucial atentar para a segurança alimentar, em face da alta dos preços dos produtos básicos, em geral, e dos alimentos em especial. Embora a América Latina conte com grandes extensões de terra e abundantes recursos hídricos que poderiam ser usados para expandir a fronteira agrícola, algumas nações centro-americanas e caribenhas correm o risco de sofrer problemas de escassez que devem ser identificados a tempo, pois até 75% das necessidades calóricas provêm de importações nos casos mais extremos. Igualmente, podem ser afetadas as pessoas de menor renda que habitam as zonas urbanas, o que é mais um motivo para promover a agricultura e a pesquisa científica nessa área.

Os alertas neste sentido voltaram a ser ativados pelo aumento nos custos dos bens primários experimentado recentemente. De acordo com o Banco Mundial, em fevereiro de 2011 o índice de preços dos alimentos superou o pico alcançado em 2008, completando uma alta de 47% em comparação ao nível registrado em junho de 2010 (Banco Mundial, 2011).

Tal desempenho é inquietante, se levarmos em conta que a população vulnerável a este tipo de oscilações no planeta chega a 1 bilhão de pessoas. No caso da região, o cálculo é que um em cada dez habitantes poderia ter problemas para nutrir-se devidamente. A razão é que, nos domicílios mais pobres da área, a proporção do orçamento familiar destinada à comida oscila entre 40% e 70%.

Os riscos nessa frente obrigam as autoridades a adotar políticas para garantir o devido abastecimento e os mecanismos de compensação, a fim de evitar que as lacunas atuais continuem aumentando. Contudo, além das estratégias específicas, a mensagem geral é que a desigualdade deve ser combatida em muitas frentes e com os mais variados instrumentos. Enquanto isso não for feito, em boa parte dos países do hemisfério o conceito de equidade permanecerá como uma tarefa pendente.

O ônus da informalidade

Em meio à satisfação que se tem ao constatar que o desemprego na América Latina e no Caribe veio recuando até situar-se, no fim de 2010, em um nível ligeiramente superior a 7%, é necessário registrar também que os níveis de informalidade na região parecem não ter caído, em relação aos observados anteriormente. A parcela da força de trabalho não abrangida pela regulamentação oficial – a definição mais comum do problema – tende, de fato, a aumentar.

Em 2005, de acordo com os cálculos da CEPAL, pouco mais da metade dos trabalhadores fora do setor agrícola, nas 15 principais economias da região, pertenciam ao setor informal, o que corresponde a três pontos percentuais acima dos 47,5% observados em 1990 (Tókmán, 2007). Desta proporção, 55% trabalhavam por conta própria, enquanto um terço estava em microempresas com menos de cinco pessoas. Outras análises, como as feitas pelo Banco Mundial, situam a informalidade próxima de 55%, com uma distribuição semelhante no caso dos trabalhadores classificados nas categorias mencionadas (Perry et al., 2007).

Quadro 9

Emprego informal na América Latina, 1990-2005

Ano	Microempresas	Serviços domésticos	Trabalhadores por conta própria	Total do setor informal*
1990	15,2	5,7	26,6	47,5
2000	15,7	5,6	27,9	49,7
2002	16,3	5,6	28,3	50,2
2005	16,7	5,8	27,8	50,3

(*) Estudo realizado com base em pesquisas domiciliares em 15 países.

Fonte: Tókmán, *Informalidad, inseguridad y cohesión social en América Latina*, 2007.

Essas estatísticas implicam que um em cada dois latino-americanos não tem pleno acesso aos serviços de seguridade social, como saúde e, sobretudo, pensões. Este é um fator que prejudica especialmente as classes menos favorecidas, pois, entre os decis mais pobres, os níveis de informalidade são superiores a 75%.

A informalidade é um fenômeno especialmente complexo por abranger os que se encontram nessa categoria tanto por escolha própria como por exclusão. Junto ao profissional independente, que decide não atuar como assalariado, mantendo um nível de renda equiparável ao dos empregados que desempenham funções equivalentes, encontra-se o taxista independente, ou a pessoa subempregada que mal consegue suprir suas necessidades diárias como vendedor ambulante. Também é possível incluir nessa classificação o pequeno empresário que contrata, mas

que não tem o interesse, nem a capacidade administrativa, para administrar um quadro de pessoal, por menor que seja.

Feita essa diferenciação, as pesquisas mostram que a maioria dos trabalhadores informais, sobretudo os assalariados, preferiria a formalidade, embora tenham medo de perder benefícios tais como subsídios relativos à educação, ou à saúde. Por outro lado, as empresas vislumbram uma combinação de poucas vantagens e custos altos, no momento de seguir as regras que impliquem registrar-se e cumprir a legislação. A isso, soma-se a fraca supervisão por parte das autoridades, o que resulta na convivência de dois sistemas que têm pontos em comum, mas que às vezes operam de forma independente um do outro.

Essa realidade não é boa. Como afirma um relatório do Banco Mundial, “a informalidade é reflexo do subdesenvolvimento”, com tudo o que isso implica (Perry et al., 2007) – isto é, perpetua a existência de várias classes de cidadãos, o que se traduz em maiores desigualdades na distribuição da renda e em índices de pobreza mais altos. Em outras palavras, o fenômeno atua como um ônus que, em vez de diminuir, vem aumentando nos últimos anos. Diferentes trabalhos já demonstraram que a formalização e a produtividade, normalmente, caminham juntas, o que torna necessário fazer soar o alarme para alertar sobre a inconveniência de as coisas continuarem como estão.

As possíveis causas desta situação são amplas. Os especialistas recomendam uma reforma da legislação trabalhista, a fim de racionalizar a rigidez e as contribuições que, no intuito de garantir a estabilidade e o bem-estar dos trabalhadores, excluem a maior parte da população destas vantagens.

Também é importante uma nova formulação dos sistemas de proteção social, para que abarquem toda a população, sobretudo os mais desfavorecidos, incluindo coberturas mínimas de saúde e a possibilidade de participar de planos de poupança individuais, destinados a pensões. É aconselhável reduzir as barreiras de entrada para que as empresas cheguem ao setor formal, por meio tanto de contribuições mais baixas como de incentivos, até mesmo na forma de oportunidades de crédito. Essas recomendações contemplam questões tributárias, bem como a melhoria da supervisão estatal, com o propósito de combinar diferentes ferramentas para aliviar o peso dos elevados índices de informalidade sobre a produtividade, a equidade e os avanços sociais na região.

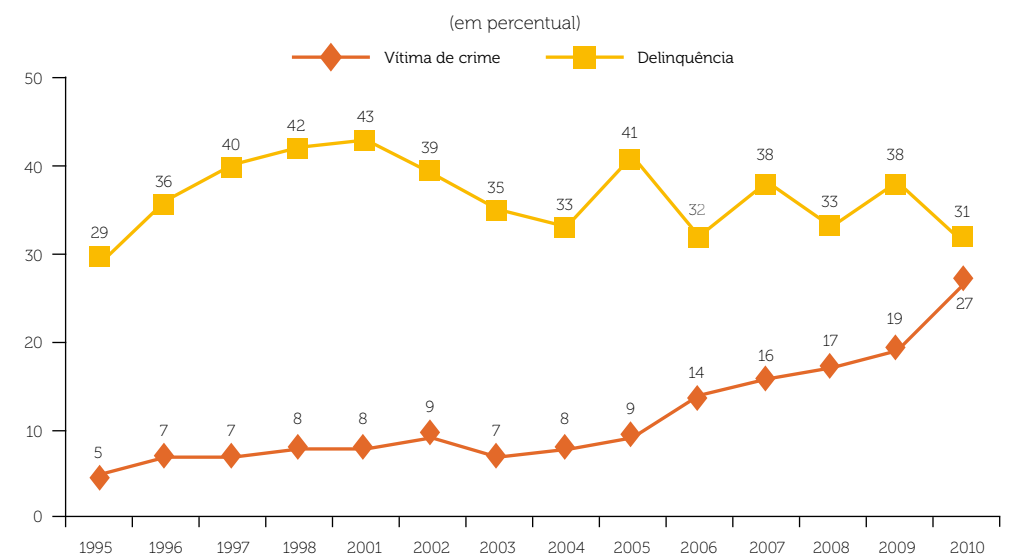
Tais receitas, entretanto, não são fáceis de pôr em prática. Existem obstáculos políticos, culturais e jurídicos a vencer, a fim de solucionar uma questão que é, ao mesmo tempo, urgente e preocupante.

Violência e criminalidade: a grande preocupação

Pela primeira vez desde que teve início seu trabalho de coleta e organização de dados, a Corporación Latinobarómetro relatou, em 2010, que, na opinião de 27% dos habitantes da região, a delinquência é o problema mais importante em seu país. Este percentual é amplamente superior aos 5% registrados em 1995 e ultrapassa o desemprego como a principal preocupação dos entrevistados, algo que não havia ocorrido antes.

Gráfico 30

Delinquência e índice de vitimização na América Latina, 1995-2010



Respostas às perguntas "Em sua opinião, qual é o problema mais importante do país?" e "Você ou algum parente foi assaltado ou agredido ou foi vítima de um crime nos últimos 12 meses?"

Fonte: Corporación Latinobarómetro. *Informe Latinobarómetro 2010*, 2010.

Este resultado pode parecer contraditório em face do índice de vitimização. Os entrevistados, ao serem questionados sobre se eles ou alguém de sua família foram assaltados ou agredidos nos 12 meses anteriores, responderam afirmativamente em 31% dos casos, 10 pontos percentuais menos que em 2005. Ao mesmo tempo, 58% afirmam que seu país está cada vez menos seguro – uma taxa que se manteve relativamente estável, mas que é alta. Também é elevado o índice de 90% referente aos pesquisados que temem ser vítimas de um crime, o que revela um clima de apreensão significativo.

Entre as soluções propostas, 56% acham que deveria ser aumentado o número de policiais nas ruas, 40% opinam que o aconselhável é aumentar as penas pelos crimes e 28% consideram que é preciso reforçar o sistema judicial. Tais respostas revelam que o tema da segurança faz parte da realidade cotidiana na América Latina e no Caribe e que a população tem preocupações, mas ao mesmo tempo propõe iniciativas que visam resolver uma questão considerada prioritária.

Não resta dúvida de que as questões apresentadas são graves e precisam de respostas. A razão é que, além de ser prejudicial para a paz e o progresso social, a insegurança é regressiva, afasta os investidores e eleva os custos operacionais do setor privado. Mas as soluções são lentas, pois têm a ver com uma combinação de vários fatores, que vão desde a ação policial e da justiça até a ênfase na educação e a promoção de oportunidades para os jovens, com resultados que podem levar vários anos até que frutifiquem.

Parte da dificuldade no momento de fazer um diagnóstico está relacionada à má qualidade dos números. Com exceção dos homicídios e das mortes violentas, existem dúvidas sobre a veracidade das estatísticas oficiais; além disso, apenas uma fração dos pequenos delitos é informada às autoridades. Diversas pesquisas mostram que os roubos e os assaltos representam três quartos dos incidentes, mas nem sempre são documentados.

Feitas estas considerações, não se pode ignorar que existe um problema objetivo muito grande. Números da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) indicam que a América Latina e o Caribe têm uma taxa de homicídios de 26 por 100 mil habitantes, a mais alta do mundo. Como se isso fosse pouco, a violência é a principal causa da morte dos latino-americanos entre 15 e 44 anos, enquanto se calcula que, na região, entre 70 mil e 90 mil pessoas perdem a vida a cada ano por causa de uma arma de fogo, três vezes mais que a média global (OEA, 2007).

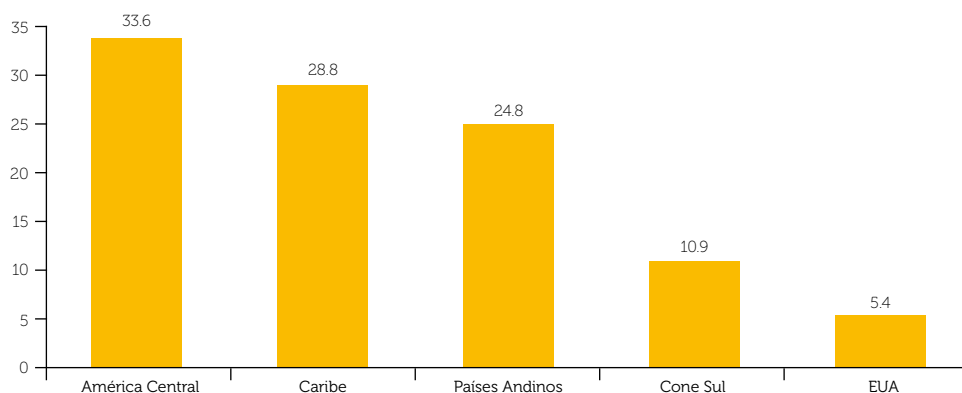
Esses números gerais escondem uma grande dispersão, pois boa parte dos problemas concentra-se em um punhado de países e, inclusive, em zonas urbanas específicas. Entre os fatores que estimulam tal deterioração, figura a presença do narcotráfico, a proliferação de gangues, o desemprego entre os jovens, a violência doméstica, os escassos programas de reintegração nas prisões e a falta de ações preventivas por parte das autoridades.

Os países da América Central têm o maior número de assassinatos por 100 mil habitantes (33,6), quase 25% mais que a média regional (26,3) e quase quatro vezes mais que a média mundial (8 assassinatos por 100 mil).

Os centros para Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos EUA estimam em 52,9 por 100 mil habitantes o índice geral de mortes relacionadas a guerras na África Subsaariana e consideram epidemia toda doença com uma prevalência superior a 10 casos por 100 mil habitantes. O respectivo índice de assassinatos é de 87 em Medellín e de 229 em Ciudad Juárez, o que excede em muito os valores de referência para epidemias e, até mesmo, para guerras.

Gráfico 31

Taxa de homicídios, por 100 mil habitantes



Fonte: Ministries of Borrowing Countries, 2009-2010, US Department of Justice and US Census Bureau.

Mas esses índices contam somente uma parte da história. Cada cifra representa vidas perdidas. Em números absolutos, em 2010 foram assassinadas 4.005 pessoas em El Salvador, 6.236 em Honduras e 6.502 na Guatemala. Para colocar essas cifras em perspectiva, convém indicar que o furacão Katrina causou 1.832 mortes. Em contrapartida, o número de vítimas de homicídios nesses três países, em um só ano, equivale ao daquelas de nove furacões Katrina.

A magnitude do problema exige muito mais do que uma receita individual. São necessárias ações diferenciadas e coordenadas entre múltiplos órgãos e níveis de governo, as quais, em muitos casos, excedem as ações locais e transcendem níveis regionais, nacionais e internacionais. Essas ações abrangem o fortalecimento das políticas públicas e o desenvolvimento de programas destinados a melhorar a coordenação institucional, a prevenção com ênfase nos jovens de alto risco e a melhoria dos sistemas de justiça e reabilitação.

A solução também passa pelo fortalecimento das informações existentes, permitindo que as autoridades concentrem-se nas áreas mais problemáticas, identificação em tempo hábil das condutas criminosas que evoluem com o passar dos anos e aperfeiçoamento da capacidade de resposta aos episódios de violência. Não menos importante é a participação dos cidadãos, fundamental tanto para informar as autoridades responsáveis como para propor soluções para um desafio que deve ser visto a partir de muitas dimensões (Alda e Beliz, 2007).

Tal esforço precisa ter como apoio o reconhecimento de que existe não só o crime organizado, mas também o desorganizado. Em outras palavras, a atenção não pode voltar-se apenas para o fenômeno das grandes estruturas criminosas, por mais ameaçador que ele pareça, entre outros motivos porque existem vasos comunicantes que não podem ser ignorados.

Visto de maneira esquemática, têm a mesma importância o aumento do contingente policial e o fortalecimento da justiça, ou o trabalho comunitário nos bairros, com a participação de professores e paróquias, para citar apenas um exemplo. Não menos relevante é o trabalho dos meios de comunicação, no que diz respeito tanto a campanhas maciças como ao próprio tratamento de um tema difícil nos noticiários, em que é possível pecar pelo excesso.

Por sua vez, a necessidade de uma justiça rápida e eficaz é indubitável. A impunidade constitui um obstáculo enorme quando se trata de combater a insegurança, além de afetar a legitimidade das instituições. Em suma, há que entender que os diferentes elos da corrente têm de operar nesta frente.

Os resultados em alguns países que melhoraram seus indicadores deixam claro que a segurança não é uma batalha perdida. Juntamente com a deterioração, que causa preocupação, existem histórias de sucesso que devem ser analisadas e, eventualmente, imitadas. O fato de compartilhar experiências é fundamental em uma região que deve testar novas estratégias constantemente, frente a um inimigo que também muda.

É preciso ressaltar um projeto destinado a reduzir o índice de violência doméstica e a proliferação de gangues de jovens, fortalecendo o trabalho preventivo e comunitário da instituição policial da Nicarágua. O programa, concentrado nos 15 principais territórios do país, incluiu medidas como a criação de planos de ação territorial e conselhos escolares, bem como a adoção de um modelo preventivo de risco psicossocial. Isso permitiu que o número de denúncias registradas por crimes cometidos por adolescentes menores de 18 anos passasse de um aumento anual de 23%, em 2006, para 12% em 2010. A isso é preciso

acrescentar a redução do número de gangues e a reinserção social de um grande número de seus membros.

Isto posto, é necessário insistir na ideia de que a precariedade da paz e da segurança pública representa um dos grandes desafios ao desenvolvimento da América Latina e do Caribe. A violência e a criminalidade ameaçam a consolidação dos processos democráticos, afetam o clima de negócios e de investimentos e, em última análise, impossibilitam a coesão social.

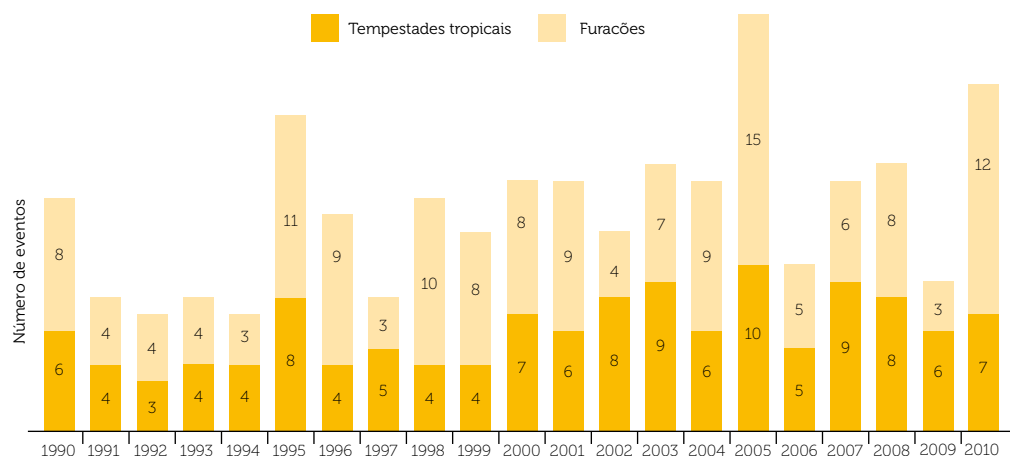
Frente ao Estado democrático, a violência impõe a necessidade de fortalecer a capacidade de gestão que, compreendendo um enfoque transversal e multidimensional, deve envolver também a sociedade civil, o mundo empresarial, os meios de comunicação, as organizações do terceiro setor e os órgãos públicos encarregados da prevenção e do controle. A tarefa é complexa e requer respostas integrais e multidimensionais.

Os desafios da mudança climática e da mitigação dos desastres naturais

Os desastres naturais ocorridos em 2010 tornaram a pôr em evidência que a América Latina e o Caribe são vulneráveis às tragédias causadas pela ação da natureza. Não se trata, em absoluto, de um fato novo. Um estudo do BID calculou que, durante o século passado, o saldo deixado por desastres deste tipo foi de 431.856 mortos

Gráfico 32

Furacões no Caribe, 1990-2010



Fonte: Unisys Corporation, Unisys Weather Information Systems, 2011.

em 1.243 eventos catastróficos. Deste total, um terço correspondeu a inundações, um quarto a furacões, um quinto a terremotos; o restante, a secas, desabamentos e erupções vulcânicas (BID, 2000).

A ocorrência de tais situações tem um valor difícil de medir com precisão. Uma estimativa do BID calculou em US\$ 20 bilhões os danos atribuíveis às tragédias ocorridas entre 1990 e 1999, mas este número pode ter sido subestimado (BID, 2000). Esse valor teria sido superado pelo ocorrido apenas em 2010, quando, além do terremoto no Haiti, a região testemunhou um forte terremoto no Chile, furacões no Caribe e fortes inundações na Colômbia, Venezuela e Brasil.

A explicação para a vulnerabilidade é clara. O território latino-americano abrange ao menos quatro placas tectônicas ativas e está situado sobre a bacia do Pacífico, onde ocorre uma parcela significativa da atividade sísmica e vulcânica do planeta. Devido ao terreno montanhoso e aos complexos sistemas de bacias hidrográficas, os desabamentos de terra e as inundações são comuns. Em toda a região, especialmente no Caribe e no extremo ocidental da América Central, são frequentes as tempestades tropicais e os furacões.

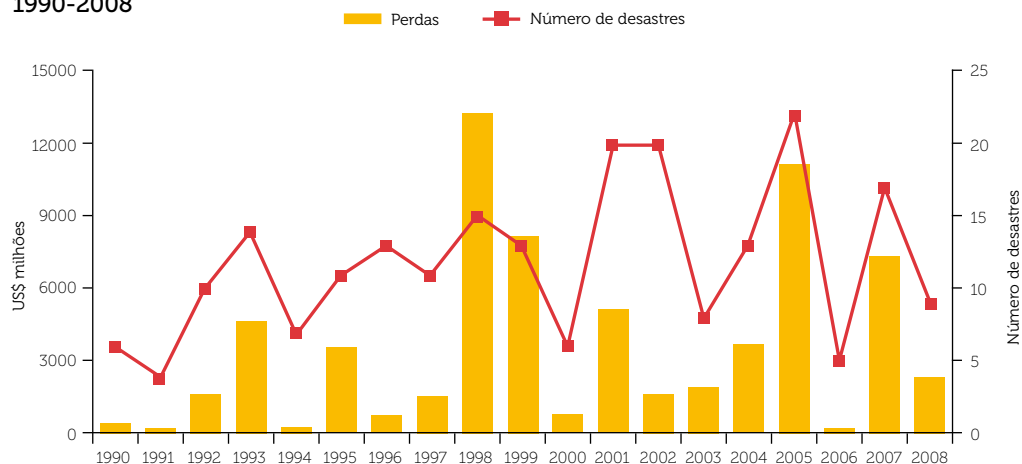
A variação climática, que se manifesta sob forma de intensas secas, inundações e fortes ventos em todo o continente, aumenta em consequência da recorrência do fenômeno *el niño*. Devido à polarização do regime pluvial, regularmente ocorrem secas e incêndios em florestas em alguns lugares, e chuvas torrenciais, desabamentos de terra e inundações em outros. Os especialistas estimam que, em virtude da mudança climática, é provável que aumente a intensidade das fortes chuvas, bem como a frequência das estiagens nas zonas secas.

Não resta dúvida de que é alto o risco que tais eventos representam para a estabilidade econômica da região. Em um grande número de casos, o crescimento de diversos países foi afetado pela ocorrência de catástrofes, o que influi na estabilidade fiscal e agrava as tensões sociais e políticas. Em algumas oportunidades, os processos de reconstrução permitiram corrigir falhas e tomar medidas corretivas para possíveis efeitos futuros, mas nem sempre o fluxo de recursos está garantido, ou existem instituições capazes de fazer um bom trabalho.

Além disso, os riscos se multiplicam. Sabe-se muito bem que, ao longo dos últimos 50 anos, uma parcela majoritária da população latino-americana e caribenha assentou-se em zonas urbanas. Este processo foi rápido e desordenado, reduzindo o espaço para planejamento. O mais comum é constatar que os pobres localizaram-se nas áreas de maior risco, como as encostas de morros ou áreas planas inundáveis. Este fator faz com que eventos relativamente pequenos aca-

Gráfico 33

Perdas econômicas causadas por desastres naturais na América Latina e no Caribe, 1990-2008



Fonte: Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED). EM-DAT. The International Disaster Database, 2009.

bem tendo impactos de grande magnitude, tanto em termos perda de vidas como de danos materiais.

Realidades como esta obrigam a um novo enfoque metódico do tema. Não se trata apenas de avaliar as ameaças naturais, mas também de analisar a vulnerabilidade de populações específicas e de riscos adicionais, o que deve ser complementado com a vigilância e sistemas de alarme, que devem incluir situações hipotéticas. Tal trabalho precisa ser complementado com esforços de mitigação e prevenção, os quais podem abranger obras de infraestrutura, normas de ordenamento territorial e códigos de construção, além de incentivos econômicos e programas de educação e conscientização a respeito dos riscos.

Um exercício responsável incluiria, em parte, a transferência de riscos mediante a contratação de seguro para a infraestrutura pública e os bens privados, além da criação de fundos para calamidades que possam responder prontamente em casos de sinistro. Também é indispensável trabalhar em ações preventivas, não apenas mediante o estabelecimento de redes de alerta e comunicações, mas também por meio de instituições que possam responder de maneira oportuna com planos de evacuação e abrigo.

Se o pior ocorrer, a resposta às emergências deve estar pronta. Isso compreende necessariamente a assistência humanitária e o trabalho de limpeza, reparação

temporária e restabelecimento dos serviços básicos, no intuito de chegar a uma avaliação dos danos que leve à solicitação de recursos. Só assim será possível haver uma boa reconstrução, que inclua a reabilitação das zonas afetadas e a revitalização dos setores que necessitem de apoio.

Este conjunto de princípios torna-se ainda mais urgente diante da presença indiscutível do aquecimento global, que resultou em um aumento das temperaturas médias do planeta. Para a América Latina e o Caribe, isso significa uma mudança dos padrões de precipitação, que se tornaram extremos; ou seja, as temporadas de chuva, assim como as secas, serão mais fortes. Também é preciso levar em consideração a elevação do nível do mar, a diminuição e o desaparecimento de geleiras, bem como a maior intensidade e força dos furacões.

Estes efeitos da mudança climática ameaçam erodir os esforços de longo prazo realizados a favor do desenvolvimento sustentável, afetando de maneira desproporcional os grupos mais vulneráveis da sociedade, como os pobres e os povos indígenas. Assim, surge a imperiosa necessidade de os países da região abordarem as vulnerabilidades à mudança climática e responderem com medidas adequadas de adaptação em setores econômicos cruciais, como a agricultura, a gestão dos recursos hídricos e o desenvolvimento urbano. A falta de ação nestes âmbitos poderia ter sérias consequências para o desenvolvimento sustentável da região.

No tocante à agricultura, estimativas recentes registradas pelo IFPRI (2009) indicam que as necessidades de financiamento para a adaptação desse setor à mudança climática na América Latina são da ordem de US\$ 1,2 bilhão por ano até 2050. Os impactos econômicos diretos da mudança climática na agricultura da região são significativos. Uma análise feita pela CEPAL (2009c) na Colômbia, no Chile, Equador, Paraguai e Peru indica que a mudança climática poderia representar uma ameaça substancial para a produtividade agrícola dos países da América do Sul, considerando que até 66% da área do continente poderiam ser afetados pela degradação dos solos.

A incorporação de medidas de adaptação, para manter ou aumentar a produtividade (com mudanças nas práticas de produção) e a proteção da terra e de seus ecossistemas naturais, é crucial para a sustentabilidade dos recursos biológicos e florestais do setor, no longo prazo. Pesquisas sobre genética e biotecnologia são essenciais para responder a desafios como a elevação das temperaturas, o aumento das secas e as ameaças resultantes de pragas e outras doenças. O desenvolvimento e a implementação de instrumentos para a proteção e gestão de riscos (mediante seguro dos produtores contra eventos catastróficos) e a adoção de inovações fi-

nanceiras (por exemplo, o financiamento de curto e longo prazo) são fundamentais para satisfazer as necessidades de capital de giro e para garantir a segurança alimentar na região.

No tocante à gestão dos recursos hídricos, é necessário melhorar a governabilidade mediante quadros institucionais apropriados, bem como políticas e atividades que reduzam a vulnerabilidade à mudança climática.

Para este fim, pode ser adotada uma série de medidas: instituir práticas adequadas de gestão num quadro institucional claro e sensível ao clima, integrar transversalmente os riscos do setor à mudança climática nos planos de desenvolvimento nacionais e locais e melhorar a gestão das informações e do conhecimento, considerando que a gestão dos recursos hídricos afeta outros setores, como energia, saúde e segurança alimentar.

No plano do desenvolvimento urbano, uma vez que três quartos da população da América Latina e do Caribe residem em áreas urbanas, a vulnerabilidade à mudança climática deve ser integrada plenamente às atividades atuais e futuras de planejamento urbano. Para aumentar a resiliência ao clima, as cidades devem integrar, transversalmente, a gestão da mudança climática e os riscos de desastres, ao planejar o desenvolvimento urbano – além de preparar planos de ação que incluam uma análise dos riscos naturais a que estão expostas, um ordenamento territorial adequado, uma gestão integrada dos recursos hídricos, a gestão de riscos de desastres, a implementação de códigos de construção adequados, à luz dos possíveis impactos da mudança climática, e a identificação de mecanismos financeiros e de transferência de riscos.

É indispensável que tanto os governos como a população em geral tomem consciência dos efeitos da mudança climática. Em épocas passadas, as limitações de recursos impediram que os esforços de prevenção e adaptação fossem mais decididos, mas, agora que a região é mais próspera, é fundamental ampliar os programas concebidos para enfrentar esses desafios, para que não tenhamos que lamentar o pior quando a natureza mostrar sua face mais dura.

Uma consideração final

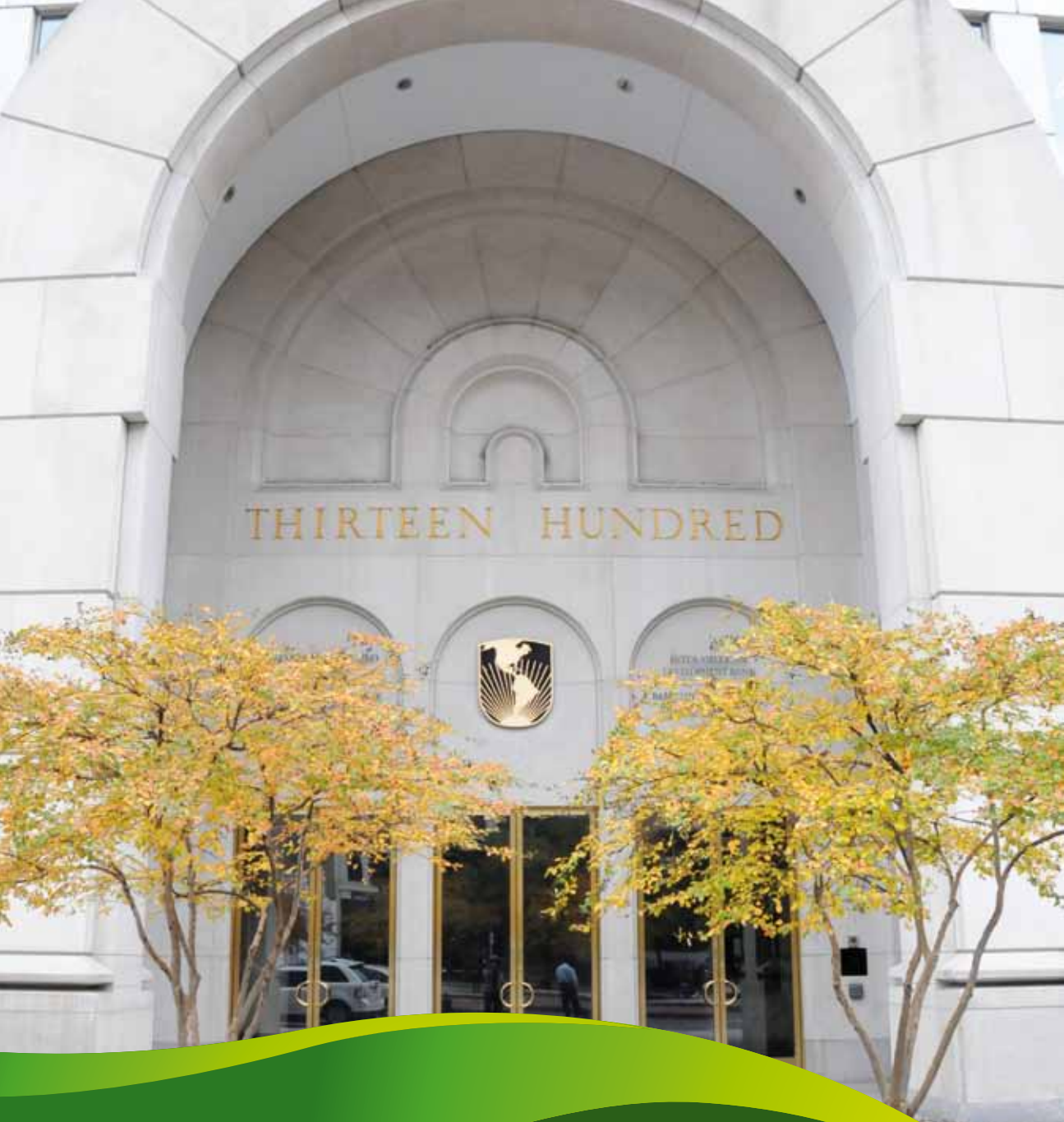
As tarefas pendentes na América Latina e no Caribe são amplas e complexas. Ao reconhecermos que a região enfrenta uma confluência de elementos favoráveis, também devemos aceitar que é indispensável um maior empenho para eliminar os gargalos que, em conjunto, impedem que tenhamos um crescimento mais rápido e equitativo, afastando as esperanças de construirmos sociedades mais justas.

Em vista disso, é preciso adubar a terra para que as sementes, ora abundantes, sejam depositadas em solo fértil. Do contrário, existe o risco real de que a prosperidade passe sem que sejam concluídas as transformações necessárias para aumentar a produtividade, melhorar a competitividade, modernizar a infraestrutura, combater a informalidade, impulsionar as PME, promover a inovação, desarraigar a violência, mitigar o efeito dos desastres naturais e reduzir de forma radical a desigualdade. Desperdiçar essa oportunidade seria imperdoável.



CAPÍTULO VI

O Banco de que a região precisa



O Nono Aumento Geral de Recursos, ao elevar sensivelmente sua capacidade creditícia, possibilitará que o Banco se adapte para responder melhor aos desafios e oportunidades que a região enfrenta

O Banco de que a região precisa

Transcorreram mais de cinco anos desde que, em resposta à confiança depositada em mim pelos países-membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento – dentro e fora do hemisfério –, assumi a presidência da instituição. A renovação deste mandato, em julho de 2010, quando recebi a incumbência de seguir à frente da instituição por mais cinco anos, enche-me de orgulho, em especial porque isso significa que o rumo das mudanças empreendidas em meados da década passada foi apropriado. Graças a elas, temos hoje um organismo muito mais forte, capaz de responder com mais prontamente às solicitações que lhe são feitas e que tem como acompanhar a região na crucial marcha que iniciou rumo à prosperidade.

Tenho certeza de que não estou exagerando ao afirmar que o caminho percorrido desde minha primeira nomeação foi o mais satisfatório em toda a minha vida profissional. Sem ignorar o que realizei nos períodos em que tive o privilégio e a honra de servir a meu país em diferentes cargos, trabalhar pelo bem-estar da América Latina e do Caribe me impôs o claro propósito de fazer o que estiver a meu alcance para que o ideal de progresso e justiça social, pelo qual tanto anseiam seus habitantes, torne-se realidade o mais breve possível.

Na busca desse objetivo, o BID tem um papel fundamental na região. Não devemos esquecer que o Banco transformou-se não apenas na principal fonte individual de financiamento das nações que estão em sua área de influência, mas também em um centro de difusão de assessoria, pensamento e análise dedicado a promover experiências bem-sucedidas e políticas que permitam consolidar os avanços obtidos em diversas áreas. Ao longo de pouco mais de meio século, a instituição fez contribuições fundamentais para apoiar os países que a compõem, mas estou certo de que o que o futuro nos reserva será ainda mais relevante. Esta, pelo menos, é a nossa meta.

Ante o surgimento de novas formas de financiamento e a existência de abundante liquidez na economia mundial, é comum que alguém questione a pertinência de entidades multilaterais como a nossa. Mas, se algo prova os êxitos recentes, quando os alarmes sobre a estabilidade mundial dispararam, é que instituições como o BID têm uma função primordial a desempenhar. Sua função não está limitada às

crises, mas se exerce também no dia a dia. Ao lado das medidas de emergência, o urgente, há também o importante. E o importante é continuar apoiando os países em seus esforços para vencer a pobreza e promover o crescimento sustentável com equidade, por meio de ações de alto valor estratégico. Neste sentido, a região precisa de um organismo que, na próxima década, possa dar uma contribuição substancial para o crescimento e a equidade, mediante operações públicas ou privadas, com o apoio técnico baseado na potencialização de sua vantagem comparativa de experiência, boas práticas, inovação e investimentos contínuos para o desenvolvimento do conhecimento.

Consolidando um banco a serviço da região

Hoje, parecem distantes as lembranças de que, uma vez ratificado o convênio constitutivo criado pelo BID no final de 1959, passados alguns meses, uma das primeiras decisões da Assembleia de Governadores foi definir o capital da nova instituição, fixado em um bilhão de dólares, dos quais 150 milhões foram destinados ao FOE. Desde então, este montante foi reajustado em sucessivas oportunidades, sempre com o objetivo de aumentar sua capacidade de crédito e, conseqüentemente, seu raio de ação.

Não é necessário referir-se a cada uma delas; basta mencionar que os montantes aprovados foram cada vez mais importantes. Esta progressão teve um impulso significativo em 1994, quando o Oitavo Aumento Geral de Recursos, no total de 40 bilhões de dólares, permitiu ao Banco transformar-se na maior fonte de financiamento para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe. Tal capacidade de atuação, aliada a sua vantagem comparativa como instituição de propriedade regional, foi fundamental para que se tornasse o principal parceiro nas iniciativas de desenvolvimento dos países da região.

As cifras refletem claramente que o esforço realizado por seus membros proporcionou um retorno substancial em termos de desenvolvimento. O investimento de um bilhão de dólares em 1994 – a soma efetivamente desembolsada, pois o restante é capital de garantia –, traduziu-se em US\$ 93 bilhões em programas e projetos na região. Igualmente, a contribuição posterior ao FOE, de 1 bilhão de dólares, permitiu conceder financiamento concessional adicional, no montante de US\$ 5,1 bilhões, aos países mais desfavorecidos.

Ao longo de seus mais de 50 anos de vida, os empréstimos e cooperações técnicas do Banco contribuíram para a execução de uma variada gama de projetos e pro-

gramas de desenvolvimento econômico e social. Neste período, o BID investiu um terço do total dos empréstimos nas áreas de desenvolvimento social, iniciando sua carteira de empréstimos em 1961, com o financiamento do Plano Diretor de Água Potável e Esgoto de Arequipa, no Peru, que, além de apoiar a realização das obras, permitiu criar uma empresa autônoma e autofinanciável. Assim, o Banco foi pioneiro em setores sociais, o que constituiu uma inovação para a época, pois, o fato de ficar demonstrado que esses projetos eram financiáveis e que era possível recuperar os investimentos despertou o interesse de outras organizações internacionais que antes destinavam suas operações, exclusivamente, aos setores produtivos.

Nos setores sociais, a carteira chegou a abranger uma ampla gama de esforços financeiros, cooperação e apoio técnico nas áreas de saúde, educação, mercado de trabalho, inovação para a inclusão social, gênero, questões étnicas e redução da pobreza. A agenda atual contempla o trabalho reforçado nessas áreas, com destaque para o apoio aos PTCRs, considerados as soluções mais frequentes e bem-sucedidas já implementadas na região, em matéria de proteção social.

O Banco também teve uma participação bastante ativa em matéria de infraestrutura, despontando como líder nos setores de energia e transporte, cruciais para apoiar a competitividade dos setores produtivos. Cerca de 14% do volume total dos recursos aprovados desde sua criação destinaram-se ao apoio ao desenvolvimento do setor elétrico, financiando importantes projetos de infraestrutura, como Itaipu, na fronteira entre o Brasil e Paraguai, e Salto Grande, no curso médio do rio Uruguai. Mais recente é o apoio ao SIEPAC, um projeto emblemático para o BID, pois financia não apenas a construção da infraestrutura de quase 1.800 quilômetros de um sistema de transmissão de 300 megawatts, mas também a criação do Mercado Elétrico Regional (MER).

Na área dos transportes, o Banco acumulou uma vasta experiência no apoio a projetos de grande impacto para a prestação de serviços de carga e de passageiros. Foram financiados projetos bem-sucedidos em zonas urbanas, entre os quais se destacam os projetos de Curitiba, no Brasil, e de Santiago de Cali, na Colômbia. Além disso, o BID colaborou na construção do sistema de estradas de integração interna e regional. Entre os últimos, figuram a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Projeto Mesoamérica.

Uma característica do Banco é ter promovido o desenvolvimento institucional, apoiando as iniciativas de reforma estrutural e setorial dos países. Com a introdução de empréstimos setoriais, ou de apoio a reformas em meados dos anos 1990, deu-se respaldo aos esforços de modernização do setor público, à implemen-

tação de reformas financeiras e à promoção do setor privado na economia. Entre as experiências bem-sucedidas, destaca-se a série de empréstimos para reformas implantadas pelo governo do Peru durante a década passada. As atividades de apoio institucional inspiraram-se na convicção de que a melhoria da capacidade técnica e administrativa dos organismos encarregados da orientação do desenvolvimento era tão importante quanto a canalização de recursos financeiros para os países. Uma inovação derivada deste enfoque de capacidade institucional são os programas para melhorar a segurança pública.

Ao longo de sua história, o Banco também trabalhou em estreita cooperação com o setor privado da região. Tais atividades intensificaram-se nos últimos anos, favorecidas por um clima empresarial mais propício, em decorrência de decisões que permitiram ampliar o conjunto dos empréstimos concedidos para além das esferas públicas nacionais ou regionais. Neste contexto, foi bem-sucedido o apoio aos investimentos em diversas entidades dedicadas às microfinanças, como o Bancosol, na Bolívia, e a Financiera Calpia, em El Salvador.

Também é importante ressaltar a amplitude e a diversidade das operações de cooperação técnica. Desde a sua criação, elas têm sido um instrumento tão importante para a promoção do desenvolvimento quanto os empréstimos, pois se mostraram essenciais para o processo de transferência de conhecimentos e experiências para o país, ou para a entidade beneficiária.

Isso comprova que o BID demonstrou ser um instrumento ótimo, tendo em vista a elevada alavancagem do seu capital realizado e o impacto especial de seus projetos em termos de desenvolvimento. Em retrospectiva, o aumento de 1994 desponta não só como um imperativo econômico, mas também como um acerto político, para que o Banco pudesse oferecer à América Latina e ao Caribe o apoio de que necessitavam.

Estas considerações voltaram a ser válidas em 2009, quando teve início a discussão sobre uma nova reposição do capital. À época, considerou-se que, dada a responsabilidade tanto com a região como em relação ao modelo definido para a instituição, um aumento de capital era a única maneira de responder às mudanças e necessidades da América Latina e do Caribe.

O debate, como é normal nestes processos, foi intenso. Contudo, deve-se destacar que, na Reunião da Assembleia de Governadores realizada em Cancún, em março de 2010, chegou-se a um acordo para injetar um montante adicional de US\$ 70 bilhões no capital ordinário do BID, perfazendo um total de US\$ 170 bilhões, que confirmam sua posição como o maior banco regional de desenvolvimento no

mundo. O Nono Aumento Geral de Recursos, ao elevar consideravelmente sua capacidade de financiamento, possibilitará que o Banco adapte-se, para responder melhor aos desafios e oportunidades que a região enfrenta.

Uma nova etapa acaba de começar, ratificando os objetivos fundamentais do Banco de apoiar os países em seus esforços para reduzir a pobreza e a desigualdade, bem como fomentar o crescimento sustentável. Para tal propósito, foi definida uma estratégia institucional reforçada, que, por sua vez, contempla um apoio preferencial aos países menos desenvolvidos da região e a promoção do setor privado.

Porém, não é esta a única meta. A justificativa de um aumento de capital é tornar o Banco não só maior, mas, sobretudo, melhor. Isso implica levar a cabo uma série de reformas do modelo de administração, para crescermos em termos de eficiência e responsabilidade, ao mesmo tempo em que são assegurados os mais altos padrões éticos e de gestão de riscos. As decisões adotadas levam a prestação de contas a um nível inédito e devem colocar o BID, quanto a este aspecto, à frente das instituições multilaterais.

Isso tudo implica não apenas manter o esforço realizado, mas também desenvolver novos programas e instrumentos que impulsionem o aumento da qualidade e a pertinência das intervenções empreendidas pelos países com o apoio do Banco.

Visão e agenda estratégica

O aumento da capacidade financeira que permite um programa anual de empréstimos muito superior ao concedido até agora é uma condição necessária para que o BID apóie o contínuo desenvolvimento social e econômico da região. Contudo, para fazer um uso eficaz dos recursos adicionais, fez-se necessária uma nova estratégia institucional, a qual inclui uma visão clara das prioridades do Banco e dos meios para atingi-las, além de identificar suas vantagens comparativas e formular planos para aproveitá-las.

Talvez a principal vantagem estrutural do BID seja seu caráter de instituição cooperativa, em que os membros regionais mutuários detêm a maioria do poder de voto. Ao longo do tempo, isso consolidou o papel do Banco como parceiro confiável, movido acima de tudo pelas necessidades de desenvolvimento e aspirações de seus membros. Além dessas características intrínsecas, o Banco adquiriu as seguintes vantagens comparativas fundamentais: forte foco nos países; coordenação das operações dos setores público e privado; diversificação dos produtos financeiros e não financeiros, que lhe permite ser mais sensível às necessidades dos países

e mais sistemático em seu apoio ao desenvolvimento, ao longo do tempo; e conhecimento e capacidade para apoiar o comércio e a integração regional.

O Convênio Constitutivo do Banco define como propósito “*contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social, individual e coletivo, dos países membros regionais em vias de desenvolvimento*”. Essa missão mantém sua relevância hoje. O motivo é que, nos próximos anos, o desenvolvimento da América Latina e do Caribe terá dois componentes essenciais: reduzir a pobreza e a desigualdade e alcançar o crescimento sustentável. Foram esses os objetivos gerais identificados na nova estratégia institucional do Banco.

O primeiro é importante não apenas devido ao grau inaceitável de desigualdade da região, mas porque há cada vez mais indícios de que a desigualdade, numa ampla gama de áreas, prejudica o desenvolvimento econômico e social. Por sua vez, o segundo é fundamental para melhorar o nível de vida dos cidadãos, entendendo os desafios que acompanham, por exemplo, o aquecimento global.

Além de perseguir esses objetivos gerais, o Banco deve concentrar-se também em duas metas estratégicas que aproveitam suas vantagens comparativas e são essenciais para o cumprimento da sua missão institucional. Trata-se de atender às necessidades especiais dos países relativamente menos desenvolvidos e menores e promover o desenvolvimento por meio do setor privado.

Assim como existem atrasos em várias dimensões, no que se refere ao mundo desenvolvido e às economias emergentes mais dinâmicas, também há grandes diferenças de renda dentro da região. Países como Bolívia, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Nicarágua e Paraguai têm um PIB *per capita* que representa somente um quarto da média regional, e seus índices de pobreza são quase o dobro. Portanto, o apoio aos esforços destas nações para acelerar seu ritmo de desenvolvimento tem sido, e continuará sendo, uma prioridade.

Ao mesmo tempo, o impulso da atividade privada é vital para que se obtenha um crescimento sólido e sustentável. Considerando que esse setor gera 90% dos empregos na América Latina e no Caribe, o estímulo à atuação das empresas, sobretudo as pequenas e médias, pode ser um instrumento muito eficaz para melhorar as condições de vida da população.

Essas observações são complementadas pela elaboração de estratégias específicas que, por sua vez, desembocam em programas concretos. No BID-9, os governadores do Banco definiram prioridades e metas setoriais para promover e concentrar os esforços em políticas sociais favoráveis à igualdade e produtividade, infraestrutura para a competitividade, instituições para o crescimento e bem-estar

social, integração competitiva em nível regional e mundial e mecanismos de proteção ao meio ambiente, resposta à mudança climática e segurança alimentar.

No caso da estratégia de *políticas sociais para a equidade e a produtividade*, parte-se do reconhecimento de que, para obter uma redução sustentável da pobreza e da desigualdade, os países da ALC necessitam de uma nova geração de programas sociais que promovam a igualdade de oportunidades, independentemente da situação trabalhista, origem étnica ou gênero. É necessário concentrar a atenção no aumento da qualidade e relevância da educação, na melhoria dos resultados em saúde, na proteção da família contra riscos e na redistribuição eficaz da renda, além de promover uma maior produtividade da mão de obra.

A região necessita de programas sociais que contribuam para melhorar o desempenho do mercado de trabalho, tal como mencionado, por meio da capacidade de geração de empregos com salários mais altos e da cobertura da seguridade social. Para alcançar este objetivo, o Banco vem trabalhando, e continuará a fazê-lo, nos seguintes temas: criação de redes de segurança bem articuladas; melhor funcionamento dos mercados de trabalho, para uma maior produtividade e mais ampla cobertura da seguridade social; melhor qualidade e maior equidade na educação; promoção da equidade nos resultados de saúde; e solução dos problemas transversais de gênero e diversidade.

Não menos transcendental é a ação em termos de *infraestrutura para a produtividade e o bem-estar social*. Conforme mencionado, é necessário que a região acelere os investimentos em infraestrutura produtiva, a fim de reduzir a diferença que a separa de outros mercados emergentes e assegurar o crescimento sustentável. O transporte tem importância crucial, dadas as grandes externalidades positivas associadas à redução de custos neste setor, o que comprova a importância de dispor de uma rede densa para obter um desenvolvimento regional equilibrado e romper o isolamento geográfico de comunidades inteiras.

Além disso, o acesso a fontes sustentáveis de energia e a telecomunicações de baixo custo contribui para o aumento da produtividade do trabalho e do capital e exerce um efeito direto sobre o bem-estar das famílias. As empresas competitivas podem gerar e sustentar empregos com alta produtividade da mão de obra, mas necessitam de infraestrutura básica para melhorar sua competitividade num mundo globalizado. Neste contexto, o Banco se propôs liderar uma agenda regional de ampliação do acesso à banda larga para os serviços educativos, de saúde, comerciais, públicos e privados em geral, à qual esta nova conectividade poderá ser aplicada.

O investimento em infraestrutura também é essencial para melhorar o bem-estar básico das famílias em dimensões cruciais, como o acesso a água e saneamento.

Em meio a este panorama, também é preciso promover instituições para o crescimento e o bem-estar social que sejam decisivas para o desenvolvimento. Abundam as provas de que os países que mais se beneficiaram de reformas econômicas são os que mais avançaram na execução de reformas institucionais bem-sucedidas. Para ter êxito, a descentralização da prestação de serviços sociais requer a existência de instituições subnacionais que atuem num contexto de transparência e responsabilidade.

Para o desenvolvimento dos mercados financeiros e de crédito, é indispensável uma capacidade reguladora efetiva que tenha um efeito direto no surgimento de fortes instituições do setor privado. Igualmente importante é a existência de sistemas tributários eficazes e socialmente equitativos. Além disso, o bom funcionamento das instituições responsáveis pela segurança dos cidadãos desempenha um papel essencial para a democracia e o bem-estar social.

Um elemento decisivo é a integração internacional competitiva em nível regional e mundial. Desde o final dos anos 1980 e princípio dos anos 1990, a região começou a levar adiante uma estratégia multipolar dinâmica de integração econômica. Nas duas últimas décadas, a maioria dos países assinou e implementou acordos de comércio multilaterais e regionais, ou adotou, de maneira unilateral, programas de liberalização do comércio.

A despeito de considerável progresso, o desempenho comercial da América Latina e do Caribe ainda é fraco em comparação com o dos países da OCDE e da Ásia. Para aproveitar integralmente os benefícios da abertura dos mercados, é preciso efetuar investimentos em áreas como a administração e harmonização das regras de origem, procedimentos alfandegários, normas sanitárias e técnicas, e melhoramento de instituições ligadas ao comércio. Além disso, o Banco procurará expandir sua agenda tradicional com a inclusão de novas questões associadas ao comércio de serviços, tais como conhecimentos especializados e fluxos financeiros, e elaborar mecanismos de convergência entre acordos bilaterais e regionais de investimento comercial.

Da mesma forma, é fundamental *proteger o meio ambiente, responder à mudança climática, promover as energias renováveis e garantir a segurança alimentar*. Tendo em vista seu peso como fonte de financiamento do desenvolvimento, o BID aspira a manter uma forte presença nessas áreas. Em especial, o Banco pode ajudar os países a compreender melhor tais fenômenos, formular as políticas necessárias à

transição para uma economia ecológica e aperfeiçoar a capacidade institucional dos países para implementar essas políticas.

Para tanto, o Banco vem acumulando mais experiência técnica e expandindo suas capacidades neste setor. As intervenções locais para proteger populações vulneráveis de deteriorações drásticas no que tange ao bem-estar serão fundamentais na próxima década. Para obter reduções nas emissões de carbono na região, será preciso redobrar a criação de estruturas institucionais e reguladoras adequadas, a fim de possibilitar investimentos em transporte sustentável, combustíveis alternativos, energia renovável e eficiência energética.

Além disso, é preciso adaptar-se aos impactos da mudança climática em setores prioritários, como o abastecimento de água, agricultura e energia. Também é essencial garantir a segurança alimentar mediante o aumento da produtividade agrícola.

Nessas cinco prioridades, existem temas específicos de valor estratégico para a região e, portanto, para o BID, na próxima década. Assim, entre as áreas de demanda emergente e desenvolvimento de atividades para o Banco estão as redes de proteção social, a atenção à primeira infância, a qualidade do ensino fundamental e médio, o funcionamento dos mercados de trabalho e a informalidade, os sistemas de proteção social, as questões de gênero e diversidade, o acesso a água potável e saneamento, a expansão do acesso a serviços financeiros, a melhoria da eficiência dos sistemas fiscais, a segurança pública, o comércio de serviços, a segurança alimentar, o aumento da produtividade agrícola, a prevenção e gestão eficaz de desastres naturais e os efeitos da mudança climática.

É previsível que essas áreas de demanda emergente venham a exigir uma parcela substancial dos recursos adicionais gerados pelo novo aumento de capital. A capacidade adicional de financiamento é essencial para aprofundar os conhecimentos técnicos do Banco, pois é preciso acumular uma massa crítica de projetos para estabelecer uma trajetória amplamente reconhecida e gerar um fecundo intercâmbio de experiências entre projetos e países.

Para concluir a exposição feita neste capítulo, gostaria de ressaltar que a busca do objetivo de construir uma região melhor para todos requer o apoio decidido dos bancos multilaterais. Neste campo, o BID continuará a desempenhar um papel primordial, não apenas por sua tradição de mais de meio século na área, mas também pela ampliação de sua capacidade financeira e os vastos conhecimentos acumulados.

O Nono Aumento Geral de Recursos, aprovado em 2010, permite ao BID ampliar sua capacidade creditícia, mas também vem acompanhado de metas e de ações específicas destinadas a aumentar a eficácia do trabalho realizado. Em última aná-

lise, trata-se de construir sobre as bases já assentadas, para edificar – não me canso de repetir – um Banco cada vez melhor, que não apenas sirva aos louváveis propósitos de seus membros, mas também seja definitivo para que os sonhos dos latino-americanos e caribenhos que aspiram a um futuro melhor transformem-se – o mais breve possível – em uma realidade palpável.



CAPÍTULO VII

Uma oportunidade única



Se cumprirmos nossa tarefa, a recompensa será ter sociedades mais igualitárias e progressistas, que tenham eliminado a miséria e contem com ferramentas para combater a pobreza com uma força especial

Ao longo destas páginas, procurei transmitir que, no panorama econômico e social da América Latina e do Caribe, um novo horizonte está surgindo. Essa perspectiva promissora – devo insistir – não é uma certeza, mas uma grande oportunidade em nossa história tão complexa. Para aproveitá-la, é preciso entender as transformações fundamentais que estão ocorrendo no planeta, bem como dar seguimento ao rico processo de mudanças e reformas que começaram a render frutos, mas necessitam ser mais amplas e profundas.

Por este motivo, o momento atual não é de comemoração, mas de preparação e de análise conscienciosa, para então partirmos para a ação. Ao mesmo tempo em que é necessário reconhecer que raioi uma nova era, é indispensável levar em conta que a lista de assuntos pendentes é longa.

Com isso, não quero ignorar que se abriu um panorama socioeconômico muito alentador para uma região que conseguiu enfrentar a crise financeira mundial.

Em meados de 2011, a previsão de crescimento da América Latina e do Caribe é superior à dos países desenvolvidos, as instituições financeiras, monetárias e fiscais com que conta a região estão muito mais sólidas do que há duas décadas, os recursos naturais de que o mundo precisa são abundantes, em boa parte dos nossos países, e a política social conseguiu realizar avanços importantes, por meio do uso de ferramentas cada vez mais eficazes.

A capacidade institucional desenvolvida em épocas recentes, após as duras lições do fim do século passado, foi posta à prova pela recente crise internacional, e saiu se bem. Em quase toda a região, foram adotadas políticas anticíclicas que reduziram os custos sociais da desaceleração, o que foi possível graças a uma notável solidez fiscal e à presença de bancos centrais independentes que puderam usar as ferramentas a seu dispor. A isso se acresce a presença de um sistema financeiro sólido e bem regulado, que se manteve atuante num contexto de relativa estabilidade de preços e de taxas de juros adequadas.

Além disso, há novas instituições e políticas que melhoraram a capacidade dos governos para apoiar a formação de capital humano e oferecer proteção social às famílias de menor renda. Hoje, são reconhecidas as conquistas no que tange à redução da pobreza estrutural, aos avanços na educação e saúde e à ampliação da cobertura dos serviços. Ainda há um longo caminho a percorrer, mas estamos seguindo em frente.

Sem ignorar a diversidade das condições econômicas e políticas, pode-se dizer que as perspectivas para a nossa região são muito alentadoras. Reiterei, em diversos fóruns, minha confiança em que esta é a década da América Latina e do Caribe. Espero ter conseguido demonstrá-lo nos capítulos anteriores.

Portanto, devemos atualizar a ótica pela qual enxergamos as possibilidades de desenvolvimento da região, abandonando o preconceito pessimista sobre seu destino. Durante um período demasiadamente longo, acreditamos que estávamos condenados pela geografia, pela história, pelas riquezas naturais, pelo isolamento, ou pela dependência de outras latitudes. A cada crise, a cada retrocesso, intelectuais de diversas origens viam a confirmação deste diagnóstico. Por essa ótica, a melhoria sustentável da qualidade de vida dos latino-americanos não era viável, nem no curto nem no médio prazo.

Felizmente, muitas dessas explicações tradicionais foram reavaliadas. Parafraseando o economista Albert Hirschman, devemos deixar para trás, e de uma vez por todas, a “fracassomania” do passado. As circunstâncias positivas foram subestimadas, e ignorá-las pode ser tão prejudicial quanto ignorar os problemas e os grandes desafios que ainda precisam ser enfrentados. É necessário insistir, portanto, na presença destes sinais positivos.

Se voltarmos os olhos para o que ocorre no mundo, veremos dois tipos de tensões, os quais não podem ser ignorados. A primeira tem a ver com os protestos que vêm ocorrendo, desde o início de 2011, no mundo árabe, em busca de mudanças políticas. Em alguns casos, as demandas dos cidadãos resultaram na substituição dos regimes que detinham o poder por governos provisórios; em outros, as revoltas foram duramente reprimidas, ou exigiram a resposta da comunidade internacional.

Embora as comparações sejam odiosas, é preciso frisar que tais riscos não ocorrem na América Latina e no Caribe. A razão é que a democracia é uma realidade. Não quero dizer com isso que nossos sistemas sejam perfeitos, ou que estejam livres de tensões, mas há muito tempo deixamos para trás as épocas obscuras do autoritarismo. Encontramos, assim, governos de ideologias distintas, eleitos pelo voto popular e que adotaram, de forma bastante pragmática, políticas eficazes em

sua maioria. Hoje, somos mais democráticos do que em qualquer outro período da nossa história e respeitamos os direitos civis e políticos mais que qualquer outra região do mundo em desenvolvimento.

De fato, acredito que nossa região seja capaz de dar várias lições aos que hoje empreendem seu caminho rumo à democracia. Temos muito a contribuir, quando se trata de mostrar como terminaram, por exemplo, os desencontros e as tensões e como foi possível construir soluções de consenso em nossas sociedades.

O segundo tipo de tensão ocorre na Ásia e consiste no deslocamento de milhões de pessoas do campo para a cidade. Esta imensa migração interna constitui um desafio para os governos de diversos países. Da noite para o dia, tornou-se necessário oferecer infraestrutura para atender a uma parcela crescente da população; algo que, mesmo em circunstâncias normais, é muito difícil.

Uma vez mais, esta pressão é consideravelmente mais moderada na América Latina e no Caribe. O motivo é que os índices de urbanização de nossos países estão entre os mais altos do mundo, um fenômeno que ocorreu há várias décadas.

O crescimento desenfreado que tivemos nas cidades não esteve livre de percalços. Problemas de criminalidade, miséria, poluição, desigualdade, transporte, moradia, ou infraestrutura, abundam nas cidades da região. Contudo, nossos países empreenderam um grande esforço para atender às diversas necessidades, como demonstra a cobertura universal dos serviços de energia, ou de saneamento básico. Temos muito a aprender com as latitudes onde estão algumas das cidades mais bem administradas e de melhor qualidade de vida, mas já percorremos parte deste caminho.

Os desafios macroeconômicos não ficaram para trás, mas as instituições financeiras, monetárias e fiscais estão mais bem preparadas para enfrentá-los. O progresso social foi notável sob uma perspectiva de médio prazo, e o desenvolvimento foi maior e mais sustentado do que a própria taxa de crescimento.

O avanço obtido em diversas frentes é incompleto e, em alguns casos, incipiente. Não obstante, também é substantivo, porque começou a render frutos: a população, atualmente, tem mais instrução e saúde, além de acesso a mais bens e serviços públicos; cresceram o nível de escolaridade e a participação das mulheres na força de trabalho; em muitos lugares, o futuro é encarado com otimismo; e as Transferências Condicionadas transformaram a política social e obtiveram bons resultados.

Os orçamentos agora são mais transparentes, e significativos os progressos realizados na avaliação de seus efeitos. Como resultado, a continuidade das boas receitas públicas está menos vulnerável ao vaivém eleitoral.

O bom desempenho econômico dos últimos anos causou um salto significativo no que se refere ao tamanho da classe média, e seus mais novos integrantes atestam a mobilidade social. A elevação da renda deste segmento da população, por sua vez, está associada à aceleração do crescimento econômico, ao fortalecimento da estabilidade e à melhoria da qualidade do governo.

O que está ocorrendo nesta área, assim como a disseminação das tecnologias da informação e as reformas estruturais, propiciou o surgimento de uma nova classe empresarial, mais profissional, menos dependente do Estado e mais conectada ao mundo. Esta mudança fundamental no setor privado tem uma de suas maiores expressões nas *multilatinas*. De maneira cada vez mais evidente, essas empresas contribuirão não só para aprofundar os processos de integração, mas também para a inserção da região no mundo.

Quando falo de integração, não me refiro unicamente àquela de natureza comercial. O estreitamento dos vínculos também assumiu a forma de transferência de boas práticas entre países da região. Essa nova forma de cooperação no hemisfério sul estende-se a muitos campos, como a política social, a energia, a gestão dos recursos não renováveis e os programas de segurança pública, entre outros.

Neste inventário, também é preciso levar em conta a oportunidade demográfica que acompanha uma população cuja idade média é de 27 anos, bem inferior à de outras regiões do mundo. Tal circunstância deve permitir que se atendam às necessidades de gastos sociais exigidos tanto pelas crianças como pelos que estão se aproximando da aposentadoria, graças à receita fiscal e à poupança privada, gerada pelo crescimento da população economicamente ativa.

Trata-se de características positivas relativamente homogêneas na América Latina e no Caribe. Contudo, no contexto dos desequilíbrios macroeconômicos mundiais, há muitos fatores que contribuem para aprofundar a diversidade também existente entre nossos países e que, por isso, tornam heterogêneas as oportunidades.

Três elementos fundamentais diferenciam os países da região e permitem uma apropriação diferencial das condições dos mercados internacionais. Em primeiro lugar, ser exportadores líquidos de matérias-primas; em segundo, não depender excessivamente dos mercados desenvolvidos e de seu ciclo econômico; em terceiro, ter a capacidade de atrair investimento estrangeiro direto em função de políticas econômicas prudentes. Os países assim posicionados podem aproveitar os preços favoráveis dos bens primários no contexto de políticas anticíclicas, permitindo o acúmulo de poupança para enfrentar futuros desequilíbrios e criar condições para sustentar o crescimento econômico. A prosperidade representa, em última instân-

cia, uma oportunidade para atingir o equilíbrio fiscal e fazer avançarem os direitos econômicos, sociais e culturais consagrados em todas as constituições dos países da América Latina e do Caribe.

Em contrapartida, os países importadores líquidos de bens primários, ou que dependem, primordialmente, dos mercados das economias desenvolvidas, têm pela frente desafios de outra natureza, mas também contam com o ativo representado pelos avanços recentes. Por isso, o BID deverá redobrar seus esforços para apoiar os mais vulneráveis; graças à maior disponibilidade de capital, ele conta com o espaço e os instrumentos para fazê-lo.

É preciso reiterar que as oportunidades não são garantia de êxito. A colheita dos frutos oferecida por esta década depende das medidas que tomarmos, cientes de que o caminho não está isento de desafios. É necessário, portanto, avançar sem descanso na promoção e consolidação de níveis mais altos de produtividade, assim como no desenvolvimento de um sistema de seguridade social de saúde e pensões, com financiamento sustentável, que minimize as distorções impostas ao mercado de trabalho pela informalidade.

Também é prioritário reduzir a violência e a criminalidade. É preciso fortalecer as instituições de regulação, segurança e justiça, ampliar a infraestrutura social e produtiva, melhorar a qualidade e a relevância do ensino, bem como implementar a agenda para o desenvolvimento sustentável, inclusive a mudança climática e o aprofundamento das estratégias que favoreçam a mobilidade e a equidade social.

A melhoria da segurança alimentar também é uma tarefa pendente; para tanto, devemos intensificar o uso dos recursos agrícolas, pesqueiros, pecuários e florestais, e não só ampliar a fronteira mediante expansão da terra arável, à custa de nossas florestas. Maiores investimentos, melhoras na pesquisa e desenvolvimento e mais acesso ao crédito fazem parte de uma agenda inadiável.

Entre todas as urgências, talvez nenhuma o seja tanto quanto a realização de melhorias substantivas em nosso sistema de ensino. As prioridades passam pelo fortalecimento da formação inicial, pela melhoria da capacidade profissional dos professores e da preparação mais adequada dos jovens para a transição da escola, ou universidade, para o trabalho. A qualidade, nosso grande desafio, não apenas precisa melhorar em seu conjunto, mas também ser mais igualitária, a fim de contribuir para a eliminação das diferenças sociais.

Não posso deixar de mencionar nossa vulnerabilidade diante da força da natureza. Terremotos, furacões, chuvas torrenciais, inundações e desmoronamentos são uma ameaça constante que exige a melhoria da nossa capacidade de prepa-

ração e de resposta aos desastres, assim como de compreensão dos desafios decorrentes da mudança climática.

É claro, portanto, que os próximos anos voltarão a exigir uma grande dedicação e compromisso de todos. O objetivo, em última análise, é conseguir que não apenas a década atual se associe à prosperidade, mas também as seguintes, o que será possível na medida em que possamos entender que a oportunidade diante de nós serve para usarmos de forma produtiva a receita considerável produzida por nossos abundantes recursos naturais; mas precisamos entender também que alguns desses recursos são finitos, razão pela qual é preciso nos preocuparmos com a produtividade, algo que – mais que uma meta – deve ser uma obsessão diária.

Se cumprirmos nossa tarefa, a recompensa será ter sociedades mais igualitárias e progressistas, que tenham eliminado a miséria e contem com ferramentas para combater a pobreza com uma força especial.

Este sonho, que às vezes parece mais uma utopia, apenas será possível se entendermos que o destino está em nossas mãos. Assim, os frutos estarão ao alcance dos 600 milhões de latino-americanos e caribenhos que aspiram a um futuro melhor, e o merecem.

Em dezembro de 2010, quando Mario Vargas Llosa recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em Estocolmo, em reconhecimento a sua extraordinária obra e a toda uma vida dedicada a escrever, ele fez afirmações que merecem mais de uma reflexão. Em seu discurso, afirmou que a região segue por um “bom caminho e, se perseverar, combater a insidiosa corrupção e continuar a integrar-se ao mundo, a América Latina deixará, finalmente, de ser o continente do futuro e passará a ser o do presente”.

Este propósito – antecipar a chegada do progresso justo e equitativo para os habitantes de cada um dos países que integram esta região do planeta – é o que nos inspira. Com a ajuda de todos, iremos atingi-lo.

Referências

- Alda, Erik e Gustavo Beliz (editores). “¿Cuál es la salida? La agenda inconclusa de la seguridad ciudadana”. Washington, D.C.: BID, 2007.
- América Economía. *Ranking Multilatinas 2011*. Santiago, Chile: América Economía, 2011. <http://rankings.americaeconomia.com/2011/multilatinas/index.php>.
- Andrés, Luis A., L. Guasch, T. Haven e V. Foster. *El impacto de la participación del sector privado en infraestructura: luces y sombras en el camino hacia adelante*. Washington, D.C.: BM, 2010.
- Ávila, Ricardo. *Más futuro que presente: la crisis mundial y América Latina a la luz de los avances del pasado medio siglo*. Editorial Planeta, Bogotá, 2009.
- Banco Mundial. Vários anos. *World Development Indicators* (WDI). Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>
- . *Responding to global food price volatility and its impact on Food security*. Washington, DC: Banco Mundial, 2011.
- Barbero, José A. “La logística de cargas en América Latina: una agenda para mejorar su desempeño”. *BID Departamento de Infraestructura e Meio Ambiente. Notas Técnicas IDBTN103*. Washington, D.C.: BID, 2010.
- Barro, Robert e Jong-Wha Lee. “International Data on educational attainment: updates and implications”. *CID Working Paper 42*. Cambridge: Harvard University, 2000. Disponível em: <http://www.cid.harvard.edu/cidwp/pdf/O42.pdf>.
- BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). “El desafío de los desastres naturales en América Latina y el Caribe: plan de acción del BID”. Washington, D.C.: BID, 2000.
- . *Iniciativa de agua y saneamiento*. Washington, D.C.: BID, 2007.
- . *Todo lo que brilla no siempre es oro. Evaluando el desempeño macroeconómico de América Latina*. Washington, D.C.: BID, 2008a.
- . “Desarrollo sostenible: medio ambiente, cambio climático y energía: Oportunidades para el diálogo y la cooperación entre la Unión Europea y América Latina y el Caribe”. Washington, D.C.: BID, 2008b.
- . *Celebrar el pasado, construir el futuro: cincuenta años de desarrollo en América Latina y el Caribe*. Washington, D.C.: BID, 2009.

- . *La era de la productividad: cómo transformar las economías desde sus cimientos*. Washington, D.C.: BID, 2010a.
- . “Agua potable, saneamiento y los objetivos de desarrollo del milenio para América Latina y el Caribe”. Washington D.C.: BID, 2010b.
- . *Ciencia, tecnología e innovación en América Latina y el Caribe. Un compendio estadístico de indicadores*. Washington, D.C.: BID, 2010c.
- . *The imperative of innovation. Creating Prosperity in Latin America and the Caribbean*. Washington, D.C.: BID, 2010d.
- . *Las remesas a América Latina y el Caribe durante 2010: estabilización después de la crisis*. Fondo Multilateral de Inversiones. Washington, D.C.: BID, 2011a.
- . “Estrategia para una política social favorable a la igualdad y la productividad”. *Documento GN-22588-4*. Washington, D.C.: BID, 2011b.
- . “The imperative of innovation. Creating prosperity in Latin America and the Caribbean”. 2a ed. Washington, D.C.: BID, 2011c.
- Calderón, César e Luis Servén. “The Effects of Infrastructure Development on Growth and Income Distribution”. *World Bank Policy Research Working Paper Number 3400*. Washington, D.C.: BM.
- Cárdenas, Mauricio, Homi Kharas e Camila Henao. “Latin America’s emerging middle class.” Washington, D.C., The Brookings Institution, 2011, mimeo.
- CRED (Centre for Research on the Epidemiology of Disasters). EM-DAT. The International Disaster Database, 2009. Disponível em: <http://www.emdat.be/>.
- Cuervo-Cazurra, Alvaro. “The multinationalization of developing country MNEs: The case of *multilatinas*”. *Journal of International Management*, 14(2): 138-154, 2008.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe*. Santiago do Chile: CEPAL, 1995.
- . *Panorama social de América Latina 2007*. Santiago do Chile: CEPAL, 2007.
- . *Transformaciones demográficas y su influencia en el desarrollo en América Latina y el Caribe*. Santiago do Chile: CEPAL, 2008.
- . *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL, 2009a.
- . *La economía del cambio climático en América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL, 2009b.
- . *Panorama social de América Latina 2010*. Santiago: CEPAL, 2010a.
- . *La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe*. Santiago do Chile: CEPAL, 2010b.

- . *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2010*. Santiago: CEPAL, 2010c.
- . *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2010*. Santiago: CEPAL, 2010d.
- . *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe: crisis originada en el centro y recuperación impulsada por las economías emergentes*. Santiago: CEPAL, 2010e.
- . *La República Popular China y América Latina y el Caribe: hacia una relación estratégica*. Santiago: CEPAL, 2010f.
- . *El progreso de América Latina y el Caribe hacia los Objetivos de desarrollo del Milenio. Desafíos para lograrlos con igualdad*. Santiago: CEPAL, 2010g.
- . *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2010*. Santiago: CEPAL, 2011.
- . *La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2010*. Santiago: CEPAL, 2011a.
- . *Estudio económico de América Latina y el Caribe 2010-2011*. Santiago do Chile: CEPAL, 2011b.
- Corporação Financeira Internacional IFC. “Quando a inovação encontra o impacto.” *Relatório Anual da IFC 2010*. Washington, DC: Corporação Financeira Internacional, 2010.
- Daude, Christian e Eduardo Fernández-Arias. “On the role of productivity and factor accumulation in economic development in Latin America and the Caribbean.” *IDB Working Paper Series nº IDB-WP-155*. Washington, DC: IDB, 2010.
- EIU (Economist Intelligence Unit). *Democracy Index 2010: Democracy in retreat*. Londres: The Economist Group, 2010.
- Fay, Marianne e Mary Morrison. *Infrastructure in Latin America & the Caribbean: recent developments and key challenges*, vol I: Main report. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2005.
- Franco, Rolando, Martín Hopenhayn e Arturo León. “Crece y cambia la clase media en América Latina: una puesta al día.” *Revista CEPAL* 103, 7-26, 2011.
- Freedom House. *Freedom in the World 2008*. Washington D.C.: Freedom House, 2008.
- Genicot, G. e D. Ray. “Aspirations, inequality, investment, and mobility.” Background document of *The Regional Human Development report for Latin America and the Caribbean, 2010. Acting on the future: breaking the intergenerational transmission of inequality*. Nova York: PNUD, 2009.

- Goldman Sachs Economic Research Group. "The expanding middle: the exploding world middle class and falling global inequality." *GS Global Economics Paper: 170*. New York: Goldman Sachs. 2008.
- Guirkinger, Catherine e Stephen R. Boucher. "Risk, wealth, and sectoral choice in rural credit markets." *American Journal of Agricultural Economics* 89(4):991-1.004, 2007.
- IFC (International Finance Corporation) and McKinsey Database. 2010.
- IFPRI (International Food Policy Research Institute). *Impact on agriculture and costs of adaptation*. Washington, D.C.: IFPRI, 2009.
- INTAL (Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe). *G-20 Emerging economies seek leading role in international governance*. Boletim mensal 171. Washington, D.C.: BID, nov. 2010.
- Kharas, Homi. "The emerging middle class in developing countries, 2010". *OECD Working Paper* 285. París: OCDE, 2010.
- Latinobarómetro (Corporación Latinobarómetro). *Informe Latinobarómetro 2008*, 2008. Disponível em: http://www.latinobarometro.org/docs/INFORME_LATINOBAROMETRO_2008.pdf
- . *Informe Latinobarómetro 2010*, 2010. Disponível em: http://www.latinobarometro.org/docs/INFORME_LATINOBAROMETRO_2010.pdf
- Lora, Eduardo, editor. *El estado de las reformas del Estado en América Latina*. Washington, D.C.: BID e Banco Mundial, 2007.
- Luzón, Francisco. "Una alianza financiera por el desarrollo sostenible en América Latina: la bancarización responsable". Banco Santander e Universidad Internacional Menéndez Pelayo. Santander, Espanha, 2011.
- McKenzie, David J. e Christopher Woodruff. "Do entry costs provide an empirical basis for poverty traps? Evidence from Mexican microenterprises." *Economic Development and Cultural Change* 55(1):3-42, 2006.
- OEA (Organização dos Estados Americanos). "Estadísticas y seguridad: una mirada desde lo político". Washington, D.C.: OEA, 2007. Disponível em: <http://www.flacso.cl/home/images/extension/foros/logros-desafios-seguridadciudadana-julioR.pdf>
- OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). *Perspectivas econômicas de América Latina 2011: En qué medida es clase media América Latina*. París: OCDE, 2010.
- ONU. (Organização das Nações Unidas). *Objetivos de Desarrollo del Milenio. Informe 2010*. Nova York: ONU, 2010.

- Oppenheimer, Andrés. *¡Basta de historias! La obsesión latinoamericana con el pasado y las 12 claves del futuro*. Debate. México, 2010.
- Payne, J. Mark, Daniel Zovatto G., y Mercedes Mateo Díaz, et al. *La política importa: democracia y desarrollo en América Latina*. Washington, D.C.: BID e IDEA (The International Institute for Democracy and Electoral Assistance), 2006.
- Perry, G. E., W. F. Maloney, O. S. Arias, et al. "Informalidad: escape y exclusión". Estudios do Banco Mundial sobre América Latina e Caribe, resumo executivo. Washington, D.C.: BM, 2007.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) *Informe regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe 2010. Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad*. Nova York: PNUD, 2010.
- RICYT (Red de indicadores de Ciencia y Tecnología Iberoamericana e Interamericana). *El estado de la ciencia 2010: principales indicadores de ciencia y tecnología*. Buenos Aires: RICYT, 2010.
- Sáinz, Pedro e Sandra Manuelito. "Precios relativos en América Latina en periodos de baja inflación y cambios estructurales." *Revista CEPAL* 89, 95-122, 2006.
- Santiso, Javier. "Multilatinas in the Global economy: trends and issues". Apresentação PowerPoint em reunião de peritos da OCDE. Paris: OCDE, 27 mar. 2006.
- Tókmán, Víctor E. "Informalidad, inseguridad y cohesión social en América Latina". *CEPAL Políticas Sociales* 130. Santiago: CEPAL-ONU, 2007.
- UIT (Organização das Nações Unidas para as Tecnologias da Informação e Comunicação). *El mundo en 2010: hechos y cifras de las TIC*, 2010. Disponível em <http://www.itu.int/net/itunews/issues/2010/10/04-es.aspx>
- UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS). "Aids Epidemic Update: december 2009." Genebra: WHO-UNAIDS, 2009.
- . 2010. *Informe de ONUSIDA sobre la epidemia mundial de Sida 2010*. Genebra: UNAIDS, 2009.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). *The State of the World's Children 1998*. Oxford y Nova York: Oxford University Press, 1998.
- Unisys Corporation. *Unisys Weather Information Systems*. Malvern, PA: Unisys, 2011. Disponível em: <http://weather.unisys.com/index.php>.
- UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). *World Investment Report 2010: investing in a low-carbon economy*. Nova York: ONU, 2010.

———. UNCTADstat. Geneva: UNCTAD, 2011.

WEF (World Economic Forum). *The Global Competitiveness Report 2010-2011*. Geneva, 2010. Disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2010-11.pdf

Lista de gráficos e quadros

Pág.	Gráficos
22	Gráfico 1 Exportações de bens e serviços por região, 1970-2009
23	Gráfico 2 Investimento estrangeiro direto líquido na América Latina e no Caribe, 1990-2010
24	Gráfico 3 Remessas para a América Latina e o Caribe, 2001-2010
24	Gráfico 4 Dívida externa total como percentagem do PIB na América Latina e Caribe, 2002-2009
26	Gráfico 5 Índice de preços de produtos básicos, 1980-2010
31	Gráfico 6 Principais destinos das exportações da América Latina e do Caribe, 2000-2009
40	Gráfico 7 Evolução da pobreza e da indigência na América Latina e no Caribe, 1980-2010
41	Gráfico 8 Evolução da pobreza na América Latina, 2002-2009
42	Gráfico 9 Gasto público social na América Latina e no Caribe, 1990-2009
43	Gráfico 10 Taxa de fecundidade na América Latina e no Caribe, por quinquênio, 1950-2015
45	Gráfico 11 Índice de Gini em diversas regiões do mundo
47	Gráfico 12 Índice líquido de matrícula nos níveis primário, secundário e terciário, na América Latina e no Caribe, 1970-2008
50	Gráfico 13 Esperança de vida ao nascer, em regiões do mundo
51	Gráfico 13a Taxa de mortalidade de menores de 5 anos, em regiões do mundo (por mil nascidos vivos)
55	Gráfico 14 Percentual de mulheres em parlamentos nacionais unicamerais ou na câmara baixa, em diversas regiões do mundo, 2000 e 2010

64	Gráfico 15 Arrecadação tributária na América Latina e no Caribe, 2001-2010
67	Gráfico 16 Tendências de descentralização fiscal na América Latina e no Caribe
69	Gráfico 17 Apoio à democracia nos países da América Latina, 1995-2010
71	Gráfico 18 Índice de direitos políticos e liberdades civis em regiões do mundo, 1972-2008
73	Gráfico 19 Índice médio de democracia, por região, 2010
74	Gráfico 20 Satisfação com a democracia na América Latina, 1995-2009
81	Gráfico 21 Porcentagem de famílias de estratos sociais médios na América Latina (países selecionados), c 1990 e 2007
87	Gráfico 22 Número de empresas <i>multilatinas</i> na ALC, por país de origem, 2010
97	Gráfico 23 Produtividade relativa na América Latina, 2005
103	Gráfico 24 Índice global de competitividade 2010-2011. Pilar da infraestrutura
105	Gráfico 25 Evolução da cobertura urbana e rural do acesso a água potável e a melhores condições de saneamento, na América Latina e no Caribe
112	Gráfico 26 Total de PMEs formais (5 ou mais empregados) no mundo, por região
114	Gráfico 27 Gastos em pesquisa e desenvolvimento como porcentagem do PIB, 1997 e 2007
115	Gráfico 28 Gastos em pesquisa e desenvolvimento por fonte de financiamento, 2007
116	Gráfico 29 Classificação normalizada de países (0 a 10) em matéria de patentes, por 100 mil habitantes, 1995-1998 e 2005-2008
123	Gráfico 30 Delinquência e índice de vitimização na América Latina, 1995-2010

Pág.



- 125 Gráfico 31 Taxa de homicídios por 100 mil habitantes
- 127 Gráfico 32 Furacões no Caribe, 1990-2010
- 129 Gráfico 33 Perdas econômicas causadas por desastres naturais na América Latina e no Caribe, 1990-2008

Quadros



- 20 Quadro 1 Crescimento do produto interno bruto (PIB) no mundo, por década, 1961-2000
- 30 Quadro 2 Indicadores macroeconômicos selecionados da América Latina e do Caribe, 2001-2010
- 51 Quadro 3 Indicadores selecionados de saúde na América Latina e no Caribe, 1990-2008
- 54 Quadro 4 Indicadores do processo de envelhecimento da população latino-americana, 1990-2050
- 82 Quadro 5 Projeções de crescimento da classe média no âmbito mundial
- 101 Quadro 6 Classificação dos índices de competitividade global 2010-2011, na América Latina e no Caribe
- 107 Quadro 7 Assinaturas de TIC por 100 habitantes – OCDE e América Latina e Caribe
- 108 Quadro 8 Porcentagem de estradas pavimentadas e densidade rodoviária
- 121 Quadro 9 Emprego informal na América Latina, 1990-2005





Banco Interamericano de Desenvolvimento

 O livro de Luis Alberto Moreno nos traz informação atualizada e sugestões inteligentes, para que pensemos tanto sobre a trajetória percorrida pelos países da região como em uma projeção possível em relação aos tempos que virão. 

Danilo Astori
Vice-presidente da República Oriental do Uruguai

 Nestas páginas, Luis Alberto Moreno ousa propor-nos uma visão do futuro da América Latina que rompe com as previsões pessimistas, tão comuns quando se trata de discutir o porvir de nossa região... De agora em diante, será difícil falar sobre o possível futuro da América Latina e do Caribe sem referir-se a este livro. 

Moisés Naim
Prêmio Ortega y Gasset 2011 de Jornalismo
Sócio principal do Carnegie Endowment for International Peace

 Luis Alberto Moreno, ele mesmo um dos principais protagonistas do que denomina 'década da América Latina', alcança um fino equilíbrio ao oferecer uma visão na qual otimismo e responsabilidade estão aliados. Este livro é, antes de mais nada, um mapa de navegação, para que possamos dar o salto com o qual sempre sonhamos. 

Mauricio Cárdenas
Sócio principal e diretor da Iniciativa para América Latina
Brookings Institution

